

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

**THAISE COSTA GUZZATTI**

**O AGROTURISMO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO  
RURAL; SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS  
UTILIZADAS PARA A IMPLANTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE  
AGROTURISMO NAS ENCOSTAS DA SERRA GERAL  
CATARINENSE**

**FLORIANÓPOLIS, 2003**

**THAISE COSTA GUZZATTI**

**O AGROTURISMO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL;  
SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PARA A  
IMPLANTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE AGROTURISMO NAS ENCOSTAS DA  
SERRA GERAL CATARINENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Engenharia de Produção

Orientador: Prof. Alexandre de Ávila Lerípio, Dr.

**FLORIANÓPOLIS, 2003**

## FICHA CATALOGRÁFICA

G993a Guzzatti, Thaise Costa

O agroturismo como instrumento de desenvolvimento rural : sistematização e análise das estratégias utilizadas para a implantação de um programa de agroturismo nas encostas da serra geral catarinense / Thaise Costa Guzzatti; orientador, Alexandre de Ávila Lerípio. – Florianópolis, 2003.

168 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, 2003.

Inclui bibliografia.

1. Agroturismo – Santa Catarina. 2. Famílias rurais. 3. Agricultura – Aspectos sociais. 4. Desenvolvimento sustentável. I. Lerípio, Alexandre de II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação Engenharia de Produção. III. Título.

CDU: 379.845

Catálogo na fonte por: Onélia Silva Guimarães CRB-14/071

## **THAISE COSTA GUZZATTI**

O AGROTURISMO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL;  
SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PARA A  
IMPLANTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE AGROTURISMO NAS ENCOSTAS DA  
SERRA GERAL CATARINENSE

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do grau de **Mestre em Engenharia de Produção** no **Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção** da Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 19 de março de 2003.

Prof. Edson Pacheco Paladini, Ph. D.

Coordenador do Programa

## **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Alexandre de Ávila Lerípio, Dr.

**Universidade Federal de Santa Catarina**

Orientador

---

**Prof<sup>a</sup> Yolanda Flores e Silva, Dra.**

Universidade do Vale do Itajaí

---

Prof. Wilson Schmidt, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina

**Para meu marido, Valério e meus pais, Hélio  
e Dalila, dedico.**

## **AGRADECIMENTOS**

Ao curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, pela oportunidade de continuar os estudos.

Ao Prof. Dr. Alexandre de Ávila Lerípio, pela orientação e incentivo ao desenvolvimento deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Wilson Schmidt (Feijão) por sua rica contribuição na elaboração deste trabalho e em todos os outros que tenho realizado desde minha graduação. Um obrigado especial!

Ao Valério Turnes, marido, amigo e professor. Agradeço especialmente por sua confiança em meu trabalho, paciência e imprescindível contribuição na elaboração desta dissertação.

Aos agricultores da “Acolhida na Colônia”, pela riquíssima convivência ao longo destes anos e por todos os ensinamentos. Além disso, por acreditarem na possibilidade de construção de um mundo melhor e no desenvolvimento do agroturismo nas “Encostas da Serra Geral”.

Aos amigos especiais, Vanice Bazzo Schmidt, Lícia Brancher e Márcio Soldateli, pela convivência enriquecedora, tanto pela amizade no campo pessoal como pelas discussões e construções no campo profissional.

Aos meus pais, por compreenderem a importância deste trabalho em minha vida e perdoarem minha ausência constante.

Aos meus irmãos, Thales, Thiago e Thaiane.

A querida Tia Órfã.

## RESUMO

GUZZATTI, Thaise Costa. **O agroturismo como instrumento de desenvolvimento rural; sistematização e análise das estratégias utilizadas para a implantação de um programa de agroturismo nas encostas da serra geral catarinense.** 2003. 168 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis.

Os agricultores familiares brasileiros enfrentam grandes dificuldades, especialmente na geração de renda na agricultura. Neste contexto, emerge a necessidade de implementação de outras atividades, além daquelas cotidianas da propriedade rural, que possam garantir a esta fatia da população condições dignas de vida. Ao discutir uma destas atividades – o agroturismo – o presente trabalho está inserido na linha de debates que reconhece a existência de uma agricultura familiar pluriativa e reflete sobre o seu papel para o alcance do desejado desenvolvimento rural sustentável. Neste sentido, o objetivo geral proposto nesta dissertação foi sistematizar as estratégias utilizadas para a elaboração de programas municipais / micro-regionais de agroturismo e propor uma metodologia para a implantação de tais programas. A região de estudo é definida como “Território das Encostas da Serra Geral Catarinense” e os municípios envolvidos no trabalho foram Gravatal, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, Anitápolis e Rancho Queimado. Como estratégia para a realização do objetivo proposto, um estudo de casos de turismo no espaço rural desenvolvido em outras localidades foi realizado. A partir daí, passou-se a realização dos trabalhos de campo, a análise dos resultados e a sistematização das conclusões que deram origem a metodologia descrita nesta dissertação.

**Palavras-Chave:** Agroturismo, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural

Sustentável

## **ABSTRACT**

GUZZATTI, Thaise Costa. **The agroturism as instrument of agricultural development; systematization and analysis of the strategies used for the implantation of a program of agroturism in the hillsides of the general mountain range of Santa Catarina.** 2003. 168 f. Dissertation (Master's degree in Production Engineering) - Program of Post-Graduation in Engineering Production, UFSC, Florianópolis.

The Brazilian familiar agriculturists face great difficulties, especially in the generation of wealth in agriculture. In this context, emerges the necessity of the implementation of other activities, besides those daily ones of the rural property that can guarantee to this part of the population worthy conditions of life. When arguing one of these activities - the agroturism - the present work is inserted in the line of debates that recognizes the existence of a plural active familiar agriculture and reflects on its role for the achievement of the desired sustainable agricultural development. In this sense, the considered general objective in this dissertation was to systemize the strategies used for the elaboration of micro-regional municipal programs of agroturism and to consider an approach for the implantation of such programs. The study region is defined as "Territory of the Hillsides of the General Mountain Range of Santa Catarina" and the cities involved in the work had been Gravatal, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, Anitápolis and Rancho Queimado. As strategy for the accomplishment of the objective proposed, a study of cases on tourism in the rural area developed in other localities, was carried through. From there, it was started the accomplishment of the field works, the analysis of the results,

and the systematization of conclusions that had given origin to the described methodology in this dissertation.

**Key words:** Agroturism, Familiar Agriculture and Sustainable Agricultural  
Development

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE FIGURAS .....</b>	<b>13</b>
<b>LISTA DE QUADROS .....</b>	<b>14</b>
<b>LISTA DE SIGLAS .....</b>	<b>15</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
1.1 Contextualização .....	16
1.2 Objetivos.....	17
1.2.1 Objetivo Geral.....	18
1.2.2 Objetivos Específicos.....	18
1.3 Justificativa.....	19
1.4 Delimitação e Abrangência.....	21
1.5 Estrutura.....	22
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>24</b>
2.1 Desenvolvimento rural sustentável, agricultura familiar e mudanças no espaço rural e abordagem territorial.....	25
2.1.1 O desenvolvimento sustentável.....	25
2.1.2 A agricultura familiar: condição necessária para o desenvolvimento rural .....	30
2.1.3 As mudanças no espaço rural e na forma de como é percebido .....	36
2.1.4 A abordagem territorial .....	42
2.2 O turismo e o espaço rural .....	43

2.2.1 A atividade turística e sua evolução .....	43
2.2.2 O turismo inserido na discussão da sustentabilidade .....	45
2.2.3 Turismo em áreas rurais .....	48
2.2.4 O agroturismo .....	52
2.2.5 Experiências estudadas .....	55
2.2.5.1 A experiência francesa .....	56
2.2.5.2 A experiência brasileira .....	68
<b>3 MATERIAIS E MÉTODOS .....</b>	<b>74</b>
3.1 Revisão de literatura .....	74
3.2 Estratégias para o desenvolvimento do agroturismo .....	75
3.3 Desenvolvimento do estudo de caso .....	75
3.3.1 Definição da área de abrangência .....	76
3.3.1.1 Estabelecimento da região de atuação .....	76
3.3.1.2 Diagnóstico das características locais .....	77
3.3.1.3 Estabelecimento de compromisso com o projeto .....	77
3.3.2 Sensibilização .....	77
3.3.2.1 Palestras nos municípios envolvidos .....	78
3.3.2.2 Viagens de estudo e intercâmbio .....	78
3.3.3 Associativismo .....	78
3.3.3.1 Realização de diagnósticos participativos nas sociedades rurais .....	79
3.3.3.2 Formatação do circuito de agroturismo .....	79

3.3.3.3 Construção de uma associação de agroturismo.....	80
3.3.4 Implementação dos empreendimentos.....	80
3.3.4.1 Capacitação.....	80
3.3.4.2 Consultoria especializada.....	81
3.3.4.3 Investimentos.....	82
3.3.5 Ações constantes .....	82
3.3.5.1 Embelezamento e paisagismo.....	82
3.3.5.2 Resgate/preservação da cultura .....	83
3.3.5.3 Cuidados com o meio ambiente .....	83
3.3.5.4 Formação constante .....	84
<b>4 ESTUDO DE CASO – O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UM PROGRAMA DE AGROTURISMO NAS ENCOSTAS DA SERRA GERAL CATARINENSE E SEUS APORTES METODOLÓGICOS.....</b>	<b>85</b>
4.1 Descrição do estudo de caso: sistematização e análise da construção do programa de agroturismo .....	85
4.1.1 Definição da área de abrangência .....	87
4.1.1.1 Estabelecimento da região de atuação.....	88
4.1.1.2 O diagnóstico das características locais.....	93
4.1.1.3 Estabelecimento de compromisso com o projeto .....	97
4.1.2 A sensibilização da população e lideranças locais com base para implantação do agroturismo .....	97

4.1.2.1 Palestras nos municípios envolvidos: trocando o turismo rural pelo agroturismo .....	99
4.1.2.2 A realização de viagens de estudo e intercâmbio.....	100
4.1.2.3 A formação do grupo de agroturismo municipal .....	100
4.1.3 O princípio da complementaridade: trabalhando o associativismo e a solidariedade .....	101
4.1.3.1 O papel do diagnóstico participativo: a definição dos serviços a serem oferecidos nas propriedades rurais .....	102
4.1.3.2 Formatação do circuito agroturístico.....	103
4.1.3.3 Constituição da associação de agroturismo .....	104
4.1.3.4 Capacitação: a base para a implantação dos serviços agroturísticos .....	106
4.1.3.5 Consultoria especializada: evitando o erro e otimizando recursos .....	109
4.1.3.6 Os empreendimentos: baixo custo mais muito esforço para a implantação	109
4.1.3.7 Ações constantes .....	111
4.2 Resultados e discussão: os principais ensinamentos obtidos a partir da estratégia metodológica adotada.....	114
4.2.1 Com relação à definição da área de abrangência .....	115
4.2.2 Com relação à sensibilização .....	116
4.2.3 O associativismo.....	117
4.2.4 A implementação dos empreendimentos.....	119
4.2.5 Ações constantes .....	121
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>123</b>

5.1 Conclusões da pesquisa.....	123
5.1.1 Quanto aos objetivos do trabalho .....	123
5.1.2 Quanto ao roteiro referencial constituído.....	125
5.1.2.1 Pontos fortes.....	125
5.1.2.2 Pontos fracos.....	126
5.2 Recomendações para trabalhos futuros .....	126
5.3 Considerações finais .....	127
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	129
<b>ANEXOS</b> .....	136
Anexo 1 - Mapa de Localização do Circuito de Agroturismo .....	136
Anexo 2 - Roteiro para discutir o associativismo .....	137
Anexo 3 - Roteiro para levantamento de dados das famílias e propriedades rurais	139
Anexo 4 - Estatuto da Acolhida na Colônia .....	140
Anexo 5 - Caderno de Normas .....	150
Anexo 6 - Carta de Compromisso .....	166
Anexo 7 - Série Agroturismo.....	167
Anexo 8 - Carta Concurso de Jardinagem e Paisagismo .....	168

## LISTA DE FIGURAS

<b>Número</b>	<b>Títulos</b>	<b>p.</b>
1	Roteiro proposto para a implantação de programas de agroturismo .....	86
2	Esquema das etapas contidas no item sensibilização .....	101
3	Realização do diagnóstico participativo .....	103
4	Ações de capacitação na implantação do agroturismo .....	108

## LISTA DE QUADROS

<b>Número</b>	<b>Títulos</b>	<b>p.</b>
1	Comparativo entre os modelos patronal e familiar de agricultura .....	32
2	Esquema geral de desenvolvimento da dissertação, com demonstração do alcance dos objetivos específicos.....	124

## LISTA DE SIGLAS

AGRECO	Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral
CMUMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
COFRAT	Comitê de Formação dos Rurais para as Atividades do Turismo
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
GAM	Grupo de agroturismo municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIT	Massachusetts Institute of Technology
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organizações das Nações Unidas
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

# 1 INTRODUÇÃO

Este capítulo dedica-se a situar o leitor sobre o trabalho proposto e desenvolvido neste estudo. Neste sentido, inicia-se através de uma contextualização sobre a difícil realidade da agricultura familiar e a necessidade do desenvolvimento de atividades não-agrícolas para superar esta situação, destacando o agroturismo como um possível instrumento fomentador do desenvolvimento rural sustentável. Na seqüência, apresentam-se os objetivos traçados para a realização do estudo e a justificativa para a realização do mesmo. Além disso, através do item delimitação e abrangência define-se onde o estudo pode ser aplicado. Para finalizar, apresenta-se a estrutura desta dissertação.

## 1.1 Contextualização

Hoje, os agricultores familiares brasileiros enfrentam grandes dificuldades, especialmente na geração de renda na agricultura. Neste quadro, emerge a necessidade de implementação de outras atividades, além daquelas reconhecidas como cotidianas e típicas de uma propriedade rural, que possam garantir a esta fatia da população condições dignas de vida.

Ao discutir uma destas atividades – o agroturismo – o presente trabalho está inserido na linha de debates que reconhece a existência de uma agricultura familiar pluriativa, ou seja, simbiose familiar de ocupações agrícolas e não agrícolas, e reflete sobre o seu papel como opção para o alcance do desejado

desenvolvimento rural sustentável (CAZELLA, 2000; ABRAMOVAY, 2001; VEIGA, 2001).

Neste cenário e de forma geral, o agroturismo é apontado como uma ferramenta importante na construção de um desenvolvimento sustentável do espaço rural. Isso porque seu principal produto é o(a) agricultor(a), seu modo de vida, sua cultura e tradições, seu trabalho e o meio ambiente onde vive, justificando-se o interesse da atividade turística em manter e valorizar estes “bens”. Assim, são indicadas inúmeras possibilidades para os agricultores familiares nesta atividade: a produção de alimentos saudáveis, o processamento destes alimentos em pequenas indústrias, a preservação da natureza e da cultura, a prestação de serviço, o lazer, dentre tantas outras atividades que se multiplicam no espaço rural e consagram-se como novas oportunidades de geração de renda e de trabalho.

No entanto, isso não será possível com um turismo de “massa”, mas sim com um turismo que venha ao encontro das idéias do desenvolvimento sustentável. Destaca-se, então, uma modalidade: o agroturismo. Ela seria capaz de, ao mesmo tempo, gerar desenvolvimento social e econômico, e colaborar na conservação e preservação das áreas naturais de importância global, das tradições e da cultura rurais.

## **1.2 Objetivos**

Os objetivos deste estudo foram divididos em geral e específicos e estão citados abaixo:

### **1.2.1 Objetivo Geral**

Sistematizar e analisar as estratégias utilizadas para a elaboração de um programa de agroturismo no território conhecido como “Encostas da Serra Geral Catarinense”, para que este programa possa servir de referência para outras localidades com potencial e interesse em desenvolver a atividade.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

No sentido de alcançar o objetivo geral proposto, definiram-se os seguintes objetivos específicos:

- Identificar uma conceituação de agroturismo adequada aos interesses das “encostas da Serra Geral Catarinense” e sua população;
- Estabelecer um rol de condições mínimas para a implantação de circuitos de agroturismo numa região;
- Sistematizar e analisar a experiência do circuito de agroturismo implantado nas “encostas da Serra Geral Catarinense”;
- Disponibilizar, a partir desta experiência, um roteiro referencial contendo as principais estratégias adotadas, a ser observado por outras localidades interessadas e com potencial para desenvolver a atividade de agroturismo.

### 1.3 Justificativa

Um estudo recente cadastrou a existência de 551 unidades de agroturismo em Santa Catarina, além de outras 623 iniciativas de turismo no espaço rural. O número foi considerado significativo, levando-se em consideração a inexistência de programas governamentais de incentivo a esta atividade. Percebeu-se, naquele estudo, que o agroturismo ganha destaque por se tratar de uma fonte geradora de vários benefícios econômicos e sociais. Além de empregos e renda adicional, o resgate da auto-estima dos agricultores e a revitalização do espaço rural são resultados evidentes. Os visitantes animam as comunidades rurais que estavam fadadas ao esquecimento e ao abandono (TOREZAN et al., 2002).

Isso acontece porque o meio rural catarinense possui características muito propícias para a exploração desta atividade. A riqueza de atrativos naturais, as diferentes etnias, a hospitalidade, as tradições, o folclore, o clima, são fatores normalmente mencionados como favoráveis. Além disso, o espaço rural do estado é ocupado sobretudo por estabelecimentos agrícolas do tipo familiar. Cerca de 94,3% dos 203.347 estabelecimentos agrícolas de Santa Catarina estão enquadrados dentro da categoria definida como de agricultura familiar (MODELO, 2003). Deve-se mencionar, mais uma vez, que uma parcela importante destas unidades se confronta com um quadro de grande dificuldade na geração de renda monetária na agricultura. Na maioria dos casos, isso se traduz em pobreza rural, já que existem indicativos de que, atualmente, há grande precariedade das fontes não agrícolas de geração de renda no interior dos estabelecimentos (ABRAMOVAY, 2001). De forma mais agregada, constata-se que a grande maioria dos "municípios rurais" catarinenses

depende do desempenho das atividades agropecuárias para o sucesso de suas economias (SCHMIDT et al., 2002).

Outra característica que marca o estado de Santa Catarina é a boa distribuição da população sobre o território. Mais de 75% dos 293 municípios apresentam menos de 15.000 habitantes, abrigando cerca de 69% dos estabelecimentos agropecuários do estado. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2000, mais de 50% dos catarinenses moram em municípios com menos de 50.000 habitantes. Para Schmidt et al. (2002), isso confere ao estado uma característica própria, na qual o rural e o urbano interagem social, política e economicamente na quase totalidade das regiões.

Diante desta situação, a diversificação das atividades nas propriedades rurais tem sido apontada, por organizações governamentais ligadas ao desenvolvimento rural e por organizações não governamentais de assessoria e apoio a organizações de agricultores familiares, como forma de minimizar o empobrecimento das famílias rurais e, conseqüentemente, atenuar a migração destas pessoas para as cidades. O problema é que esta alternativa não é devidamente conceituada e que não se dá a devida importância à forma como iniciativas nesta direção foram, são ou serão implementadas.

Neste sentido, a questão central que se coloca é **como garantir que programas de agroturismo contribuam efetivamente para o desenvolvimento rural sustentável.**

Desta forma, o presente trabalho de pesquisa voltou-se para uma identificação de conceitos e para a sistematização e a análise das estratégias utilizadas para a implantação de um circuito de agroturismo em cinco municípios das "encostas da Serra Geral Catarinense". Os municípios que compõem este circuito –

Rancho Queimado, Anitápolis, Santa Rosa de Lima, Rio Fortuna e Gravatal (Anexo 1) também são marcados pela presença da agricultura familiar como base de sua vida econômica e social, enfrentando as mesmas dificuldades antes citadas. Não raro, nestes municípios, a venda de terras para sitiantes, a exploração da mata nativa para a fabricação de carvão vegetal ou o reflorestamento tem sido a alternativa encontrada por muitos de seus agricultores para suprirem suas necessidades básicas (mesmo que na maioria das vezes essa escolha acabe piorando suas condições de vida e saúde). As dificuldades encontradas pelos agricultores têm provocado um forte processo de esvaziamento populacional e de empobrecimento no meio rural, com claros reflexos negativos sobre o seu patrimônio cultural e ambiental. Diante desta situação se coloca o desafio de gerar novas oportunidades de trabalho e renda e aumentar a atratividade do espaço rural, especialmente para os jovens aí residentes. O agroturismo, inserido em uma proposta maior de desenvolvimento territorial, vem sendo apontado como uma possibilidade de responder a esse desafio. Refletir sobre a forma de implementação deste circuito de agroturismo e sobre os aportes que ele pode dar ao desenvolvimento sustentável da região passou a ser uma necessidade, uma vez que ele tem sido utilizado como referência para outros programas municipais ou micro-regionais de turismo no espaço rural.

#### **1.4 Delimitação e Abrangência**

A atividade foco deste estudo, o agroturismo, pressupõe a existência da agricultura familiar e destina-se, especialmente, aos territórios rurais, buscando obter

o máximo de proveito da diversidade destas regiões.

Neste contexto, a área de estudo possui uma série de características sociais, econômicas, políticas e ambientais potencialmente favoráveis ao desenvolvimento desta modalidade de turismo. A presença da agricultura familiar e a existência de organizações sociais capazes de desencadear o processo de implementação da atividade foram fundamentais no processo de escolha dos municípios que passaram a compor o circuito (Rancho Queimado, Anitápolis, Santa Rosa de Lima, Rio Fortuna e Gravatal).

Em função da existência de diversas regiões no Estado de Santa Catarina e no Brasil, cujas características apresentam similaridades com a região estudada, espera-se que os resultados deste estudo possam servir de referência para a implantação do agroturismo em outras localidades.

## **1.5 Estrutura**

Esta dissertação está estruturada em quatro partes, além desta introdução e das considerações finais e recomendações. Inicialmente, procura-se trabalhar, a partir de uma revisão de literatura (Cap. 2), as relações entre a noção de desenvolvimento rural sustentável e agricultura familiar, considerando as mudanças no espaço rural – que vão além daquelas ocorridas na atividade agrícola. Depois, busca-se melhor conceituar e diferenciar os tipos de turismo realizados no espaço rural, examinando as justificativas para a sua implementação e as suas possíveis externalidades, dando ênfase no final desta seção ao agroturismo, atividade foco

deste trabalho. Finalizando-se este capítulo, são abordadas algumas experiências nacionais e internacionais onde a atividade de agroturismo já é desenvolvida.

O próximo capítulo (Cap. 3) aborda a metodologia adotada para o desenvolvimento deste trabalho, sendo que são descritos todos os passos necessários para a implantação de um programa de agroturismo.

Em seguida, trabalha-se especificamente o caso em estudo (Cap. 4). Este capítulo é dedicado a aplicação das estratégias propostas com base na revisão de literatura e experiências.

No quinto capítulo, são apresentados e discutidos os resultados de cada etapa proposta, sendo salientadas as dificuldades e vantagens da metodologia adotada em cada uma destas etapas. Além disso, são apresentadas as recomendações para a realização de trabalhos futuros e as considerações finais.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

O turismo é uma atividade que cresce gradativamente através dos séculos, sendo apontado por muitos estudiosos como uma alternativa importante de desenvolvimento para muitos países. Isto tem sido válido também para o Brasil, país rico em belezas naturais, em diversidade de clima e de culturas.

No entanto, o desenvolvimento muitas vezes tem sido confundido com a repercussão econômica da atividade turística. Em alguns casos, questões importantes como qualidade de vida das populações locais e meio ambiente são deixadas de lado. Isto acontece, por exemplo, quando os equipamentos turísticos são inadequados aos locais visitados, ou ainda quando o fluxo turístico está em desacordo com a capacidade de carga destes mesmos locais.

Neste sentido é que surge a preocupação de estabelecer referenciais sobre o desenvolvimento rural sustentável e a inserção do turismo neste contexto. Com isso busca-se atender, dentre outras coisas, as necessidades de lazer dos visitantes e promover o desenvolvimento das comunidades receptoras, sem comprometer a qualidade do meio ambiente. Neste quadro, é fundamental precisar o que se entende por agricultura familiar e porque se vincula o desenvolvimento rural sustentável à sua permanência e reprodução, em um contexto em que o espaço rural passa por importantes transformações (2.1). É necessário, da mesma forma, precisar os tipos de turismo desenvolvidos nos espaços rurais, procurando estabelecer suas relações com o desenvolvimento rural (2.2).

## **2.1 Desenvolvimento sustentável, agricultura familiar, mudanças no espaço rural e abordagem territorial**

A seguir serão abordados os temas desenvolvimento sustentável, agricultura familiar, mudanças no espaço rural e abordagem territorial. Espera-se, a partir desta etapa da revisão de literatura, abrir caminho para o estudo das atividades de turismo desenvolvidas no espaço rural, em especial, o agroturismo.

### **2.1.1 O desenvolvimento sustentável**

Apesar das imprecisões e ambigüidades, todos os esforços recentes de desenvolvimento têm incorporado, de alguma forma, os postulados da sustentabilidade, procurando assegurar a permanência e a continuidade, no médio e longo prazo, dos avanços e melhorias na qualidade de vida, na organização econômica e na conservação do meio ambiente.

Os autores Sachs e Arana (apud OLIVO, 2000), dizem que o conceito de desenvolvimento sempre apresentou, no mínimo, os enfoques econômico e social, sendo a abordagem econômica o principal critério para definir o nível de desenvolvimento de um determinado país. No entanto, segundo o autor, as deficiências deste enfoque fizeram com que o desenvolvimento passasse a ser visto como um processo global incluindo, além de aspectos econômicos, os aspectos sociais, políticos e culturais, pondo em evidência a interdependência entre tais aspectos. O autor cita ainda que a variável ambiental foi agregada a partir da internalização dos custos ecológicos e sociais, corrigindo o modelo cujo enfoque tem

sido estritamente econômico, utilizando os recursos naturais e priorizando a rentabilidade em curto prazo.

Percebe-se que o modelo econômico convencional não ofereceu respostas compatíveis com a saúde do meio ambiente natural que serve de suporte à economia. Desta forma, mudanças no sentido da concentração de esforços no uso mais eficiente de energia e recursos, em processos de produção não poluentes, na redução de resíduos e emissões etc, tornaram-se fundamentais.

A questão da sustentabilidade assume atualmente um papel central nas decisões em torno do desenvolvimento e de suas alternativas, sendo cada vez mais evidente que o aspecto econômico deve ser aliado aos aspectos qualitativos do desenvolvimento, de modo que resulte em melhoria de qualidade de vida e em padrões adequados de exploração dos recursos naturais.

Não é possível identificar na literatura, com precisão, o início do movimento ambientalista. Não houve um evento isolado que despertasse este movimento em todo mundo. O que se percebe é que ele emergiu em diversos lugares do mundo, motivado por diferentes acontecimentos.

Martins (1995), cita alguns eventos que despertaram a preocupação com o meio ambiente, lembrando inicialmente da exploração de florestas na Alemanha, no início do século XIX. No entanto, segundo o autor, na Grã-Bretanha e nos EUA, desde o século XVIII se observava a preocupação com relação às conseqüências ambientais causadas pelo crescimento econômico capitalista. Na Europa, no final do século XIX e início do século XX, aparecem os primeiros estudos sobre os problemas ambientais, entre eles o efeito estufa e as mudanças climáticas.

De acordo com Maimon (1993), ao se fazer uma análise das mudanças de enfoque ocorridas nos processos de desenvolvimento, percebe-se que aquela

que identifica este processo enquanto sinônimo de crescimento perdurou durante os anos 1950-60. Esta fase foi marcada pela busca da maximização da produção e da renda “per capita”, sendo isto obtido através do aumento da “eficiência econômica”. Os países deveriam ter como foco a industrialização. Na seqüência, a partir da década de 60, o desenvolvimento passou a ser encarado como processo de mudança estrutural. Para tal abordagem, o progresso não é considerado como processo mecânico, pois implica em mudanças sociais e políticas. Na fase seguinte a ênfase incide no desenvolvimento sustentado, sendo este enfoque apoiado no tripé crescimento econômico, equidade social e harmonia ambiental.

Com a intensificação, na década de 1970, das discussões sobre os problemas ambientais, evidenciando, especialmente, a crescente conscientização dos países desenvolvidos de que o processo de industrialização e sua forma descontrolada de destruição e de consumo dos recursos estavam afetando o meio ambiente surge, em 1972, um informativo elaborado pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), solicitado pelo Clube de Roma e intitulado “Os Limites do Crescimento”. Este documento traz como conclusão à necessidade de se chegar a uma sociedade materialmente suficiente, socialmente eqüitativa e ecologicamente contínua (DIAS, 1993).

O Clube de Roma, criado em 1968 por Aurelio Peccei, reúne profissionais de diversas áreas e de diferentes países, formando uma associação livre de cientistas, tecnocratas e políticos com o objetivo de refletir e procurar soluções para diversos problemas do mundo.

Também no ano de 1972, é realizada em Estocolmo/Suécia, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente. Este evento é considerado um marco histórico para o surgimento de políticas ambientais. A Conferência de

Estocolmo, como ficou conhecida, alerta para a necessidade de implementação de estratégias ambientalmente adequadas para a promoção de um desenvolvimento sócio-econômico eqüitativo, chamado de ecodesenvolvimento. (MARTINS, 1995, p. 43-46).

É a partir da Conferência de Estocolmo que o Brasil começa a dar ênfase para a questão ambiental, com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA – (1973), fruto do compromisso assumido pelo governo brasileiro no referido evento.

Em 1973, Maurice Strong lança o conceito de “ecodesenvolvimento” como uma concepção alternativa à política de desenvolvimento (BRÜSEKE, 1998). Nesta linha, segundo o autor, os princípios desenvolvidos em 1976 por Ignacy Sachs contribuíram para o debate, considerando a importância da solidariedade intergeracional, da participação da população e da preservação dos recursos naturais.

Neste sentido, os princípios definidos por Sachs integravam seis aspectos básicos: 1) a satisfação das necessidades básicas; 2) solidariedade com as futuras gerações; 3) participação da população envolvida; 4) preservação dos recursos naturais e do meio ambiente geral; 5) elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas; 6) programas de educação.

Em 1987, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMUMAD), contando com a participação de governos, organizações não-governamentais (ONG'S) e comunidade científica, publicou o relatório “Nosso Futuro Comum”, conhecido como “Relatório Brundtland”. Este documento apresentou um relato sobre a degradação ambiental, abordando suas causas e efeitos e propondo políticas internacionais quanto aos aspectos

econômicos, sociais, políticos e ambientais, com objetivo de buscar o crescimento econômico compatível com a preservação da natureza (KOWARICK apud MARTINS, 1995).

O “Relatório Brundtland” aponta a pobreza como uma das principais causas e um dos principais efeitos dos problemas ambientais, em decorrência do modelo econômico praticado nos países desenvolvidos. Neste documento, o desenvolvimento sustentável é considerado como: “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”. (Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991).

Em 1992, a Organizações das Nações Unidas (ONU) organizou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), realizada no Rio de Janeiro e conhecido como ECO-92 ou RIO 92. Segundo Lerípio (2001), a ECO-92 procurou avaliar como os critérios ambientais haviam sido incorporados nas políticas e no planejamento, desde a Conferência de Estocolmo. Este evento originou, entre outros acordos, a Agenda 21, considerada como um programa estratégico, universal, que objetiva alcançar o desenvolvimento sustentável no século XXI. Ela reflete um consenso mundial e contém um compromisso político no que diz respeito à implementação do desenvolvimento sustentável (GUIMARÃES apud MARTINS, 1995).

Para se atingir o desenvolvimento sustentável, Sachs (1993) entende ser necessário considerar cinco dimensões de sustentabilidade: sustentabilidade social (melhor distribuição de renda); sustentabilidade econômica (gestão e alocação eficientes de recursos); sustentabilidade ecológica (priorização de recursos ou produtos renováveis, abundantes e ambientalmente inofensivos; redução de

resíduos e poluição; limitação do padrão de consumo dos países ricos e camadas sociais privilegiadas; tecnologias limpas; definição de regras para a proteção do meio ambiente); sustentabilidade espacial (equilíbrio entre os meios urbano e rural e adequada distribuição territorial de assentamentos humanos); sustentabilidade cultural (utilização dos conhecimentos de comunidades tradicionais nos meios de produção os quais se pretenda modernizar).

### **2.1.2 A agricultura familiar: condição necessária para o desenvolvimento rural sustentável**

Procura-se, a seguir, identificar a importância da agricultura familiar no processo de desenvolvimento rural sustentável, mostrando, ao mesmo tempo, as diferenças existentes entre este tipo de agricultura e aquele conhecido como patronal. Além disso, pretende-se discutir a importância que a agricultura familiar tem para o Brasil e a difícil situação em que este segmento se encontra, reforçando a necessidade da diversificação das atividades dentro da propriedade rural, de onde procede a justificativa para o desenvolvimento do agroturismo.

Inicialmente deve-se destacar a existência de uma certa diversidade de conceitos para a agricultura familiar. As definições levam em consideração o tamanho da propriedade, a origem da renda da família e da força de trabalho, dentre outros aspectos.

Neste sentido, Altmann et al., 2002, p. 103, considera que:

“Agricultor familiar é todo aquele que explora parcela de terra na condição de proprietário, assentado, posseiro ou arrendatário, e atende simultaneamente aos seguintes quesitos: utiliza o trabalho direto, seu e de sua família, podendo ter, em caráter complementar, até dois empregados permanentes e contar com a ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agropecuária o exigir; não detenha, a qualquer título, área

superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor; tenha no mínimo 80% da renda familiar bruta anual originada da exploração agropecuária, pesqueira ou extrativista; resida na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo”.

No documento "Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico" realizado em 1996 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), a agricultura familiar é definida a partir de três características básicas:

- “a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento;
- b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família;
- c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva” (INCRA/FAO, 1996, apud INCRA/FAO, 2000, p. 08).

Ressalte-se que neste trabalho de mestrado é este o conceito de agricultura familiar adotado.

Dentre as principais diferenças existente entre as duas formas básicas de produção agropecuária: a agricultura familiar e a patronal, a FAO elaborou o seguinte quadro comparativo:

**QUADRO 1:** Comparativo entre os modelos patronal e familiar de agricultura

<b>Modelo Patronal</b>	<b>Modelo Familiar</b>
Completa separação entre gestão e trabalho;	Trabalho e gestão intimamente relacionados;
Organização centralizada;	Direção do processo produtivo assegurada pelos proprietários;
Ênfase na especialização;	Ênfase na diversificação;
Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis;	Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida;
Predominância do trabalho assalariado;	Trabalho assalariado como complementação;
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento”;	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo;

FONTE: FAO/INCRA, 1995.

Segundo as análises feitas pela FAO/INCRA (1994 e 1996), a agricultura patronal se caracteriza por contratar um número limitado de trabalhadores residentes e fomentar forte concentração de renda e exclusão social. Em contrapartida, a agricultura familiar apresenta um perfil essencialmente distributivo e possibilita maior equidade sócio-cultural. Este modelo apresenta vantagens com relação à estabilidade e capacidade de adaptação, devido à ênfase na diversificação e à maior maleabilidade do seu processo decisório.

Cabe ressaltar, também, que mesmo dentro do universo identificado como “agricultura familiar” existe diferenças. Segundo FAO/INCRA (1994), a agricultura familiar não pode ser considerada um bloco homogêneo; os diferentes segmentos de renda exigem tratamentos específicos por parte das políticas públicas. Neste

sentido, surge a classificação dos agricultores familiares em "consolidados"; "em transição" e "periféricos".

Deve-se considerar que no Brasil, assim como em vários países da América Latina, adotou-se um modelo de desenvolvimento baseado na agricultura patronal. O resultado desta prática é o abandono do campo por milhares de pessoas.

Para Veiga apud Melloni (1998), no caso do Brasil os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que 75% da área ocupada pela agropecuária no País (ou aproximadamente 300 milhões de hectares) estão em poder de cerca de meio milhão de fazendeiros, que dão emprego a 5 milhões de pessoas. O restante é ocupado por 13 milhões de trabalhadores rurais, dos quais 25% produzem para a subsistência.

Para ele, o êxodo rural não conseguiu resolver o problema da pobreza rural, observando-se no Sudeste, região mais rica do País, que a pobreza no campo é o dobro da registrada nas cidades, enquanto no Nordeste a proporção é semelhante nos dois ambientes.

O incentivo à agricultura patronal relaciona-se ao conceito de crescimento econômico, onde o enfoque está centrado no resultado em termos de produto e renda. No caso da agricultura, esta concepção é chamada de "produtivismo" e foi marcada por um conjunto de princípios que caracterizaram o processo da "revolução verde". Considerava-se que bastava aumentar a produção para se atingir o almejado desenvolvimento do país e a melhoria da qualidade de vida dos agricultores.

Veiga (2002), fazendo uma análise sobre os impactos desta estratégia de desenvolvimento, afirma que os espaços que foram dominados pela agricultura de

ponta são os que menos favorecem o dinamismo regional, mesmo exibindo altos níveis de “eficiência”. Para ele,

“são paisagens tão monótonas, com águas e solos tão contaminados por agroquímicos que não podem aproveitar uma das principais vantagens comparativas das zonas rurais do século 21: a atração de residentes temporários, aposentados, famílias em férias, turistas, esportistas, congressistas, sem falar nas empresas que a revolução telemática está libertando dos grilhões urbanos. No limite, deve-se até admitir o inverso do senso comum, pois a agricultura de ponta pode se transformar no maior vilão do desenvolvimento rural.” (VEIGA, 2002, p.72)

Para Veiga (2002, P.72), o exemplo dos Estados Unidos mostra a diferença no dinamismo econômico existente nas áreas onde se concentram os “condados” agrícolas das outras regiões do país. Segundo o autor, nestas localidades sente-se falta de serviços como mercearias, padarias, farmácias, cafés, lavanderias, etc. Quase não existem prédios de escolas, hospitais, correios e agências bancárias. Estas regiões são ricas, no entanto, em silos e, principalmente, em postos de gasolina. Por outro lado, os “condados” rurais onde predomina o setor terciário são muito mais dinâmicos. Estes locais são procurados pelos aposentados urbanos.

“A aposentadoria das classes médias agitam as atividades culturais de localidades que tem razoável estrutura de serviços pessoais (com destaque para saúde), além de disporem de amenidades relacionadas à preservação da natureza: diversidade paisagística, água limpa, ar puro, silêncio. Geralmente o avesso daquilo encontrado nas áreas dominadas pela agricultura de ponta.” (VEIGA, 2002, P.73)

O autor destaca ainda, que em todo o território existem atividades agrícolas e que a diferença está no rumo seguido pelos agricultores. Quando se especializam nos cultivos que mais poupam trabalho (especialmente grãos) deixam de estimular no entorno a evolução diversificada de outras iniciativas.

Destaca-se, dentro deste contexto, o alerta feito por Brose (1999) para que o processo de empobrecimento da maioria das unidades familiares de produção traz como consequência o empobrecimento da maioria dos municípios de interior.

Veiga apud (BROSE 1999, p.13-14), cita cinco razões que dificultam até hoje a emergência de estratégias de desenvolvimento rural baseado na agricultura familiar no país:

- um forte viés urbano em uma sociedade que nos últimos anos inchou com mais 50 milhões de migrantes rurais as suas áreas urbanas, para muitos associando assim a idéia do rural com o atraso;
- a percepção de que a agricultura é um setor declinante na economia leva muitos tomadores de decisão no governo a não considera-la importante para políticas públicas de desenvolvimento;
- a queda de preços reais dos alimentos durante as duas últimas décadas gerou certa complacência em relação ao setor agrícola, o que reduziu a vontade política de executar as complexas reformas necessárias ao desenvolvimento rural;
- a incipiente presença política da agricultura familiar pela dispersão geográfica, a precariedade da infra-estrutura de transportes e comunicação, impedindo as famílias – especialmente as mulheres – articularem politicamente seus interesses;
- esses fatores geram desmotivação nas organizações internacionais responsáveis por assessoria, financiamentos e projetos, que se traduz na falta de coordenação entre elas, grupos da sociedade civil e organizações privadas”.

Para Brose 1999, p.14-15,

“o fechamento e o abandono de uma unidade familiar de produção constitui uma catástrofe cultural, social e econômica para a referida família. Acarreta a perda (muitas vezes de forma irreversível) da autonomia, do modo de vida, da auto-estima da família para o subemprego e a insegurança alimentar. Constitui na verdade uma perda para toda a sociedade, e muitas vezes é o caminho para a cesta básica do Programa Comunidade Solidária e para chagas sociais como a prostituição infantil”.

A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, constituiu-se em um marco histórico de reconhecimento da importância deste segmento na produção de alimentos e na geração de emprego e renda para o Brasil.

Podemos dizer que este reconhecimento da importância e do potencial da agricultura familiar é fruto da movimentação de organizações ligadas aos trabalhadores rurais e aos "pequenos agricultores", somada aos problemas que enfrentava o modelo da "agricultura patronal", baseado na grande extensão de terra e na utilização de insumos de origem industrial. Além disso, o processo massivo de urbanização que levou milhares de pessoas para as grandes cidades limitou as opções de emprego neste meio, colocando muitas pessoas em condições sub-humanas de vida.

Neste contexto é que a agricultura familiar passa a ser valorizada dentro dos processos que buscam atingir o desenvolvimento rural sustentável. Percebe-se o potencial deste segmento em gerar emprego, renda, preservar o meio ambiente, produzir alimentos diferenciados (ênfase na produção de alimentos orgânicos/agroecológicos), preservar a cultura local, etc; ou seja: políticos e estudiosos passam a se dar conta de que a agricultura familiar apresenta as condições necessárias para manter o meio rural vivo e dinâmico, sendo capaz de manter sua população e atrair outras pessoas.

### **2.1.3 As mudanças no espaço rural e na forma de como é percebido**

A imagem do meio rural ligada exclusivamente à atividade primária, especialmente agricultura e pecuária, foi alterada. Trata-se de um processo motivado, no mínimo, por dois acontecimentos. Primeiramente, o fenômeno já mencionado do "ambientalismo", que colocou em evidência o meio ambiente, a natureza e a produção de alimentos "orgânicos". Isto efetivamente alavancou a

revalorização da imagem de tudo aquilo que é ligado ao meio rural. Por outro lado, a crise da agricultura, especialmente naquele segmento identificado como familiar, tem impulsionado os agricultores a explorarem outras atividades para conseguirem sobreviver no meio rural. Neste contexto, procurar-se-á resgatar, a seguir, a discussão sobre os “novos papéis do meio rural”, explicitando conceitos como o desenvolvimento da agricultura em tempo parcial e a pluriatividade das famílias de agricultores. Para tanto, faz-se necessário iniciar este item a partir da contestação feita por alguns estudiosos, destaque-se nesta corrente os trabalhos de José Eli da Veiga, sobre a delimitação do rural e do urbano no Brasil e as implicações destas distorções na visão da realidade socioeconômica brasileira e conseqüentemente das políticas públicas.

Veiga (2002, p.31-32), comentando o critério utilizado no Brasil para definir o grau de urbanização, diz:

“considera-se urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características. De um total de 5.507 municípios existentes em 2000, havia 1.176 com menos de 2.000 habitantes, 3.887 com menos de 10.000, e 4.642 com menos de 20 mil habitantes, todas com estatuto legal de cidade idêntico ao que é atribuído aos inconfundíveis núcleos que formam as regiões metropolitanas, ou que constituem evidentes centros urbanos regionais. Seguindo esta lógica, o grau de urbanização teria atingido 81,2% em 2000”.

Alguns autores dizem que não se deveria considerar urbanos habitantes de municípios pequenos, com menos de 20 mil habitantes. Dentro deste critério estariam 4.024 municípios brasileiros em 2000, derrubando o grau de urbanização do Brasil para 70%. No entanto, o uso desta regra fica comprometido devido à existência de municípios com menos de 20 mil habitantes que têm altas densidades demográficas, e uma parte deles pertence a regiões metropolitanas e outras aglomerações; considerados indicadores importantes para caracterizar o fenômeno

urbano. Neste sentido, o critério correto deveria combinar, pelo menos, o tamanho populacional do município com sua densidade demográfica e sua localização (VEIGA, 2002).

Segundo um estudo feito por técnicos do IBGE, Ipea e Unicamp, denominado: Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil (1999), foram identificados 12 aglomerações metropolitanas, 37 demais aglomerações e 77 centros urbanos. Nessa teia urbana, formada por 455 municípios dos três tipos de concentração, estavam 57% da população em 2000, caracterizada certamente como urbana (VEIGA, 2002).

Desta forma, resta distinguir entre os 5.052 municípios restantes aqueles que pertencem ao Brasil rural e aqueles que estão em situação ambivalente. Para isso, Veiga (2002) utiliza o critério da densidade demográfica / índice de pressão antrópica, considerado por ele o melhor indicador do grau de artificialização dos ecossistemas e do efetivo grau de urbanização dos territórios. São considerados de pequeno porte os municípios que têm simultaneamente menos de 50 mil habitantes e menos de 80 hab/Km<sup>2</sup>, e de médio porte os que têm população no intervalo de 50 a 100 mil habitantes, ou cuja densidade supere 80 hab/Km<sup>2</sup> mesmo que tenham menos de 50 mil habitantes.

“Desta forma, concluiu-se que não pertencem ao Brasil indiscutivelmente urbano, nem ao Brasil essencialmente rural, 13% dos habitantes, que vivem em 10% dos municípios. E que o Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios, nos quais residem 30% dos habitantes. Ao contrário da absurda regra em vigor – criada no período mais totalitário do Estado Novo pelo Decreto-lei 311/38 – essa tipologia permite entender que só existem cidades nos 455 municípios do Brasil urbano. As sedes dos 4.485 municípios do Brasil rural são vilarejos e as sedes dos 567 municípios intermediários são vilas, das quais apenas uma parte se transformará em novas cidades” (VEIGA, 2002).

Um outro questionamento feito por Veiga (2002), além deste que define o que é rural e o que é urbano no Brasil, diz respeito a evasão populacional dos

municípios de pequeno porte e com características rurais. O autor cita que isso aconteceu na metade destes municípios, sendo que em um quarto deles houve um aumento populacional de 31,3%, sendo superior do que ocorreu no Brasil urbano (aproximadamente 20%), e mais do que o dobro do crescimento populacional do Brasil como um todo, que foi de 15,5% no período intercensitário de 1991-2000.

Em alguns casos, pode-se associar o crescimento destes 1.109 municípios rurais com o dinamismo econômico de micro e pequenas empresas do setor de serviços, principalmente nas regiões Sul e Sudeste. Há casos que se explicam pelo dinamismo político das prefeituras, particularmente no Nordeste.

Apesar de ainda se saber pouco sobre estes fenômenos, já é suficiente para que se rompa a visão de que todo o Brasil rural é formado por municípios que estão se esvaziando. Para Veiga (2002), é importante entender que o futuro destas populações dependerá cada vez mais de articulações intermunicipais capazes de diagnosticar as vocações do território que compartilham, formular um plano de desenvolvimento microrregional, e viabilizar o seu financiamento com o imprescindível apoio das esferas governamentais superiores.

Dentro deste contexto, Abramovay (2001) apresenta uma discussão sobre a ruralidade, afirmando ser um conceito de natureza territorial e não setorial; não podendo ser encarada como uma etapa do desenvolvimento social a ser vencida pelo avanço do progresso e da urbanização. A agricultura, a indústria e o comércio são setores econômicos, a ruralidade é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas. Os mais importantes estudos europeus e norte-americanos convergem no sentido de definir meio rural com base em três atributos. O primeiro é com relação à natureza: a ruralidade supõe, em última análise, o contato muito mais imediato dos habitantes locais com o meio natural do que nos

centros urbanos. O segundo atributo característico do meio rural é a sua relativa dispersão populacional, em contraste às imensas aglomerações metropolitanas. O terceiro ponto seria a relação com as regiões urbanas: as grandes cidades são evidentemente o centro nervoso do processo de desenvolvimento. Mas o próprio crescimento e interiorização das grandes e médias cidades abrem a oportunidade de novas atividades e da valorização de atributos do meio rural até então desprezados. É fundamentalmente da renda urbana que depende o dinamismo rural: não só daquela constituída por mercados consumidores anônimos, distantes e destinatários de *commodities*, mas sobretudo da que se volta ao aproveitamento das virtudes mais valorizadas do meio rural, como a produção territorializada de qualidade, a paisagem, a biodiversidade, a cultura e um certo modo de vida. O pressuposto aí é que o meio rural não se urbanize, mas que ele tenha, ao mesmo tempo, um conjunto de organizações que planejem o aproveitamento econômico de atributos que os mercados convencionais dificilmente serão capazes de revelar.

Levando-se em consideração que as estatísticas orientam as ações governamentais, esta discussão do rural e urbano preocupa ainda mais. Os moradores das grandes cidades pedem solução para problemas de trânsito, habitação e criminalidade. No campo, as pessoas têm outras necessidades, como o crédito rural (e não apenas agrícola).

As relações cidade-campo mudaram radicalmente na segunda metade deste século. O que está ocorrendo hoje nos países do Primeiro Mundo é que o espaço rural tende a ser cada vez mais valorizado por tudo que ele opõe ao artificialismo das cidades: paisagens silvestres ou cultivadas, água limpa, ar puro e silêncio. Dentro deste contexto, ruralidade não é mais sinônimo de atraso.

Paralela a discussão sobre os limites entre o rural e o urbano, uma outra temática merece destaque. Trata-se dos novos papéis que o meio rural vem assumindo frente ao desenvolvimento da sociedade.

Ainda hoje, é comum imaginarmos o meio rural como o local de realização das atividades primárias (agricultura e pecuária). Seus habitantes não raramente são identificados como atrasados e incapazes de se adaptarem a vida moderna. Na maioria das vezes estas definições procuram justificar o papel acessório do meio rural em relação às cidades, atribuindo-lhe ora a responsabilidade de fornecedor de mão-de-obra, ora de produtor de alimentos para o abastecimento urbano e, mais recentemente, a função de "reserva ambiental" (TURNES, 1996). Para este autor, a imagem do meio rural ligada exclusivamente à atividade primária deve ser alterada. O espaço rural deve ser transformado num local de atividades econômicas múltiplas e dinâmicas, que permitam às pessoas que ali vivem acesso a condições de vida, semelhante àsquelas das áreas urbanas. Dentro deste contexto, o meio rural passa a incorporar papéis que atendem a interesses de toda a sociedade: serviços, habitação, preservação ambiental e de valores, produção de alimentos diferenciados, etc.

Silva apud Schneider (2001), aponta, dentro do "novo rural" as famílias pluriativas, que combinam vários tipos de atividade em uma mesma unidade familiar ou estabelecimento, fazendo com que os seus membros possuam vários tipos de inserção profissional. Neste sentido, a agricultura em tempo parcial também se desenvolve, sendo que neste modelo, os responsáveis diretos pela propriedade dedicam-se apenas parcialmente as atividades agrícolas.

Esta nova configuração do rural e dos agricultores responde a necessidade da construção social de novas funções para o rural. Trata-se de um

fenômeno relevante para promover o bem estar social e o desenvolvimento econômico do espaço rural.

#### **2.1.4 A abordagem territorial**

É cada vez mais evidente a necessidade de que as ações que visam o desenvolvimento sustentável de determinado local sejam pensadas em nível de território. Levando-se em consideração que um território é definido por características semelhantes (topografia, colonização, recursos naturais, cultura, atividades econômicas, etc), não seria estranho imaginar que neste “local”, os problemas que atingem um município ou comunidade podem ser encontrados em municípios vizinhos. Desta forma, ações pensadas para uma localidade podem ser reforçadas quando desenvolvidas dentro de um território.

Baseando-se na divisão de desenvolvimento territorial criada, em 1994, na Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), Abramovay (2001) diz que a idéia central é que o território, mais do que simples base física para as relações entre os indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais, dos custos de transportes e de comunicações. Para o autor, um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico.

Para Schmidt et al. (2001), um outro pressuposto do desenvolvimento local parte do reconhecimento de que todos os territórios possuem riquezas

(humanas, culturais, naturais e materiais) que devem ser à base do processo de transformação de sua realidade.

## **2.2 O turismo e o espaço rural**

Dentre as novas atividades desenvolvidas no espaço rural, o turismo tem ganhado destaque. Vários países, especialmente da Europa, adotaram o turismo no espaço rural como uma grande ferramenta para alavancar o desenvolvimento deste meio, criando mecanismos de apoio e subsidiando a implantação da atividade.

O interesse pelo turismo no espaço rural surge, especialmente, a partir de dois acontecimentos: o crescimento da população urbana constituindo regiões extremamente povoadas e a necessidade de inovar as atividades econômicas do meio rural.

### **2.2.1 A atividade turística e sua evolução**

A organização e o desenvolvimento do turismo estão ligados a importantes fenômenos socioculturais, decorrentes da própria evolução do capitalismo moderno.

Segundo SENAC (1998), o cenário propício aos movimentos turísticos ocorridos em meados do século XIX foram, sem dúvida, as mudanças socioculturais produzidas pela passagem do capitalismo comercial ou mercantil ao capitalismo industrial.

Vários fatores contribuíram para o desenvolvimento do turismo, ao longo dos anos. Melhoria de salários e a garantia de benefícios aos trabalhadores, como férias remuneradas e, portanto, o aumento de tempo livre; desenvolvimento de meios de comunicação em massa; os produtos da tecnologia (televisão, videocassete, CDs, CD-rom, TV a cabo, etc), e outros. Tudo isso criou um quadro favorável às viagens, numa sociedade em que o contato com outros povos e outras culturas passou a ser valorizado, inclusive como forma de ampliar conhecimento e informação (SENAC, 1998).

Ruschmann (1997) cita alguns aspectos que contribuíram para o desenvolvimento dos fluxos turísticos ao longo dos anos, sendo eles:

- “- crescimento do tempo livre como consequência da racionalização e do crescimento da produtividade nas empresas;
- aumento da renda de amplas camadas da população;
- evolução técnica, que conduziu a um aumento da produtividade e à redução dos custos da produção. A produção massiva dos veículos aumentou o grau de movimentação das pessoas, que se utilizam, cada vez mais, dos automóveis para viajar;
- desenvolvimento de empresas prestadoras de serviços que organizam e comercializam viagens;
- liberação das formalidades aduaneiras, eliminação de vistos, unificação de documentos de viagens etc., estimulando as viagens internacionais;
- aumento da urbanização como consequência da industrialização;
- falta do “verde” e os impactos psicológicos da vida nas cidades, que incentiva as viagens”.

Podemos considerar que a atividade turística teve seu início ligado ao advento do capitalismo e ao desenvolvimento tecnológico, sendo que a condição econômica determinava quem viajava e a tecnologia dizendo de que forma. Além disso, observa-se que as classes altas sempre consumiam o turismo individual e as médias o turismo de massa (SENAC, 1998).

Oscar de La Torre apud Barretto (1995, p. 12) propõe na década de 90 que:

“Turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural”

Neste trabalho, passamos a adotar este conceito como o referencial que irá nortear nossa análise da atividade foco do estudo: o agroturismo.

### **2.2.2 O turismo inserido na discussão da sustentabilidade**

A discussão sobre a sustentabilidade no desenvolvimento de atividades turísticas surge mais fortemente na década de 1980, quando o modelo “turismo de massa”, desenvolvido intensamente nas décadas de 50, 60 e 70 começa a ser questionado.

Segundo Brüggmann (2001), no final da década de 80, os estudantes de cursos superiores e profissionais da área de turismo, influenciados pelo “Relatório Brundtland”, começaram a incluir nas suas atividades a discussão da sustentabilidade.

De acordo com a Global Conference on Business and the Environment (Globe'92), citado por Ruschmann (1994), o turismo sustentável prevê:

“a gestão de todos os ambientes, recursos e comunidades receptoras, de modo a atender às necessidades econômicas, sociais, vivenciais e estéticas, enquanto que a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais e a diversidade biológica dos meios humanos e ambiental são mantidos através dos tempos.”

Dantas (2000) destaca que a atividade turística possui relações próprias que integram todos os setores produtivos, caracterizando-se como um sistema. Desta forma, atualmente, o turismo é estudado principalmente sob o enfoque

sistêmico para descrever tanto o fenômeno como os seus componentes. Já para Acerenza (1991), o turismo é um fenômeno eminentemente social, dando origem a várias atividades como transportes, alojamento, alimentação e outras, que geram uma série de efeitos econômicos, sociais, culturais e ecológicos sobre o ambiente. Uma vez que os efeitos econômicos são os mais evidentes, o turismo acaba, contudo, sendo entendido como um fenômeno econômico.

Tourism Concern (1992) define o turismo sustentável como aquele turismo que, juntamente com infra-estruturas associadas, pode – tanto no presente, como no futuro – operar dentro da capacidade natural para possibilitar a regeneração e produtividade dos recursos naturais; reconhecer a contribuição das pessoas e da comunidade, costumes e estilos de vida para a experiência turística; aceitar que estas pessoas devem receber uma parte eqüitativa dos benefícios econômicos do turismo; e ser guiado pelas necessidades da população e comunidades receptoras.

Segundo Manning & Dougherty (1996), a realização da Conferência Global sobre negócios e meio ambiente (Globe'92), em Vancouver (British Columbia), em 1992, originou uma declaração contendo os passos para que o turismo se torne ambientalmente sustentável. São eles:

- “ - criar uma organização nacional institucional para o turismo sustentável, incluindo uma estratégia de desenvolvimento em longo prazo e a criação de uma política mais segura e estruturas de planejamento;
- proteger os recursos centrais de base para o sucesso da indústria;
- estabelecer associações de fornecedores do turismo com as comunidades locais e com a iniciativa privada para a construção de um turismo sustentável;
- desenvolver um melhor inventário e sistemas de monitoramento para ambos os recursos de base e as ações de turistas;
- utilizar melhores tecnologias e “design” para minimizar os impactos negativos;
- tirar vantagens do mercado a favor de um produto turístico “verde”;
- desenvolver padrões para a indústria e encorajar a colaboração, em todos os níveis, no desenvolvimento e na implementação de efeitos mecanismos reguladores”.

Segundo o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) 1994, o turismo sustentável é um modelo de desenvolvimento econômico que foi concebido para assegurar a qualidade de vida da comunidade; proporcionar satisfação ao turista e manter a qualidade do ambiente do qual dependem tanto a comunidade como o turista. O PNMT (1994), através do Guia para Oficinas de Treinamento dos Agentes Multiplicadores e dos Monitores, apresenta alguns benefícios do turismo sustentável, sendo eles:

- “- incentiva a consciência em relação aos impactos sobre o meio ambiente natural, cultural e humano;
- assegura uma justa distribuição dos custos e benefícios;
- proporciona a criação de empregos, quer diretamente no setor turístico, quer nos diversos setores de apoio e de gestão dos recursos;
- estimula a criação de empresas domésticas lucrativas: pousadas e outras instalações de hospedagem, restaurantes e outros serviços de alimentação, meios de transporte, produção de artesanato, serviços de informação e guias;
- gera a entrada de divisas estrangeiras no país e a injeção de capital e de dinheiro na economia local;
- diversifica a economia local, principalmente em áreas rurais onde o emprego agrário pode ser esporádico ou insuficiente;
- estimula melhorias nos meios de transporte locais, nas comunicações e na infraestrutura básica da comunidade;
- cria instalações recreativas que podem ser utilizadas tanto pela comunidade local como pelos turistas nacionais e estrangeiros;
- estimula e ajuda a custear a preservação dos locais arqueológicos, dos bairros e dos edifícios históricos;
- pode estimular a utilização produtiva dos terrenos marginais;
- melhora a auto-estima da comunidade local e fornece oportunidade para uma maior;
- compreensão e comunicação entre pessoas de diversas origens;
- supervisiona, avalia e administra o impacto que tem sobre o ambiente e desenvolve métodos confiáveis para definir responsabilidades e combater quaisquer efeitos negativos”.

Todas as definições anteriores levam em conta a necessidade do estabelecimento de limites de utilização de espaços turísticos: a "capacidade de carga". A identificação deste aspecto em relação ao meio ambiente é extremamente relevante na discussão do turismo sustentável. O PNMT (1994) considera que capacidade de carga é a utilização máxima de qualquer lugar sem efeitos negativos nos recursos naturais; sem o comprometimento da satisfação do turista e sem

impactos adversos sobre a sociedade, a economia e a cultura local. Os limites da capacidade de carga podem ser difíceis de determinar, mas são essenciais para o planejamento do turismo e da recreação. A capacidade de carga do turismo inclui aspectos físicos, biológicos, sociais e psicológicos.

Segundo o PNMT (1994), existem três tipos distintos de limitação na capacidade de carga:

- “- biofísico (ecológico) – referente ao meio ambiente natural;
- sócio-cultural – que se relaciona principalmente com os impactos na comunidade anfitriã e respectiva cultura;
- equipamentos e serviços que se relacionam com a experiência do turista”.

Além disso, o PNMT (1994) também afirma que a capacidade de carga varia conforme a estação do ano e a fatores, tais como:

- “- comportamento dos turistas;
- projeto e a gestão de estabelecimentos turísticos;
- uso adequado dos recursos;
- caráter dinâmico do ambiente ;
- mudança de atitude da comunidade anfitriã”.

### **2.2.3 Turismo em áreas rurais**

Na Europa, o turismo tem sido muito difundido nas zonas rurais, sobretudo nas mais desfavorecidas. Dados do programa LEADER mostram que dentre as 217 zonas de atuação do programa, em 71 o turismo se constitui como atividade predominante nos projetos iniciados pelos grupos de ação local, incentivados tanto pela oferta como pela procura (LEADER. Comercializar um turismo rural de qualidade. In Dossier Leader; Comercializar um turismo rural de qualidade. 1995. Disponível em: <<http://www.rural-europe.aeidl.be/rural-pt/biblio/touris/art02.htm>>. Acesso em: 29 set. 1999).

A questão da oferta está relacionada ao aumento da produtividade dos setores secundários e terciários e da menor atração das grandes cidades, fazendo o êxodo rural diminuir sensivelmente. No entanto, os jovens com mais formação continuam saindo do meio rural devido à situação de profundo marasmo econômico, social e cultural provocada, dentre outras coisas, pelo êxodo. Neste sentido, as comunidades rurais passam a perceber que seu desenvolvimento não será exógeno e que devem mobilizar recursos locais em atividades econômicas susceptíveis de serem competitivas, sendo o turismo, em muitos casos, a alavanca possível do desenvolvimento local (ZIMMER; GRASSMANN, 1996).

Com relação à procura, o aumento notável ao longo das últimas décadas da busca de atividades recreativas e de lazer no meio rural por parte dos cidadãos, foi certamente o elemento catalizador da aparição de uma oferta turística mais variada ao nível local. Trata-se, todavia de uma procura muito heterogênea: para cada setor de clientela correspondem certos tipos de atividade turística, que devem ser identificados e adaptados para cada caso.

Com relação ao Brasil, a situação é semelhante. Os agricultores buscam no turismo uma complementação da renda ou, muitas vezes, mudam a atividade original, configurando um novo uso do território, baseado no patrimônio histórico, cultural, arquitetônico etc.

Paralelo a isto, a expansão das cidades com a configuração de grandes metrópoles, desperta em seus habitantes o anseio de buscar espaços mais tranquilos, o contato com a natureza, com animais, etc. Desta forma, o turismo e o lazer, atividades que marcam as sociedades contemporâneas passam a fazer parte do cotidiano de muitas áreas rurais brasileiras, como veremos no item 2.2.5.2.

Em termos de abordagem, diversas realidades dão lugar a conceitos diferentes de turismo no espaço rural, sobre os quais são freqüentes as divergências entre autores.

Oxinalde (1994), aponta como primeiro problema para o estudo do turismo rural a questão das definições. Segundo o autor, esta dificuldade tem origem na própria ambigüidade das palavras “turismo” e “rural”. O autor opta em utilizar a expressão “turismo em espaço rural”, afirmando que o somatório das modalidades de turismo desenvolvidas neste meio (ecoturismo e turismo verde, turismo cultural, turismo desportivo, agroturismo, etc) é que o constituem. Para o autor estas atividades não se excluem e sim se completam.

No Brasil, a primeira referência encontrada é de Sartor, em 1981. A autora aponta a atividade como uma alternativa à produção agropecuária. Segundo ela, a produção de turismo no meio rural, ou simplesmente "turismo rural", corresponde ao exercício de atividades turísticas desenvolvidas em áreas rurais. Implica na produção de bens e serviços turísticos, destinados a satisfazer uma clientela turística que é atraída pelo consumo destes bens no ambiente rural.

Segundo Rodrigues (2001), as primeiras iniciativas oficiais com o rótulo de “turismo rural” se deram no município de Lages, localizado no planalto catarinense, no ano de 1986, quando algumas fazendas começaram a acolher visitantes para passar “um dia no campo”, constituindo, na seqüência, os hotéis-fazenda. De forma geral, as iniciativas multiplicaram-se rapidamente por todo o território nacional.

Para a autora, a imprecisão dos conceitos está relacionada à tentativa de classificação baseada em parâmetros europeus, o que resulta em equívocos por se

tratar de realidades diferentes e distintas. Segundo ela, é fundamental considerar os seguintes pontos:

- processo histórico de ocupação territorial;
- estrutura fundiária;
- características paisagísticas regionais;
- estrutura agrária com destaque para as relações de trabalho desenvolvidas;
- atividades econômicas atuais;
- características da demanda;
- tipos de empreendimentos”.

Rodrigues (2001), considera que o turismo rural está correlacionado a atividades agrárias, passadas e presentes, que conferem à paisagem sua fisionomia nitidamente rural.

SILVA et al. (1998), opta por utilizar a denominação turismo em áreas rurais para englobar atividades de serviços não agrícolas que vem se desenvolvendo no interior das propriedades rurais (denominadas de turismo rural ou agroturismo) e aquelas atividades de lazer realizadas no meio rural, denominadas de ecoturismo, turismo de negócios, turismo de saúde etc. Essa distinção é importante porque, em geral, as atividades ligadas a outras modalidades de turismo que não o agroturismo – como o “spa” rural, os centros de convenções no campo, os treinamentos de executivos e os parques naturais para atividades esportivas, além do ecoturismo – são atividades realizadas em determinadas regiões que por sua condição própria possuem atrações que por si mesma despertam o interesse e a curiosidade das pessoas. Ou seja, são atividades não agrícolas localizadas do ponto de vista estritamente geográfico em zonas rurais, mas externas às propriedades agropecuárias da região onde se instalam, que nada tem a ver com suas rotinas, constituindo-se num mundo à parte e às vezes, um verdadeiro enclave.

Em linha com este pensamento, Rodrigues (2001), considera que é inadequada a caracterização como equipamentos de turismo rural um

empreendimento – como uma pousada ou um hotel às margens de uma rodovia – apenas porque sua localização está convencionada como rural.

Pode-se observar, através de revisão de literatura, que o termo “turismo rural” recebe uma forte associação com os chamados hotéis-fazenda, especialmente em Santa Catarina onde se difundiu o modelo de turismo rural de Lages, baseado neste tipo de empreendimento. Em muitos casos, à implantação de sofisticados equipamentos de lazer é responsável por atrair os visitantes. De outro lado, a expressão “turismo no espaço rural” é um tanto genérica, permitindo o enquadramento de qualquer atividade turística realizada no espaço rural. A definição de um conceito que expresse claramente “o que” e “com quem” se está trabalhando – o que ocorre no caso do agroturismo – é fundamental para o desenvolvimento da atividade, especialmente no que tange a atuação de órgãos públicos ou mesmo a atração de consumidores. Neste sentido optou-se, neste trabalho, pela utilização do termo agroturismo.

#### **2.2.4 O agroturismo**

O conceito de agroturismo adotado nesta pesquisa foi definido durante uma reunião promovida pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA) e pelo Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT (Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR), em novembro de 2001, durante o VII Encontro Nacional do PNMT em Brasília.

Neste evento, 35 técnicos e representantes de diversas entidades que atuam em atividades de turismo junto a agricultores familiares se reuniram para intercambiar suas experiências e, a partir daí, definir um conceito geral e uma carta de princípios para o agroturismo. Desta forma, definiu-se agroturismo como:

“Um segmento do turismo desenvolvido no espaço rural por agricultores familiares organizados, dispostos a compartilhar seu modo de vida, patrimônio cultural e natural, mantendo suas atividades econômicas, oferecendo produtos e serviços de qualidade, valorizando e respeitando o ambiente e a cultura local e proporcionando bem estar aos envolvidos.”

Cabe ressaltar que esta definição – adotada neste trabalho - difere-se daquelas utilizadas por outros autores e recuperadas na revisão de literatura, por identificar claramente o agroturismo enquanto atividade ligada à agricultura familiar, além de propor a integração e interação com vários outros parâmetros, como produção agrícola, meio ambiente, cultura local etc.

A experiência do Brasil demonstra que as diversas iniciativas de turismo que são realizadas no meio rural podem conviver de forma democrática. Além disso, muitas parcerias são possíveis, sendo baseadas em princípios de complementariedade entre ações de turismo rural e agroturismo. No entanto, isso só é possível quando está claro as diferenças e a possibilidade de coexistência entre os diferentes segmentos de turismo desenvolvidos no espaço rural.

Para reforçar o conceito de agroturismo, a reunião realizada em Brasília, citada acima, elegeu algumas características que melhor identificam a atividade; são elas:

- trata-se de um segmento do turismo desenvolvido no espaço rural.
- o agroturismo é desenvolvido em propriedades rurais familiares que manejam adequadamente os recursos naturais. Trata-se de um turismo ambientalmente correto, que busca uma convivência harmônica com a natureza,

promovendo a educação ambiental. Além disso, o agroturismo deve contribuir para uma harmonização da paisagem rural local.

- o agroturismo deve oferecer aos visitantes produtos (*in natura* e transformados) produzidos na unidade familiar e/ou entorno rural, com qualidade;

Será dada ênfase para:

- Serviços com qualidade;
- Produtos de qualidade;
- Manipulação e cocção correta da alimentação;
- Gastronomia típica do campo;
- Preservação das tradições gastronômicas;

- o agroturismo valoriza e resgata o artesanato regional e a cultura da família do campo, além de manter os eventos típicos do meio rural (ex. Festa de São João), respeitando e valorizando o modo de ser do homem do campo. Além disso, os agricultores que desenvolvem o agroturismo em suas propriedades devem trabalhar em cooperação e solidariedade.

- o agroturismo deve incentivar a diversificação da produção e propiciar a comercialização direta desta produção pelo agricultor. Além disso, o agroturismo deve contribuir para a revitalização da propriedade rural e para o resgate e manutenção da auto-estima dos produtores;

Por fim, foram definidos os princípios básicos do agroturismo, que deveriam orientar as ações nos estados em prol da atividade:

- O agroturismo constitui-se em um instrumento de desenvolvimento local;
- A atividade de agroturismo deve ser complementar as demais atividades desenvolvidas na propriedade rural;

- A agricultura e a pecuária devem continuar sendo fundamentais para a manutenção da unidade de produção familiar;
- O agroturismo deve proporcionar a convivência visitante / família e vice-versa;
- Devem ser utilizados no empreendimento de agroturismo produtos locais, incluindo a aquisição de produtos de famílias vizinhas;
- Deve-se buscar o desenvolvimento da produção alternativa de alimentos (agroecologia);
- O agroturismo deve ser desenvolvido de forma associativa, onde os agricultores se complementam e se integram (rotas);
- No agroturismo deve haver uma transparência dos valores praticados, sendo o preço baseado em uma planilha de custos;
- Deve-se respeitar Cadernos de Normas (regulamentação) para o agroturismo, observando-se particularidades regionais;
- O agroturismo deve se constituir numa atividade que contribua para a manutenção da cultura local e do patrimônio natural;
- Os serviços devem ser planejados e executados pelos agricultores familiares;

### **2.2.5 Experiências estudadas**

Neste item serão apresentadas experiências nacionais e internacionais relacionadas com o tema e visitadas pela autora. Neste sentido, o primeiro caso destaca o desenvolvimento do agroturismo na França, tendo em vista o pioneirismo

do país nesta atividade, bem como a organização alcançada pelos agricultores que a desenvolvem.

A seguir, serão resgatadas algumas das principais experiências de agroturismo desenvolvidas no Brasil. Neste sentido, serão abordados os casos do Rio Grande do Sul (Caminhos de Pedra - município de Bento Gonçalves) e de Santa Catarina (Estrada Bonita – município de Joinville e município de São Martinho).

### **2.2.5.1 A experiência francesa**

#### **a) Contextualização**

A França submeteu-se, após a segunda Guerra Mundial, a uma fase acelerada de modernização. Havia a necessidade de aumentar a produção de alimentos para nutrir a Europa, pois apesar da população francesa ser, na sua maioria, camponesa, não conseguia nem garantir a auto-suficiência alimentar.

No período 1945-1975, que ficou conhecido como os “Trinta Gloriosos”, o camponês passa a dar lugar ao agricultor que trabalha, produz e define sua atividade em função das condições de mercado, cada vez mais internacionalizado (HERVIEU, 1996).

O mundo agrícola renunciou a uma cultura centrada sobre a economia camponesa e a terra como um bem, para adotar uma cultura dentro da qual a terra é considerada uma ferramenta de trabalho. Associava-se modernização ao desenvolvimento do meio rural e acreditava-se que através dela poder-se-ia dar às

peças que aí habitavam as mesmas condições das que habitavam nas cidades (lazer, cultura, etc).

A fortíssima modernização, por intermédio de novas tecnologias (máquinas, melhoramento de sementes, controle de doenças, etc), conseguia garantir altos níveis de produção por propriedade, permitindo aumentar em pelo menos vinte vezes a proporção de pessoas alimentadas/ativo agrícola (pessoa que trabalha em atividades agropecuárias). Deste modo, a saída de produtores dos campos não comprometia o abastecimento da França e nem o da Europa.

Apesar disso, nos dias atuais, não se pode mais falar de “desertificação social” do meio rural, pois entre 1982 e 1990 a população rural aumentou em 7%, com um ganho de 1 milhão de habitantes, enquanto que a da França urbana só aumentou 3,2%. A evolução demográfica dos “municípios rurais” é amplamente induzida pelo contexto geográfico e econômico em que se situam. Zonas classificadas como rurais, que se localizam perto de zonas urbanas em crescimento econômico, vêem sua população aumentar constantemente. Os espaços rurais são procurados cada vez mais por suas funções residenciais e não somente por sua função produtiva. Desta forma, pode-se dizer que a evolução da população agrícola não desempenha mais um papel primordial dentro da evolução da população rural. De 36.551 municípios (a título comparativo, segundo Cazella, 1997, o Brasil tem um território cerca de 15 vezes superior ao francês e apresenta 5.507 municípios), 88% são considerados rurais. O número está diminuindo em razão da fusão de alguns deles e, sobretudo, da sua passagem para a categoria urbana.

Por outro lado, existem regiões onde a população não para de diminuir. São zonas rurais onde a economia é pouco diversificada. Apesar disso, estas regiões representam, porém, uma oportunidade para uma população

financeiramente desfavorecida de se estabelecer pois o preço da terra é mais atrativo.

Diante desta situação, quase a metade do país se insere numa situação difícil: envelhecimento da população, desaparecimento ou desqualificação dos empregos, diminuição do número de agricultores, declínio econômico. Pior ainda, um quarto do território vê sua densidade demográfica cair a menos de 20 habitantes por quilômetro quadrado, densidade perigosa, pois os equilíbrios sociais são difíceis de serem mantidos. Nestas regiões, há o desligamento progressivo dos serviços públicos e o desaparecimento dos serviços privados de proximidades.

Tudo isso está resultando no desaparecimento de sociedades agrícolas. Estas sociedades encontram-se confrontadas, de um lado, com o suporte demográfico que recompõe a sua forma (aumento do número de habitantes) e, de outro, com a perda das características e dos valores dos seus agricultores.

Hoje, o modelo de produtivismo, instalado durante os “Trinta Gloriosos”, que levou a agricultura francesa ao segundo lugar na produção mundial de alimentos, atrás apenas da dos EUA, deixa de ser sinônimo de desenvolvimento econômico e social e o controle dos excedentes passa para o primeiro plano. A instauração de cotas leiteiras (limitação na produção de leite através de cotas distribuídas entre os agricultores), em 1984 e do pousio de terras (medida adotada para diminuir a área plantada nos campos franceses), aplicado na França a partir de 1992, dentre outras medidas para limitar a produção, transformaram-se em um verdadeiro trauma para os agricultores. Além dos elevados custos de manutenção, o modelo produtivista passa a ser questionado também quando se fala da qualidade da produção, fato ilustrado com o aparecimento da doença da vaca louca.

Diante deste cenário é que o turismo no espaço rural ganha espaço para se desenvolver. O quadro descrito acima é agravado pelo fato de 80% da população francesa viver sobre 20% do território e o aglomerado parisiense concentrar mais de 8 milhões de pessoas. O ritmo de crescimento das grandes metrópoles se acelera freqüentemente nos espaços rurais periféricos. As dificuldades econômicas e sociais presentes sobre o poder de compra criam um clima de desânimo. A insegurança das cidades gera agonia. As condições de vida de um grande número de cidadãos são cada vez mais estressantes.

Os finais de semana, as férias, as viagens, são uma oportunidade de fugir dos problemas cotidianos e entrar em contato com a natureza preservada e um meio rural ainda carregado de valores tradicionais.

O meio rural atrai por sua extensão, pela variedade das paisagens, pela riqueza de seu patrimônio, pela diversidade de seu terreno, pela vivacidade das tradições, pela qualidade dos sistemas de circulação e comunicação, pela valorização da natureza e da cultura, pela importância da sua história, pela hospitalidade de seus habitantes. De certa maneira, isto é uma justificativa para o desenvolvimento e o sucesso do turismo no espaço rural na França (MOINET, 1996).

Além disso, os problemas econômicos, políticos e sociais que afligem principalmente os habitantes das cidades e os levam a procurar referências em uma sociedade que eles acreditam estar livre da crise.

A evolução dos valores sociais e a difusão de modelos individualistas quebram os fundamentos do turismo de massa para a realização de um turismo de descoberta e de qualidade. A insegurança internacional foi fator de influência em um grande número de pessoas que passaram a descobrir seu próprio país.

Como conseqüência destas evoluções é que o turismo no espaço rural desperta o interesse de muitas pessoas. A riqueza turística dos campos, suas paisagens e o esforço importante feito por um conjunto do setor para propor alojamentos de qualidade e animações variadas, ligando à forma calorosa e à qualidade da recepção dos agricultores, fazem com que o campo se torne uma opção atrativa.

#### b) A organização das atividades através de associações

Segundo Moinet (1996), a partir do momento em que as obrigações legais e administrativas são respeitadas, qualquer pessoa pode se lançar sozinha numa atividade de “agroturismo” e dar a ela o nome que desejar. No entanto, esta independência encontra algumas limitações, sendo que a principal é, geralmente, de cunho financeiro. Não se têm recursos para realizar as melhorias necessárias na propriedade rural para a atividade, para a divulgação (nacional e internacional) e a comercialização.

Geralmente por estes motivos os agricultores se organizam numa associação. Para desfrutarem dos benefícios oferecidos por ela, bem como receber o logotipo que o caracterizará frente aos visitantes. Ele deverá respeitar um caderno de normas (regras) que são a garantia da qualidade de seus produtos e serviços, bem como os da associação. Estas regras tranquilizam os consumidores e os estimulam a comprar os produtos e desfrutar dos serviços desta marca coletiva.

As associações realizam vistorias periódicas para preservar e garantir o valor de sua marca. Elas garantem apenas os aspectos técnicos. A recepção, a

cortesia, a gentileza e a convivência são fatores essenciais para o sucesso da atividade e uma das melhores referências para novos turistas.

Uma outra atribuição importante para as associações é a organização de circuitos que visam oferecer aos turistas atividades externas às propriedades onde estão hospedados. Estes circuitos permitem aos turistas conhecer outras propriedades que possuem atrativos diferentes, indicam os pontos turísticos próximos, etc. Isto faz com que eles permaneçam mais tempo na região e fiquem com a impressão de que ainda não conheceram tudo.

No domínio do turismo rural francês, o agrupamento dos agricultores é feito em diversas associações (“Gîte de France”, “Bienvenue à la Ferme”, “Accueil Paysan”, “Logis de France”, etc). Cada uma propõe, assegura e promove atividades específicas. A adesão é voluntária, sendo que o futuro integrante procura a associação que mais se aproxime de seus ideais e que proporcione as melhores condições de venderem seus produtos.

Segundo Guzzatti (1997), existem alguns fatores que influenciam os agricultores (ou não agricultores, tendo em vista que outras pessoas que moram no meio rural podem participar de algumas associações) na hora de escolherem a associação que irão integrar. Um exemplo são as associações reconhecidas pelo governo e órgãos financiadores. Em troca dos serviços prestados (ajuda na elaboração do projeto, acompanhamento, promoção, apoio para a comercialização através de catálogo amplamente difundido, acesso a subsídios, etc) o proprietário deverá aceitar e seguir as normas que garantam serviços e produtos de qualidade. Há a assinatura de um “contrato” onde constam os direitos e deveres das duas partes e também o pagamento de uma cota, por parte do associado, para garantir o funcionamento da associação. O associado tem o compromisso de participar da vida

da associação, freqüentando as reuniões, assembléias e demais atividades a ela ligadas.

A seguir são apresentados alguns aspectos de algumas associações:

#### b.1) Gîte de France (Pousadas da França)

É a maior e mais antiga associação em termos de turismo rural na França. Criada através da iniciativa do Senador Emile Aubert, que expôs pela primeira vez a idéia do “Gîte de France” em 5 fevereiro de 1951.

“Emile AUBERT (1906-1969), foi presidente da Federação Nacional “Gîte de France” de 1955 (data de fundação) até 1969. Seu lema: “Melhorar a condição camponesa, desenvolver o turismo social, proporcionar boas férias para todos, reaproximação do trabalho da cidade com o trabalho do campo; objetivos pacíficos e humanos que perseguem os Gîte de France” (40<sup>o</sup> Anniversaire, 1994).

Na seqüência deu-se a criação da primeira pousada rural em 1951, no Sul da França, servindo de zona de experimentação para esta nova modalidade de turismo, sendo que o Ministério da Agricultura e do Turismo se organizavam para patrocinar esta nova atividade. Em 1952, o relatório geral da comissão de modernização do turismo oficializava a forma “Gîte de France” e a lançava para toda a França.

O Ministério da Agricultura, assim como outras entidades, concordaram em dar subsídios para os trabalhos realizados nas propriedades rurais, a fim de torná-las aptas à recepção de turistas. No início, estes subsídios estavam reservados exclusivamente aos agricultores. Hoje, o turismo rural não é mais

somente um “turismo Social” e os agricultores não são mais a totalidade na composição do quadro de ofertas da “Gîte de France”. Eles representam apenas um terço dos proprietários.

Em 22 de janeiro de 1955, é fundada a Federação Nacional “Gîte de France”, sendo elaborada uma normatização contendo todas as obrigações dos proprietários. O primeiro catálogo contendo o endereço e outras informações das propriedades associadas foi editado em 1955, com 146 pousadas listadas (40<sup>e</sup> ANNIVERSAIRE, 1994).

O desenvolvimento da organização “Gîte de France” acompanhou o desenvolvimento do turismo na França. Dos anos 60 até os dias atuais, este desenvolvimento foi considerável, apesar dos indícios de queda a partir de 1970, como consequência das diferentes crises econômicas. Mas a variedade de paisagens, a qualidade geral de vida, a extraordinária densidade de estabelecimentos disponíveis confirmam a vocação turística do meio rural.

Novas formas de acolhimento no espaço rural foram desenvolvidas. Esta diversificação de oferta respondia às expectativas e necessidades dos turistas e isso permitiu ao “Gîte de France” consolidar-se cada vez mais no território francês e aumentar sua clientela.

Os “Gîte de France” estão sempre se adaptando às novas necessidades de sua clientela (lazer, atividades esportivas, etc), buscando sempre uma melhoria na qualidade da hospedagem e dos outros serviços. Tenta conhecer a realidade dos seus clientes para melhor responder aos seus anseios e necessidades, trabalhando na evolução dos seus produtos (ex. melhoria no sistema de informática para a realização das reservas, elaboração de guias, etc).

Houve também, ao longo do tempo, uma aproximação maior com o Poder Público, principalmente com o Ministério do Turismo, da Agricultura e do Meio Ambiente, que apóiam ativamente a realização dos projetos.

Neste sentido, existe uma grande possibilidade dos associados conseguirem subsídios para implantarem suas atividades de turismo dentro da associação “Gîte de France”. Esta ajuda não pode ultrapassar 50% dos gastos para a implantação do projeto (deve ser elaborado pelo requerente do subsídio, que conta com o auxílio de um técnico da associação). Para ter acesso a este benefício, o requerente compromete-se em permanecer durante 10 anos na atividade, confiando a locação de seu imóvel à Central de Reservas; além disso, deverá realizar um estágio para discutir, pensar e planejar a atividade turística a ser implantada em sua propriedade.

Segundo Guzzatti (1997), tal estágio é realizado no COFRAT (Comitê de Formação dos Rurais para as Atividades do Turismo). Foi criado em 1985, por uma iniciativa conjunta da Câmara Regional de Agricultura e do Comitê Regional do Turismo da Região Pays de la Loire, para responder às necessidades de formação daqueles que habitam os espaços rurais e que sonham em criar uma atividade turística. O COFRAT possui o reconhecimento e o apoio do Conselho Regional do Pays de la Loire, que participa com o financiamento das formações e com subsídios de investimentos, ajudando os estagiários a realizar os seus projetos.

Os preços de locação dos empreendimentos são determinados livremente pelos proprietários, sendo comunicados a cada ano, à representação regional, para serem publicados nos guias de divulgação e comercialização. Cada empreendimento também recebe uma classificação (ex. da classificação de estralas

que foi utilizada no Brasil) da prefeitura do município onde está localizado o referido estabelecimento (GÎTE DE FRANCE, 1997).

#### b.2) Bienvenue à la Ferme (Bem-vindo a fazenda)

A associação “Bienvenue à la Ferme” foi criada pela Câmara de Agricultura, através de um órgão intermediário denominado “Agricultura e Turismo”, com o objetivo de facilitar o desenvolvimento das atividades de turismo realizadas por mais de 20.000 agricultores na França.

Uma outra razão para a sua existência é a necessidade de garantir aos turistas que os empreendimentos de turismo localizados no espaço rural estão necessariamente alocados em estabelecimentos agrícolas. Isso se fez necessário, especialmente pelo desenvolvimento do “Gîte de France”, onde atualmente os agricultores são minoria dentro do quadro de associados.

A associação “Bienvenue à la Ferme” possui normas de qualidade e conforto específicas, sendo que as mesmas seguem o padrão definido pela associação “Gîte de France”. Existe um acordo de cooperação entre as duas entidades para que não haja concorrência entre elas. Em muitos casos, as propriedades “Bienvenue à la Ferme” recebem apenas turistas de passagem (visita a propriedade, lanche, venda direta de produtos, etc). Assim, muitas vezes, um agricultor que desejar oferecer serviços de hospedagem e também incluir no nome dos seus serviços a extensão “na fazenda”, deverá integrar as duas associações, respeitando e seguindo suas normas de qualidade.

Os subsídios para os associados da rede “Bienvenue à la Ferme” são provenientes da Comunidade Econômica Européia, podendo chegar a 50% dos

gastos totais para a implantação dos serviços. Não é obrigatório, apesar de aconselhável, a realização de estágios (GUZZATTI, 1997).

Em 2003, aproximadamente 4.000 agricultores aderiam a marca “Bienvenue à la Ferme”, oferecendo aos turistas produtos originários de suas propriedades.

A associação “Bienvenue à la Ferme” oferece aos seus clientes os seguintes produtos e serviços: restaurante, camping, fazendas especializadas em cavalos, lanches / café, hospedagem e venda de produtos.

### b.3) Accueil Paysan (Acolhida na Colônia)

Durante o período 1980-1986, um grupo de agricultores franceses, moradores de uma zona montanhosa, se dedicaram a refletir sobre alternativas que os possibilitassem a permanecer no campo. A grave crise financeira era consequência da política agrícola adotada pelo governo até o final dos 70. Neste sentido, este grupo de agricultores decidiu resistir e sentiram a necessidade de se organizar. Passaram a se encontrar no Comitê d'Etude et de Proposition (CEP), agrupando agricultores, pesquisadores e técnicos. Destes encontros, 3 linhas de trabalho ganharam força: valorização e transformação dos produtos da propriedade rural; autoconstrução e acolhida (turismo).

Dentro deste quadro, o grupo mais identificado com as questões do turismo fundou em 1987 a associação “Accueil Paysan”, que têm sua sede em Grenoble, sul da França.

Cabe ressaltar que alguns dos fundadores da “Accueil Paysan” já desenvolviam atividades de agroturismo e eram associados a “Gîte de France”. No entanto, perceberam ao longo do tempo que a política de melhoria da infra-estrutura

da entidade estava descaracterizando a atividade. Os agricultores estavam deixando de lado seus valores para concorrerem com hotéis e restaurantes no meio rural.

Neste sentido, a “Accueil Paysan” surge no intuito de integrar as propriedades rurais de seus associados a uma recepção específica, baseada nos valores dos agricultores. Dividir os conhecimentos da natureza, permitir o contato com os animais e o meio ambiente, mostrar as diferenças do meio rural em cada estação do ano, oferecer e dividir espaços, dividir valores fundamentais dentro de um respeito recíproco eram suas propostas específicas.

O artigo 4 do estatuto da “Accueil Paysan” demonstra, em parte, seus objetivos:

“Promover atividades de acolhida no meio rural como forma de diversificação sócio-econômica dos territórios agrícolas e rurais e como oportunidade de criar encontros e favorecer a solidariedade entre cidade e campo” (GUZZATTI, 1997).

Os serviços propostos pelos associados são: pousada colonial, quartos coloniais, camping colonial, mesa colonial (o agricultor oferece refeições para poucas pessoas em sua própria casa) ou restaurante colonial e acolhimento de crianças, grupos e classes.

A entidade desenvolveu um caderno de normas para cada serviço (alimentação, hospedagem, etc), com o objetivo de garantir a autenticidade da associação. Isso acontece especialmente através da limitação do número de pessoas que as propriedades podem receber (para garantir o atendimento familiar) e também a origem dos produtos servidos para os visitantes (para que realmente sejam, em sua maioria, produzidos pela família de agricultores).

A “Accueil Paysan” possui cerca de 400 propriedades associadas na França. Além disso, como estratégia de valorizar os pequenos agricultores,

contribuindo para que tenham uma melhor qualidade de vida, abriu a possibilidade de outros países aderirem a sua marca. Neste sentido, 12 países já integram o guia de divulgação da entidade, incluindo o Brasil (ASSOCIATION, 2003).

### **2.2.5.2 A experiência brasileira**

#### a) O caso do projeto “Caminhos de Pedra”

O projeto Caminhos de Pedra está localizado no distrito de São Pedro, a 20 Km de município de Bento Gonçalves/RS. Esta localidade abriga 600 famílias, distribuídas em 7 comunidades (LOURENÇO, 2002).

Segundo Silva (2000), a região foi colonizada por imigrantes italianos que preservaram suas características originais devido, especialmente, a falta de recursos financeiros para a modernização.

Lourenço (2002) afirma que por este motivo às casas de pedra do final do século 19 não foram substituídas por construções de concreto.

Neste contexto, a cultura local, o excelente patrimônio arquitetônico, as tradições, o meio ambiente, dentre outros fatores, conferiram um grande potencial turístico para a região (SILVA, 2000; LOURENÇO, 2002).

O roteiro Caminho de Pedras surgiu em 1993, devido a iniciativa do proprietário do hotel Dall’Onder, situado na cidade de Bento Gonçalves, Sr. Tarcísio Michellon. Este hoteleiro precisava oferecer novos atrativos aos hóspedes, buscando, desta forma, aumentar o tempo de permanência dos turistas em seu estabelecimento (LOURENÇO, 2002).

Segundo Silva (2000), o primeiro passo para a implantação deste projeto foi a realização de um estudo do local mais adequado para o desenvolvimento do turismo no espaço rural da cidade. Isso foi feito através de entrevista e de levantamento fotográfico buscando identificar localidades atrativas.

A região selecionada, segundo a autora, possuía uma grande beleza arquitetônica (destaque para as casas de pedra), grande seqüência de propriedades com atrativos (rodas d'água, ferrarias, etc), proximidade da cidade e abundância de água.

O projeto Caminho de Pedras está organizado como um circuito, onde 23 propriedades estão abertas a visitação. Encontram-se: cantinas de vinho, uma fábrica de massas, um tear, uma ferraria, dentre outros atrativos.

Silva (2000) diz que o início do projeto foi dificultado pela descrença e falta de recursos por parte dos agricultores para realizarem as melhorias necessárias.

Neste sentido, o Sr. Michellon realizou várias visitas e palestras para convencer a comunidade da nova possibilidade de renda que surgia. Além disso, realizou investimentos que superam U\$ 500 mil dólares no projeto (LOURENÇO, 2002).

Silva (2000) ressalta a dependência criada pelo "mentor" do projeto, destacando que a fundação da associação Caminhos de Pedra que conta com 60 associados pode contribuir para alterar este cenário.

Segundo Lourenço (2002), em julho de 2002, 264 ônibus pararam na Cantina Strapazzon. Este fato ilustra o grande fluxo turístico que procura a região.

Segundo técnicos locais, o grande número de turistas tem causando problemas para as famílias envolvidas, especialmente, pela grande demanda de

trabalho nos finais de semana. Em alguns casos, as famílias optaram em passar parte do atendimento para funcionários (o que pode acarretar uma descaracterização da atividade) ou fechar a propriedade na segunda-feira.

b) O caso do projeto “Estrada Bonita”

Distante 23 km do centro da cidade de Joinville / SC – maior cidade do estado e situado as margens da BR 101, o projeto “Estrada Bonita” teve início em 1993 (BERTOLDI, 2000). Trata-se de uma região onde o verde, os riachos e cachoeiras de águas cristalinas são abundantes. Também nesta localidade estão muitos agricultores descendentes de imigrantes alemães que tradicionalmente dedicaram-se ao cultivo da cana-de-açúcar e a fabricação do melado, açúcar mascavo, dentre outros derivados. A proximidade do centro de Joinville e da BR 101, a cortesia no atendimento e a bela paisagem fizeram com que os agricultores fossem procurados por viajantes interessados em comprar os seus produtos.

Vendo esta demanda e pensando em potencializar a comercialização direta dos produtos pelos agricultores, a Fundação 25 de Julho (entidade ligada a Prefeitura Municipal de Joinville), em parceria com a Secretaria de Turismo do município iniciaram um programa visando o desenvolvimento do turismo na comunidade de Rio Bonito, atual Estrada Bonita.

Segundo Bertoldi (2000), a implantação do projeto pode ser dividida em três etapas:

“a) sensibilização:

- articulação com o poder público para a apresentação da idéia, captação de recursos e apoio técnico-logístico;
- levantamento das potencialidades da comunidade (características naturais e atividades desenvolvidas);
- palestras de sensibilização junto à comunidade;

- cadastramento das propriedades interessadas em integrar o projeto.
- b) implantação propriamente dita:
  - capacitação das famílias interessadas através de cursos, treinamentos e palestras na área de organização da propriedade e entornos, de prestação de serviços e atendimento ao público, produção de alimentos artesanais, etc;
  - melhoria na infra-estrutura, paisagismo e identificação do projeto (portal de entrada e sinalização nas propriedades);
  - evento de inauguração do projeto.
- c) Fortalecimento:
  - elaboração de folhetos sobre o projeto;
  - criação da associação de moradores e propriedades, visando a consolidação do projeto junto à comunidade local;
  - intensificação das melhorias no saneamento rural; controle de borrachudos; e melhoria da telefonia;
  - implantação do turismo didático-pedagógico junto às escolas do município;
  - implantação de uma linha de ônibus que percorre as propriedades e pontos turísticos da Estrada Bonita nos finais de semana”.

Atualmente 13 propriedades fazem parte do projeto, sendo que 7 são de agricultores. A proximidade de grandes centros urbanos, especialmente Joinville e Curitiba está impulsionando a especulação imobiliária, sendo que muitos empreendedores urbanos estão implantando novos negócios naquela localidade. Cabe ressaltar que os serviços de hospedagem e alimentação (6 restaurantes funcionam atualmente no projeto), que necessitam de maiores investimentos e oferecem maior rentabilidade, são desenvolvidos pelos não agricultores.

Com relação aos agricultores, eles oferecem ao visitante a possibilidade de adquirir o melado, o açúcar, biscoitos, geléias, cachaça, mudas de flores, pescaria, etc.

A associação de moradores da Estrada Bonita foi fundada em 9 de julho de 1997. Uma conquista desta entidade foi o asfaltamento da estrada em 2002, apesar de indicativos de uma pesquisa realizada com turistas que freqüentavam a região que mais de 50 % dos visitantes não queriam o asfalto. Esta iniciativa, apesar de facilitar a vida dos moradores locais, alterou bastante a paisagem local. O aumento do fluxo de veículos está levando alguns moradores a inclusive gradear

suas casas, conferindo cada vez mais um ar urbano numa comunidade que ainda é rural.

O projeto serviu de modelo para o município, sendo que em 2000 foram lançadas mais duas iniciativas: a Comunidade do Pirai e a Comunidade Dona Francisca (BERTOLDI, 2000).

#### c) O caso de “São Martinho”

O município de São Martinho está localizado na Região Sul do Estado de Santa Catarina, distante 176 Km da capital – Florianópolis. A cultura predominante é a germânica, sendo que 95% dos habitantes são de origem alemã. Trata-se de um pequeno município, que tem a agropecuária como base de sua economia.

Estebão (2000) diz que o processo de desenvolvimento do turismo em São Martinho iniciou em 1993, devido a ações da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. (EPAGRI) no sentido da conservação ambiental.

Segundo o autor, com a realização destas atividades, o prefeito municipal solicitou a entidade ações no sentido da profissionalização dos agricultores, o que resultou na 1ª Festa do produto colonial.

Em 1994 o SEBRAE/SC e a Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) realizaram um diagnóstico do município, sendo que o turismo foi apontado como uma das atividades promissoras. Neste sentido, o poder público local e demais entidades envolvidas iniciaram um amplo trabalho de conscientização de toda a população sobre a atividade turística. Nesta época também é iniciado o PNMT no município.

Segundo Estebão (2000), o processo de conscientização foi composto por cursos técnicos, palestras, seminários e missões de intercâmbio. Segundo o autor, esta etapa foi fundamental para a implantação da atividade.

Através do PNMT o município desenvolveu o COMTUR (Conselho Municipal de Turismo), desenvolveu o Plano de Desenvolvimento Turístico, realizou cursos de formação de guias e implantou o Fundo Municipal de Turismo.

Outras ações importantes destacadas por Estebão (2000) dizem respeito a iniciativas do poder público, especialmente com relação à melhoria da estética da cidade. Foram realizados um projeto de urbanização e paisagismo; concurso de jardim, pórtico de entrada na cidade, sinalização turística, dentre outras ações.

O turismo no município é dividido em três categorias: turismo ecológico, baseado na exploração dos recursos naturais, especialmente cachoeiras e trilhas ecológicas; turismo cultural, baseado sobretudo na cultura alemã, evidenciado pelos grupos folclóricos, de canto e dança, pelo museu Engenho Colonial, pelo resgate da culinária típica alemã, etc; e turismo rural, baseado principalmente na venda de produtos pelos agricultores familiares capacitados pela EPAGRI (ESTEBÃO, 2000).

Cabe ressaltar que São Martinho se beneficiou do fluxo turístico de seu município vizinho Gravatal. Trata-se de um destino nacionalmente conhecido que explora a água termomineral. Na tentativa de oferecer atividades externas aos seus empreendimentos, alguns hoteleiros começaram a promover passeios até a cidade vizinha.

### **3 MATERIAIS E MÉTODOS**

Para a consecução dos objetivos propostos neste trabalho, a metodologia empregada nesta dissertação de mestrado baseou-se na revisão de literatura apresentada no capítulo 2; na proposição de um conjunto de estratégias para a implantação de programas de agroturismo, na aplicação destas estratégias em uma região e na apresentação e discussão dos resultados. Abaixo, discorreremos sobre cada uma destas fases.

#### **3.1 Revisão de Literatura**

Esta etapa foi dividida em duas partes. Inicialmente realizou-se um estudo, utilizando-se como fonte de informação, livros, revistas, registros públicos, artigos publicados etc, a cerca de temas considerados fundamentais para a discussão do agroturismo.

Neste sentido, as obras de Turnes (1996), Brose (1999), INCRA/FAO (2000), Abramovay (2001) e Veiga (2002) poderiam ser destacadas como referência para os conceitos utilizados nesta dissertação, sobretudo aqueles relacionados ao desenvolvimento da agricultura familiar, abordagem territorial e os novos papéis do meio rural.

Na segunda parte, uma pesquisa de locais onde a atividade de agroturismo já é desenvolvida foi realizada. Esta etapa objetivou dar suporte teórico

e técnico para a implantação de atividades de turismo no espaço rural, especialmente junto ao segmento identificado como agricultura familiar.

Com relação às experiências estudadas, o caso francês e as iniciativas brasileiras indicaram as etapas necessárias para implantação de programas de agroturismo. Cabe ressaltar, com relação a estas experiências, que além da revisão de literatura uma visita a cada projeto foi realizada.

### **3.2 Estratégias para o desenvolvimento do agroturismo**

Com base no item anterior (revisão de literatura), um conjunto de estratégias para a implantação de projetos de agroturismo foi sistematizado para ser testado e adaptado num território previamente definido (capítulo 4).

### **3.3 Desenvolvimento do estudo de caso**

A aplicação das estratégias sistematizadas gerou este estudo de caso, sendo que os passos para o seu desenvolvimento encontram-se descritos a seguir. Além disso, cabe ressaltar que o programa de implantação de agroturismo teve como coordenadora técnica esta pesquisadora.

### **3.3.1 Definição da área de abrangência**

Esta etapa foi dividida em três 3 fases e teve uma duração aproximada de 2 meses:

#### **3.3.1.1 Estabelecimento da região de atuação**

Um grupo de municípios situados na região conhecida como “Encostas da Serra Geral” (Rancho Queimado, Anitápolis, Santa Rosa de Lima, Rio Fortuna e Gravatal) foram escolhidos como área de abrangência do estudo. Estes municípios apresentam uma série de características que foram consideradas adequadas para o desenvolvimento da atividade de agroturismo, contribuindo para a escolha da região como área de pesquisa; são elas:

- a) são pequenos municípios cuja economia é baseada, especialmente, na agricultura;
- b) é região marcada pela presença da agricultura familiar;
- c) são municípios pertencentes a um mesmo território, com forte identidade histórica e cultural;
- d) existe um projeto de desenvolvimento territorial, baseado na produção de alimentos orgânicos, na organização dos agricultores, na preservação do meio ambiente, etc;
- e) existe necessidade de organizar o turismo na região;
- f) existe um patrimônio cultural e natural considerável;
- g) há uma facilidade de acesso (BR 101 e BR 282) e proximidade a grandes centros urbanos (Florianópolis e Tubarão).

### **3.3.1.2 Diagnóstico das características locais**

Nesta etapa buscou-se conhecer a região de atuação. Neste sentido, foram pesquisados documentos e livros, além da observação direta feita pela pesquisadora. Cabe ressaltar que o objetivo maior nesta etapa foi conhecer a realidade, para, a partir daí, poder buscar respostas para as questões fundamentais para o desenvolvimento do trabalho.

### **3.3.1.3 Estabelecimento de compromisso com o projeto**

Neste momento, as entidades parceiras e prefeituras municipais envolvidas enviaram uma carta a coordenação do projeto, manifestando interesse e disposição em apoiar o desenvolvimento do agroturismo.

## **3.3.2 Sensibilização**

Esta etapa foi dividida em 2 fases e teve uma duração aproximada de 6 meses:

### **3.3.2.1 Palestras nos municípios envolvidos**

Foram realizadas 5 palestras, uma em cada município do projeto. A palestra, convocada pelo poder público local, tinha como público alvo agricultores interessados no tema e com potencial para a atividades, técnicos e lideranças locais. Com duração de uma hora e com auxílio de um retro-projetor, uma televisão e um vídeo, foram expostos a parte conceitual do agroturismo, alguns exemplos de serviços de agroturismo oferecidos por agricultores e a proposta para a região.

### **3.3.2.2 Viagens de estudo e intercâmbio**

Cada município selecionou, em média, 8 pessoas para participar das viagens de estudo. Estas foram realizadas em Joinville, no Norte de Santa Catarina e Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul. A princípio, a orientação para os municípios era levar um representante de cada família de agricultores interessada pela atividade e um técnico local que seria responsável pelo desenvolvimento das ações no município. A viagem a Joinville teve duração de um dia e a de Bento Gonçalves três dias.

### **3.3.3 Associativismo**

Esta etapa foi dividida em 3 fases e teve uma duração aproximada de 6 meses:

### **3.3.3.1 Realização de diagnósticos participativos nas propriedades rurais**

Atividade realizada em cada propriedade interessada em desenvolver o agroturismo. Um representante de cada família, no mínimo, participava do diagnóstico realizado em cada propriedade. Esta etapa teve duração de, aproximadamente, 2 meses em cada município. A atividade era realizada a cada 15 dias, em forma de rodízio nas propriedades rurais, com duração de uma jornada. O objetivo desta metodologia era definir coletivamente o serviço a ser desenvolvido pela propriedade que realizava o diagnóstico participativo.

### **3.3.3.2 Formatação do circuito de agroturismo**

Após a definição dos projetos individuais em cada propriedade, passou-se a formatação do circuito municipal, levando-se em consideração as necessidades básicas dos turistas (hospedagem, alimentação, lazer e venda de produtos) e de complementação das propriedades. Estes circuitos foram definidos em uma reunião, onde cada pessoa apresentou o seu projeto individual que havia sido definido coletivamente no diagnóstico participativo. A coordenadora do projeto ia desenhando os empreendimentos em uma cartolina, localizando-os no mapa do município. Ao final, o grupo fazia uma leitura do desenho, vendo se nenhuma atividade/serviço importante para o desenvolvimento do agroturismo havia ficado descoberta. Caso isso ocorresse, parcerias com outros empreendimentos do município, mesmo que de não agricultores, eram estabelecidas.

### **3.3.3.3 Construção de uma associação de agroturismo**

Para discutir o associativismo entre os envolvidos no processo, uma comissão provisória de agroturismo foi estabelecida, contando com representantes agricultores e técnicos dos diversos municípios envolvidos. Esta comissão organizou reuniões para discutir o associativismo e um roteiro de apoio foi elaborado. Neste momento, a coordenadora do programa de agroturismo enviou correspondência ao presidente da entidade francesa “Accueil Paysan”, solicitando parceria. Neste sentido, uma técnica brasileira integrante da associação na França foi designada para avaliar a proposta das “Encostas da Serra Geral”, em dezembro de 1998. A partir daí, a comissão provisória de agroturismo passou a trabalhar numa proposta de estatuto que foi aprovada na assembléia de fundação da Acolhida na Colônia em junho de 1999.

### **3.3.4 Implementação dos empreendimentos**

Esta etapa foi dividida em 3 fases e teve uma duração de aproximadamente 12 meses:

#### **3.3.4.1 Capacitação**

Este processo se iniciou através da realização de dias de campo. Neste sentido, um material de apoio chamado de “Série Agroturismo” foi elaborado

contendo 6 temas identificados durante os diagnósticos participativos como prioritários. Cada dia de campo abordava um assunto, sendo que a jornada acontecia na propriedade que, segundo a avaliação do técnico local, apresentava maior dificuldade no tema (ex. saneamento básico). Além disso, cursos de longa duração (60 e 80 horas) também foram realizados. Os cursos eram realizados com enfoque prático, sendo desenvolvido diretamente nas propriedades rurais. Um outro item da capacitação foi à realização de novas viagens de estudo. Os agricultores e técnicos locais tiveram a oportunidade de conhecer os trabalhos desenvolvidos nos municípios de Tangará, Pinheiro Preto e Treze Tílias, em Santa Catarina. A viagem teve duração de três dias, sendo que foram observados pontos discutidos no processo de capacitação (atendimento, diversificação das atividades dentro do circuito agroturístico, saneamento, transformação dos produtos, higiene, etc). Neste momento também iniciou a inserção do agroturismo dentro do contexto da municipalização do turismo. Neste sentido, as oficinas (a metodologia do PNMT baseia-se na construção coletiva do conhecimento, por isso os “cursos” são identificados como oficinas) de 1ª e 2ª fase do PNMT foram realizadas em Tubarão, contando com a participação de agricultores e técnicos dos municípios envolvidos. Cada oficina teve duração de três dias.

#### **3.3.4.2 Consultoria especializada**

Para que alguns agricultores pudessem desenvolver os seus projetos fez-se necessário à contratação de uma consultoria especializada. Isso aconteceu, especialmente, na área da arquitetura, do ecoturismo e da alimentação. Os

consultores não desenvolviam projetos, apenas iam às propriedades para dar orientação aos agricultores e após um tempo repassavam nas propriedades para acompanharem os trabalhos realizados.

### **3.3.4.3 Investimentos**

Com a orientação de minimizar os investimentos no início da atividade, muitos agricultores trabalharam com recursos próprios. Os que necessitaram de financiamento o fizeram através de um fundo rotativo criado pela Acolhida na Colônia. Este fundo, composto por doação de técnicos, financiou pequenos projetos de melhorias em algumas propriedades rurais.

### **3.3.5- Ações constantes**

Esta etapa foi dividida em 3 fases, desenvolvidas ao longo do processo:

#### **3.3.5.1 Embelezamento e paisagismo**

Este item foi desenvolvido através da realização de um curso de longa duração (80 horas). Um profissional da área desenvolveu o conteúdo dando ênfase à não utilização de plantas exóticas e dando idéias para o aproveitamento de

utensílios agrícolas na decoração dos jardins. Após isso, realizou-se um concurso de jardinagem entre as propriedades envolvidas.

### **3.3.5.2 Resgate/preservação da cultura**

Neste sentido, foram realizados um concurso de culinária típica nos cinco municípios envolvidos no projeto e uma pesquisa de causos ocorridos na região. Com relação ao concurso de culinária, um regulamento foi elaborado e uma ficha de inscrição foi preenchida para cada participante. Após isso, numa data e local pré-estabelecido em cada município, os inscritos se encontraram para elaborar os pratos que seriam avaliados por uma comissão julgadora. Os vencedores tiveram suas receitas publicadas num livro de culinária típica das Encostas da Serra Geral.

Com relação ao resgate dos causos, um pesquisador contratado pelo programa de desenvolvimento do agroturismo percorreu os municípios de Rancho Queimado, Anitápolis, Santa Rosa de Lima, Rio Fortuna e Gravatal, recolhendo material, conversando com historiadores locais e moradores antigos. Este trabalho deu origem ao livreto de “Causos do Agroturismo”.

### **3.3.5.3 Cuidados com o meio ambiente**

Além de exigir de seus associados a adoção de práticas corretas em seu estatuto (saneamento básico, produção orgânica de alimentos), a Acolhida na Colônia tem participado, através de seus representantes, de diversos movimentos

em prol da preservação ambiental. Além disso, alguns agricultores envolvidos no projeto de agroturismo estão enfrentando pessoas que exploram a mata nativa para a fabricação do carvão vegetal.

#### **3.3.5.4 Formação constante**

Através de demandas apresentadas pelos agricultores envolvidos com o agroturismo, dos técnicos locais responsáveis pela atividade, da coordenadora do programa e mesmo dos próprios turistas, através de sugestões deixadas nas avaliações da estadia nas propriedades de agroturismo, novos cursos e atividades de formação são constantemente desenvolvidos.

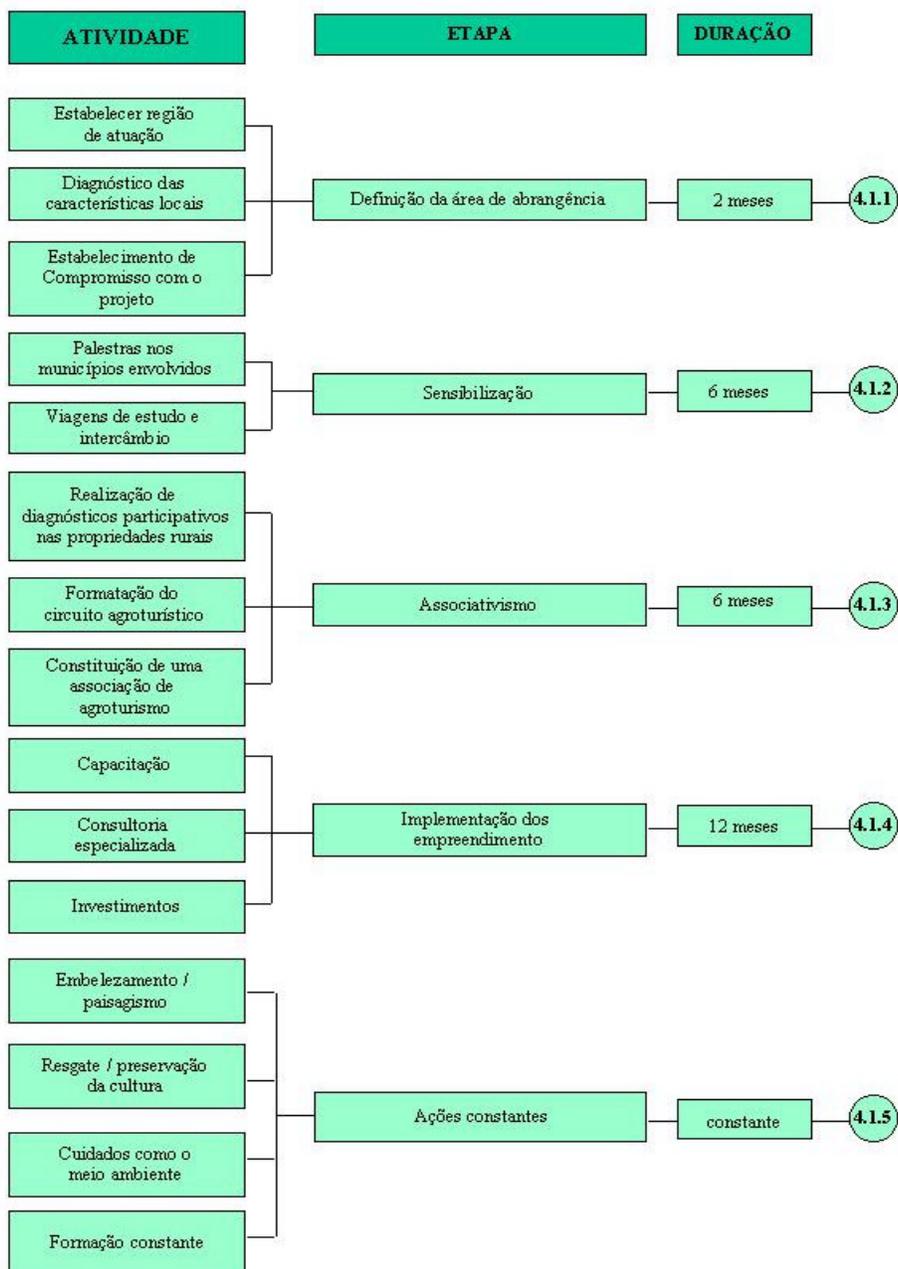
## **4 ESTUDO DE CASO - O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UM PROGRAMA DE AGROTURISMO NAS ENCOSTAS DA SERRA GERAL CATARINENSE E SEUS APORTES METODOLÓGICOS**

Trabalhar-se-á nesta seção a sistematização do processo de construção do programa de agroturismo nas Encostas da Serra Geral, que serviu de base ao estudo, procurando recuperar sua história, os atores que dela participaram, os conflitos surgidos e os consensos construídos (4.1- descrição do estudo de caso); para, em seguida, a partir da análise do anteriormente descrito, extrair os principais ensinamentos metodológicos para a reflexão sobre as possibilidades e os limites da reprodução deste tipo de experiência (4.2 – resultados e discussão).

### **4.1 Descrição do estudo de caso: sistematização e análise da construção do programa de agroturismo**

A Figura 1, apresenta de forma esquemática as estratégias que orientaram o trabalho de campo. A observação do conjunto da figura demonstra a lógica adotada pela pesquisadora, que deu origem a uma das conclusões desta pesquisa: o roteiro referencial para a implantação de programas de agroturismo.

**Figura 1** - Roteiro proposto para a implantação de programas de agroturismo



#### **4.1.1- Definição da a área de abrangência**

A implantação do programa de agroturismo nas Encostas da Serra Geral teve início no final de 1998, quando aconteceram as primeiras articulações para uma possível experiência. Neste momento, o encontro de duas ONGs catarinenses, o Cepagro - Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo e a Agreco - Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral, ambas ligadas à agricultura familiar, foram fundamentais para o desencadeamento do processo.

O Cepagro é uma organização não governamental, formada por entidades de agricultores familiares de abrangência regional ou estadual. A entidade foi fundada em 20.04.90, por um grupo de pequenos agricultores e técnicos interessados na promoção da agricultura de grupo, como forma de viabilização das pequenas propriedades rurais.

Com relação a esta entidade, uma parceria histórica com organizações francesas propiciou que a autora desta dissertação conhecesse algumas experiências de turismo desenvolvidas no espaço rural francês, em especial na associação "Accueil Paysan". Esta experiência serviu para reforçar, no Cepagro, a necessidade de buscar instrumentos para a promoção desta atividade em Santa Catarina. Partiu-se então para uma consulta as entidades que compunham a junta administrativa do Cepagro, a fim de analisar possíveis demandas para projetos desta natureza.

Neste momento, a Agreco apresentou-se como interessada e demandante, em função desta atividade ter sido indicada por seus agricultores no planejamento estratégico da entidade, realizado em 1997. Esta inclusão estava relacionada ao fato destes agricultores estarem sendo visitados por agricultores,

técnicos e lideranças de várias localidades do estado e do país que buscavam conhecer o sistema de produção "ecológico" (sem uso de agrotóxicos e adubos sintéticos) adotado e a forma de organização e comercialização.

Desta forma, depois de construído um consenso, no interior do Cepagro, de que seria interessante investir no desenvolvimento do "turismo" na região da Agreco, passou-se à elaboração de um projeto que foi encaminhado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Agricultura Familiar/Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (MDA-SAF-PRONAF). A construção deste projeto definiu os passos necessários para a implantação do programa de agroturismo nas Encostas da Serra Geral: mobilização/sensibilização; diagnóstico das propriedades rurais; associativismo; capacitação e resgate e preservação da cultura e do meio ambiente.

Com a liberação dos recursos pelo Pronaf, no início de 1999, o projeto passou a ser executado pelo Cepagro, contando com a parceria da Agreco, das Prefeituras Municipais, do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Comissão Pastoral da Terra (CPT), dentre outras entidades.

A seguir, procura-se recuperar e analisar os principais pontos considerados na construção do processo.

#### **4.1.1.1 Estabelecimento da região de atuação**

O primeiro passo para a construção do projeto de agroturismo foi, obviamente, a definição de sua abrangência.

Cabe lembrar que, especialmente no caso do turismo, conforme mostra a revisão de literatura, os limites municipais foram quebrados há bastante tempo. São inúmeros os roteiros temáticos, rotas étnicas, circuitos regionais ou consórcios intermunicipais constituídos pelo país, a fim de atrair visitantes. Trata-se de uma forma de diversificação da oferta, o que possibilita, dentre outras coisas o aumento do tempo de permanência dos turistas nas regiões.

No caso do circuito agroturístico em questão, com relação à abrangência, alguns pontos foram levados em consideração, para a seleção dos municípios, com destaque para o trabalho dentro da região conhecida como “Encostas da Serra Geral”, formada por pequenos municípios onde a base da economia é a agropecuária e o atendimento aos visitantes da Agreco.

Neste sentido, o município sede da Agreco, Santa Rosa de Lima foi definido como prioritário dentro do projeto de agroturismo e os municípios de Rancho Queimado, Anitápolis, Rio Fortuna e Gravatal, onde também haviam associados da Agreco e projetos para a construção de pequenas indústrias foram incluídos.

Um outro fator observado no momento da seleção dos municípios, especialmente no que diz respeito a Rancho Queimado e Gravatal foi a possibilidade de oferecer aos visitantes o acesso ao circuito agroturístico via BR 282, principal ligação da capital do estado ao planalto catarinense ou via SC 431 / BR 101 que liga o norte e o sul do estado, através de Gravatal. Além disso, pensou-se em aproveitar parte do fluxo turístico que já visitava Gravatal, cerca de 20.000 turistas/mês.

#### a) A Agreco

Devido à baixa dinâmica econômica e social e ao isolamento dos pequenos municípios da região, durante muito tempo, o êxodo rural foi uma realidade. Os jovens buscavam nas grandes cidades opções de estudo e trabalho, sendo que a maioria dos que saíam para estudar acabavam fixando residência em outras localidades.

A partir de meados da década de 80, no entanto, algumas das pessoas que haviam saído do município começaram a se dar conta de que era necessário contribuir de alguma forma com aquelas que haviam permanecido em Santa Rosa de Lima (e na maioria das vezes tinham sido responsáveis pelo sustento dos que haviam saído). O espírito de solidariedade foi reforçado através da realização, desde 1991, de uma festa típica local, em Santa Rosa de Lima, a *Gemüse Fest* (o *Gemüse* é um prato típico da culinária alemã).

Em 1996, durante a realização deste evento, encontrava-se na região o Sr. Egídeo Locks, natural do município e proprietário de um grande supermercado com sede na capital - Florianópolis. Ele, recém chegado de uma viagem a Europa estava impressionado com o desenvolvimento do comércio de produtos orgânicos nas redes de supermercado européias. Desta forma, disposto a inovar e oferecer tais produtos aos consumidores catarinenses e acreditando ser uma opção interessante aos agricultores de Santa Rosa de Lima, lançou um desafio aos presentes: produzir hortifrutigranjeiros livres de agrotóxicos e de adubos sintéticos, sendo que ele garantiria a comercialização em seus supermercados e tentaria colocar o excedente em outras lojas não concorrentes.

Imediatamente quatro famílias iniciaram a produção orgânica de hortaliças. Nos meses seguintes, outras foram se integrando gradativamente à produção e, em 27 de dezembro de 1996, 12 famílias de agricultores, incluindo alguns de seus membros vinculados a profissões urbanas (como professores e técnicos) realizaram a assembléia geral de fundação da Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (Agreco) e elegeram sua primeira diretoria.

O número de associados e de municípios envolvidos passou a crescer a cada ano, sendo decisiva a implementação do *Projeto Intermunicipal de Agroindústrias Modulares em Rede*, financiado pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Tal programa previa a implantação de 53 agroindústrias rurais de pequeno porte na região. O objetivo geral do projeto era o de “estimular um amplo processo de desenvolvimento solidário, impulsionado pela agregação de valor à produção da agricultura familiar e pela geração de oportunidades de trabalho e de renda”.

Das 53 agroindústrias previstas no projeto, 27 foram implementadas e estão em funcionamento até hoje. Destas, 15 estão localizadas em Santa Rosa de Lima (hortaliças, mel, cana-de-açúcar, conserva, leite, ovos caipira, suínos), 4 em Rio Fortuna (hortaliças e cana-de-açúcar), 2 em Grão Pará (hortaliças e cana-de-açúcar), 1 em Armazém (de conserva), 1 em São Martinho (de hortaliças) e, 1 em Anitápolis (de cana-de-açúcar).

Hoje, cerca de 120 famílias de agricultores estão associadas nestes empreendimentos, significando a geração de 505 novos postos de trabalho. Outras 120 pessoas estão envolvidas em parceria na produção complementar de matéria-prima. As famílias associadas estão organizadas em condomínios.

Com as agroindústrias, os produtos da Agreco passam a ser vendidos por mais de dez redes de supermercados, com lojas distribuídas nas principais cidades do Estado. Também foram colocados em pontos de vendas menores e à disposição de consumidores através da entrega direta e semanal de cestas. Mais recentemente, começam a ser consumidos na merenda escolar de estabelecimentos das redes municipal e estadual de ensino catarinense.

O desenvolvimento da Agreco incentivou outras formas de organização social. Exemplo disso foi à constituição de uma cooperativa de crédito rural, a Credicolônia, que surgiu com o objetivo de democratizar o acesso ao crédito. Ela possui sede em Santa Rosa de Lima e postos de atendimento em Rio Fortuna e Anitápolis, onde possui associados. Dentre as vantagens proporcionadas pela Credicolônia aos seus associados, podemos citar: menores taxas de juros; maior remuneração nos investimentos; menor burocracia para o atendimento das solicitações dos agricultores; a poupança depositada na cooperativa é investida na região, etc.

Além disso, um Fórum de Desenvolvimento dos Pequenos Municípios também foi constituído na região das Encostas da Serra Geral. O objetivo é discutir questões essenciais ao desenvolvimento dos 11 municípios que o integram. O Fórum é composto por 4 grupos de trabalho: saúde, educação, infra-estrutura e turismo.

#### 4.1.1.2 O diagnóstico das características locais

As “Encostas da Serra Geral de Santa Catarina” ficam no sudeste de Santa Catarina, onde estão localizados os pequenos municípios de Gravatal (194,02 Km<sup>2</sup>; 10.799 habitantes), Rio Fortuna (285,84 Km<sup>2</sup>; 4.320 habitantes), Santa Rosa de Lima (184,29 Km<sup>2</sup>; 2.007 habitantes), Anitápolis (582 Km<sup>2</sup>; 3.656 habitantes) e Rancho Queimado (269,74 Km<sup>2</sup>; 2.637 habitantes). Esta região está situada fora da rota de importantes rodovias e nela não se encontram centros urbanos importantes. A escolha deste território para compor o programa de agroturismo, foi baseada em alguns atributos, conforme Pinheiro et al. (2002):

##### a) Recursos humanos e *savoir-faire*:

A região é formada principalmente por agricultores familiares que demonstraram, ao longo do tempo, uma grande capacidade de inovação. No início dedicavam-se a criação do “porco banha”. No entanto, com a crise gerada pela chegada do padrão “porco carne”, a partir da década de 60, a região sofreu o primeiro processo de transição, com a “modernização parcial” de sua agricultura através da integração agroindustrial na cultura do fumo. Este produto passou a ser a principal fonte de renda de grande parte dos agricultores familiares desses municípios, trazendo consigo a introdução dos chamados “insumos modernos”. No início da década de 90, a crise desta agricultura e o conseqüente processo de desertificação social atingira níveis sem precedentes na região. Passa-se então a “reconversão” de parte destes agricultores, que voltam a trabalhar com a produção

de alimentos "limpos", agregando valor aos seus produtos com a agroindustrialização ou venda direta.

Vale ressaltar que muitos dos imigrantes que colonizaram estas regiões (especialmente de origem alemã) eram artesãos, dedicados sobretudo ao trabalho em ferrarias e marcenarias e não ao trabalho com a terra. Além disso, a "disputa pela terra" com os índios e a condição de topografia extremamente acidentada, assim como a mata fechada, acabaram contribuindo para a dificuldade de adaptação deste imigrantes nas terras das Encostas da Serra Geral.

A habilidade dos imigrantes na confecção de utensílios constituiu um importante patrimônio que ainda pode ser encontrado na região. Na comunidade de Rio da Prata – município de Anitápolis, por exemplo, duas pequenas marcenarias e uma ferraria que funcionam com o auxílio de uma roda d'água ainda estão trabalhando. No município de Rancho Queimado – distrito de Taquaras, a fabricação artesanal de facas e um engenho de farinha que funciona através da roda d'água também continuam em atividade.

#### b) Recursos naturais:

Situada entre o Parque Nacional de São Joaquim e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, a região das "Encostas da Serra Geral" é marcada pela presença da Mata Atlântica e apresenta um cenário de grandes belezas naturais.

A topografia da região é extremamente acidentada, sendo que sua altitude varia de 400 a 1800 metros acima do nível do mar, proporcionando o surgimento de micro climas variados, além de vastas extensões de florestas virgens e de grotões inacessíveis.

Com relação à hidrografia, nesta região nascem os rios Cubatão, Capivari, Tijucas, Braço do Norte e Itajaí do Sul, que compõem importantes bacias hidrográficas e que são a base da coleta de água potável para o sistema de abastecimento de importantes aglomerados urbanos, como o da Grande Florianópolis.

O subsolo da região possui diversas fontes de águas minerais e termais e minérios como feldspato, caulim, quartzo, fosfato, fluorita e argila para cerâmica.

c) Recursos culturais:

A maioria dos municípios foi colonizada por alemães, no final do século XIX e início do século XX. Depois chegaram imigrantes de origem italiana e açoriana. Este fato conferiu a região uma cultura típica, marcada na arquitetura, na língua, danças, culinária, etc. O isolamento da região, tanto em estradas, quanto em infra-estrutura de comunicação, contribui para que estes aspectos culturais permanecessem preservados.

Além disso, algumas iniciativas para a manutenção deste patrimônio cultural podem ser observados na região, através da organização de grupos de dança alemã (Rancho Queimado, Santa Rosa de Lima e Rio Fortuna); Grupo de capoeira (Gravatal); Boi de mamão (Anitápolis); ensino da língua alemã nas escolas (Rio Fortuna); Festas típicas com a do Gemüse em Santa Rosa de Lima, dentre outras atividades.

#### d) Atividades econômicas

A economia dos municípios gira especialmente em torno das atividades agrícolas desenvolvidas em propriedades do tipo agricultura familiar. Exceção deve ser feita ao município de Gravatal, onde a atividade turística, baseada na utilização da água termal, é responsável por cerca de 50% da economia do município, além das pequenas indústrias, especialmente malharias. Em Rancho Queimado, 80% da economia do município gira entorno da agropecuária, onde destacam-se a criação de gado e as lavouras de milho, tomate, bata e feijão. O cultivo do morango também tem se expandido no município. A primeira agroindústria para processar alimentos orgânicos em Rancho Queimado encontra-se em fase de construção. No município de Anitápolis, olericultura apicultura, piscicultura e avicultura se destacam. Com relação a Santa Rosa de Lima, destacam-se a olericultura, a apicultura e a avicultura; sendo que dados da Agreco mostram que em 2002 cerca de 15% dos agricultores dedicavam-se a agroecologia. Em Rio Fortuna a economia também é baseada na produção primária e em propriedades de agricultura familiar.

O território das Encostas da Serra Geral aparecia, assim, para os proponentes do projeto, como detentora de muitas oportunidades para o desenvolvimento do agroturismo. Ainda mais porque eles consideravam que os visitantes buscariam o contato com a natureza; o retorno às origens, redescobrendo atividades que muitas vezes foram desenvolvidas por seus pais e avós, além de outros valores culturais e éticos. A produção de alimentos "ecológicos" também aparecia como um elemento importante na atração de "turistas" e como um elemento de articulação das possíveis unidades de acolhida.

Ameaças para o programa também foram percebidas. As principais estavam ligadas à possibilidade de que capitais de origem externa à região, ou mesmo grupos de seu interior, reivindicassem e obtivessem concessões para a exploração de minérios ou para a construção de barragens para a produção de energia, não levando em consideração a preservação do meio ambiente, nem da vida rural. Isso já vêm, inclusive, acontecendo com a intervenção de empresas de reflorestamento.

#### **4.1.1.3 Estabelecimento de compromisso com o projeto**

Depois de definida a área de abrangência do projeto, os municípios integrantes firmaram um compromisso através de um documento escrito apoiando a proposta. Neste sentido, os prefeitos municipais iram se empenhar em melhorar os acessos às propriedades rurais, em implantar a sinalização em seus municípios, em disponibilizar um técnico local para acompanhar o projeto, etc.

#### **4.1.2 A sensibilização da população e lideranças locais como base para a implantação do agroturismo**

Um processo de desenvolvimento local pressupõe o envolvimento da população de um determinado território. A criação de “estados de mobilização” orientados para a transformação da realidade é a primeira condição para que as mudanças que advirão sejam sustentáveis (política, social e ambientalmente). É a sensibilização que irá garantir a valorização dos recursos locais, a revitalização da

auto-estima e o incremento das suas capacidades produtivas e de controle sobre o processo.

Para a população da maioria dos pequenos municípios das Encostas da Serra Geral, o turismo era, e ainda é, uma realidade distante. Imaginar que estes municípios pudessem e possam atrair visitantes é algo difícil para os seus habitantes. Esta realidade é ainda mais evidente no meio rural, entre os agricultores que tradicionalmente se dedicaram à produção de alimentos. A discussão sobre a multifuncionalidade da agricultura está, no entanto, contribuindo para alterar este cenário. Isso acontece, especialmente, porque os agricultores passam a perceber que eles possuem atribuições importantes dentro do quadro da segurança alimentar, da preservação da natureza, da paisagem e da cultura local, fatores estes cada vez mais valorizados pelas sociedades modernas.

Para o desenvolvimento do turismo nestas localidades, a comunidade tem que estar sensibilizada e disposta a contribuir para a construção da proposta. Afinal, o turista estará em contato com os habitantes locais, precisando ser bem atendido e informado; usufruirá os espaços comuns: praças, estradas, museus, centros de eventos etc; utilizará os mesmos serviços: sinalização; coleta de lixo; hospital, telefonia, entre outros; sendo que estes deverão estar presentes e terem uma boa manutenção.

Desta forma, o primeiro passo após a seleção dos municípios e avaliação das realidades locais foi um trabalho de sensibilização das comunidades para o turismo.

#### **4.1.2.1 Palestras nos municípios envolvidos: trocando o turismo rural pelo o agroturismo**

Adotou-se, como estratégia de sensibilização, a realização de palestras nas principais comunidades de cada município envolvido no projeto. A organização destes eventos ficou sob responsabilidade da Prefeitura local, sendo o secretário e os técnicos da Secretaria da agricultura importantes parceiros neste momento. Toda a comunidade foi chamada para a palestra de “turismo rural” (através de convites impressos, notícia na rádio local e visita), sendo que aqueles agricultores que já demonstravam interesse pela atividade ou que o técnico local já sabia que tinha potencial para o engajamento no turismo tinham o seu convite reforçado.

Após a realização da primeira palestra percebeu-se um problema: a confusão feita pelos agricultores sobre a “forma” de turismo que estava sendo proposta. Isto aconteceu devido ao modelo de turismo rural até então difundido no estado, relacionado aos chamados “hotéis fazenda”. Estes empreendimentos oferecem, geralmente, uma infra-estrutura distante da realidade e das possibilidades da maioria dos agricultores familiares e, muitas vezes, não dispõem de atividades agrícolas e pecuárias. Para evitar esta confusão, optou-se por utilizar o termo agroturismo, tentando então fixar esta expressão enquanto identificadora da atividade de turismo realizada junto a agricultores familiares.

Feito isso, as palestras nas comunidades dos cinco municípios envolvidos no projeto continuaram a ser realizadas, agora com o título de agroturismo. Nestes eventos, eram apresentados, além da parte conceitual, experiências onde o agroturismo já era desenvolvido e a proposta para a região. A finalização destes eventos era feita através de uma discussão sobre os assuntos apresentados e a identificação de agricultores interessados em conhecer melhor a proposta.

#### **4.1.2.2 A realização de viagens de estudo e intercâmbio**

Após a realização das palestras, os agricultores que despertavam para o possível engajamento na atividade foram convidados a participar de viagens de estudo para conhecer um pouco melhor a atividade.

Assim, duas viagens foram organizadas; a primeira para Joinville, no Norte de Santa Catarina, onde os agricultores puderam conhecer o projeto chamado “Estrada Bonita”, e a segunda, para Bento Gonçalves, na Serra Gaúcha, onde visitaram o roteiro chamado de “Caminhos de Pedras”.

#### **4.1.2.3 A formação do grupo de agroturismo municipal**

Ao final da etapa de sensibilização, cada município organizou um grupo de trabalho inicial formado pelos agricultores que participaram das viagens e que haviam decidido continuar no processo implementando serviços de agroturismo em suas propriedades. Além disso, um técnico municipal e outras pessoas/entidades interessadas na atividade também participaram do grupo.

**Figura 2** - Esquema das etapas contidas no item sensibilização

#### **4.1.3 O princípio da complementariedade: trabalhando o associativismo e a solidariedade**

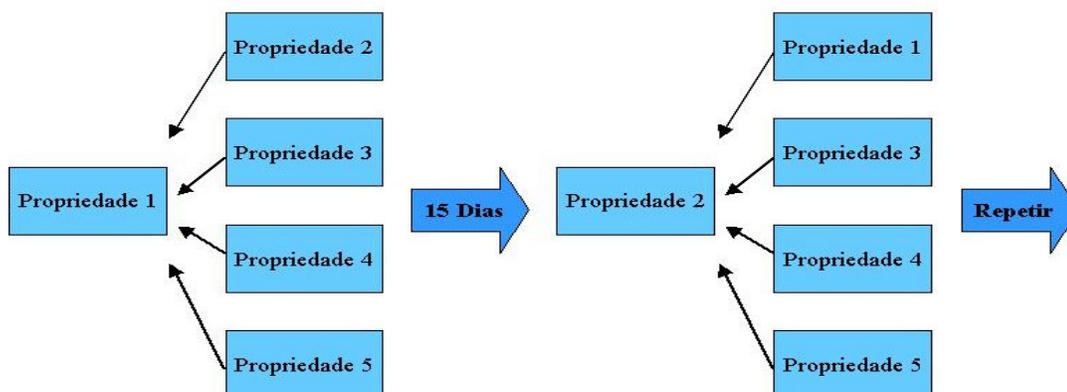
O agroturismo foi desenvolvido dentro de uma perspectiva solidária, tanto entre os agricultores como entre as diversas organizações sociais da região. Desde o início dos trabalhos, buscou-se mostrar aos agricultores a importância do trabalho em parceria entre diversas propriedades rurais. Além disso, através das ações do agroturismo buscou-se dar suporte aos demais projetos em andamento na região, reforçando a discussão da importância de todas as iniciativas para o desenvolvimento sustentável da região. A seguir apresentamos as estratégias utilizadas para desenvolver este processo:

#### **4.1.3.1 O papel do diagnóstico participativo: a definição dos serviços a serem oferecidos nas propriedades rurais**

A partir da constituição do Grupo de agroturismo municipal (GAM), passou-se a discutir que serviço cada propriedade iria oferecer aos visitantes. A primeira tentativa foi a de fazer esta definição em uma reunião do grupo. No entanto, isto não foi possível. Todos demonstraram interesse pela mesma atividade (especialmente pesque-pague) e o medo da concorrência aflorou.

Partiu-se então para um processo exaustivo de diagnóstico participativo. Esta metodologia consistiu-se em reuniões semanais ou quinzenais, em forma de rodízio, na casa de cada um dos integrantes do GAM. Estas reuniões tinham a duração de 1 dia, sendo que a família que acolhia o grupo oferecia as refeições (almoço e lanche). Durante o dia, o grupo percorria toda a propriedade, conhecendo seus atrativos e atividades. Um roteiro (Anexo 3) contendo informações da família e da propriedade era preenchido na presença do grupo.

A definição do serviço a ser implementado e oferecido em cada propriedade partiu do princípio da adaptação de estruturas existentes na propriedade rural, com o objetivo de minimizar investimentos, tendo em vista que o agroturismo é uma atividade complementar as demais atividades realizadas na propriedade rural. Desta forma, casas antigas, quartos ociosos (dos filhos dos agricultores que foram para a cidade), estufas de fumo, galpões de madeira, etc, passam a ser pensados como locais para a recepção de “turistas”.

**Figura 3:** Realização do Diagnóstico Participativo

#### 4.1.3.2 Formatação do circuito agroturístico

Durante a realização do diagnóstico participativo, a definição do serviço a ser oferecido pelo agricultor era acompanhada da discussão sobre o papel que ele teria no circuito agroturístico, sendo o princípio da complementação evidenciado neste momento. Partindo-se do princípio de que o turista necessita, ao menos, de hospedagem, alimentação, lazer e venda de produtos, definia-se qual propriedade se dedicaria a oferecer determinado serviço ou produto, sendo evidenciado o fato da não concorrência.

Em alguns municípios, especialmente Rancho Queimado e Gravatal, nenhum agricultor manifestou interesse em trabalhar com hospedagem de início, devido, especialmente, aos custos para a implantação da atividade. Neste caso, parcerias com outros meios de hospedagem foram realizadas para que o processo pudesse ter continuidade.

Além disso, nos circuitos agroturísticos, os serviços e atrativos municipais também eram mapeados.

#### **4.1.3.3 Constituição da associação de agroturismo**

Após o término da realização dos diagnósticos participativos, os envolvidos no processo perceberam a necessidade da constituição de uma associação para o fortalecimento da proposta e para fomentar a participação dos agricultores no processo decisório das atividades que se estabeleciam.

Desta forma, uma comissão provisória de agroturismo (pré-associação) foi estabelecida. Esta organização, formada por técnicos, representantes de outras instituições locais (associações, poder público, etc) e agricultores, teve como tarefa discutir o associativismo com as pessoas envolvidas no processo, sendo isso feito através de reuniões com os interessados (Anexo 2). Uma outra atribuição desta comissão foi à elaboração de uma proposta preliminar de Estatuto para a entidade.

Neste momento surgiu a idéia de parceria com a associação francesa de agroturismo Accueil Paysan que, além de possuir agricultores associados por toda a França, já havia estendido sua rede por outros 10 países da Europa. Esta parceria colocaria, então, o Brasil como primeiro país da América Latina nos roteiros da Accueil Paysan.

No sentido de estabelecer tal vínculo, o Cepagro intermediou contatos e uma técnica (brasileira radicada na França) da entidade veio conhecer a proposta em dezembro de 1998. Feito isso, a parceria foi concretizada através da assinatura de um termo de cooperação.

Em 18 de junho de 1999, através de uma assembléia geral, fundou-se a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, com sede em Santa Rosa de Lima e envolvendo também agricultores de Rancho Queimado, Anitápolis, Rio Fortuna e Gravatal. Neste momento os envolvidos aprovaram seu Estatuto (Anexo 4), sendo que esse documento, dentre outras coisas, possibilita a entrada de sócios não-agricultores, garantindo, no entanto, a direção da entidade aos agricultores familiares associados.

Na seqüência, reuniões da diretoria passaram a acontecer a cada 2 meses em forma de rodízio entre os municípios integrantes. Um planejamento estratégico participativo foi realizado em janeiro de 2000, no município de Anitápolis, contando com a presença de agricultores e técnicos de todos os municípios.

Uma atribuição importante da associação foi à elaboração do Caderno de Normas da entidade (Anexo 5). Este documento, elaborado de forma participativa e a partir da realidade dos agricultores familiares das Encostas da Serra Geral e contando com o auxílio de uma representante da Accueil Paysan, visa definir e regulamentar cada serviço oferecido pelos agricultores. Tal documento é importante pois garante, dentre outras coisas, a permanência do agricultor nas atividades agrícolas e pecuárias; além de ser fonte de garantia ao visitante sobre o que ele vai encontrar nas propriedades rurais.

Após a elaboração deste documento, aprovado em Assembléia Geral, cada associado assinou uma Carta de Compromisso (Anexo 6) e a associação passa a ter o direito e o dever de fiscalizar o cumprimento das regras acordadas.

#### **4.1.3.4 Capacitação: a base para a implantação dos serviços agroturísticos**

Neste momento, cada família já havia definido qual seria o seu papel (qual atividade desenvolveria) dentro do circuito agroturístico. Partiu-se então para a implementação dos “projetos” pensados por cada família em suas propriedades rurais.

O objetivo era iniciar a atividade com o menor investimento possível e, aos poucos, ir melhorando. Definiu-se que, inicialmente, deveria ser trabalhado o saneamento básico, haja vista que poucas propriedades possuíam fossa séptica ou outro tratamento para os dejetos. Além disso, a qualidade da água de consumo também preocupava, sendo que muitas propriedades também não possuíam fontes protegidas.

Além destes, temas como paisagismo, organização do ambiente interno e atendimento também foram eleitos como prioritários.

Neste sentido, um material de apoio abordando estes temas foi elaborado e recebeu o nome de Série Agroturismo (Anexo 7). Os cinco volumes desta “cartilha” continham informações e dicas sobre os assuntos considerados prioritários. Cada tema foi trabalhado durante um dia de campo, buscando apresentar o assunto de forma criativa. No tema "acolhida: o que buscam os turistas?", por exemplo, buscou-se discutir com os agricultores os atrativos existentes nas propriedades rurais e a importância da acolhida e do atendimento, utilizando-se técnicas de representação teatral. Além disso, cada tema foi trabalhado na propriedade que apresentava maior deficiência no assunto. Aquela com maiores problemas de saneamento, por exemplo, foi a que abrigou o dia de campo sobre este assunto.

Após a realização dos dias de campo, alguns cursos de “longa duração” foram organizados. Estes cursos, geralmente de 60 ou 80 horas também foram executados, no sistema de rodízio, nas propriedades rurais. O objetivo era que o curso já servisse como uma forma de consultoria. Assim, por exemplo, ao final do curso de paisagismo, a propriedade rural que o abrigou já estaria com um projeto de embelezamento implantado.

Nas reuniões da diretoria da associação os representantes de cada município também eram responsáveis por apontar demandas que surgiam nas suas respectivas localidades, sendo que estas demandas geravam novos cursos.

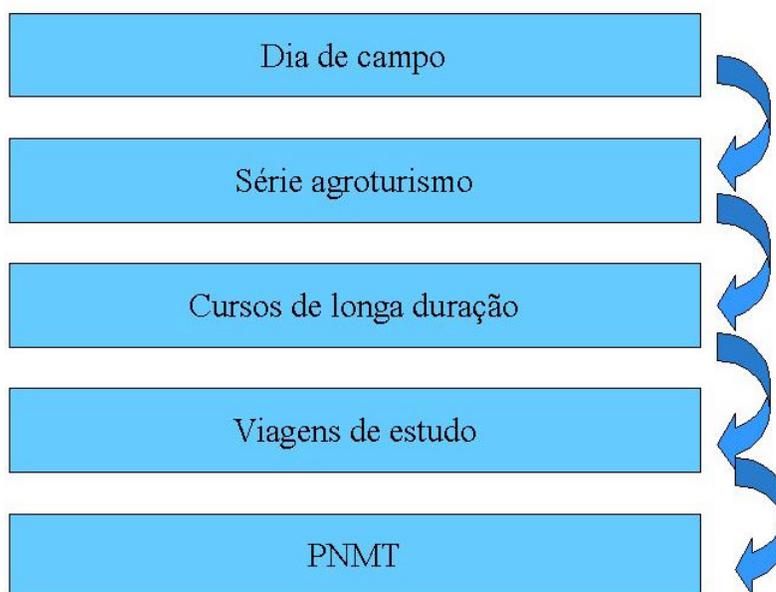
Além destes “cursos” com enfoque muito mais prático que teórico, uma outra ação importante de capacitação foi à realização de viagens de estudo. Os agricultores estiveram em Tangará, Pinheiro Preto e Treze Tílias, todos em Santa Catarina.

a) O Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT: adaptando a linguagem

Com exceção do município de Gravatal, os outros municípios integrantes do projeto de agroturismo não possuíam muito conhecimento sobre a atividade turística. Neste contexto, inclusive por orientação do MDA/PRONAF, surge a idéia de integrar estes municípios ao PNMT, tendo em vista os resultados que este programa estava obtendo em outros estados e municípios. Estes resultados ficam demonstrados pela sensibilização das populações locais sobre a importância e as possibilidades do turismo e na formação de pessoal para atuar no setor.

Neste contexto, foram realizadas as oficinas de primeira (Conscientização: capacitação dos Agentes Multiplicadores Nacionais, Estaduais e dos Monitores Municipais, para a mobilização, sensibilização e conscientização da comunidade) e segunda (Capacitação: qualificação dos Agentes Multiplicadores Nacionais, Estaduais e dos Monitores Municipais, para a orientação dos diversos segmentos da comunidade com vistas à constituição do Conselho Municipal do Turismo e do Fundo Municipal do Turismo) fases do programa, com o diferencial de a discussão estar voltada para o agroturismo. Além disso, a metodologia utilizada nestas oficinas propiciou a participação dos agricultores na construção dos conceitos (turismo sustentável, agroturismo, conselho municipal de turismo, etc).

**Figura 4** – Ações de capacitação na implantação do agroturismo



#### **4.1.3.5 Consultoria especializada: evitando o erro e otimizando recursos**

Em algumas propriedades foi necessária a contratação (ou parceria com outra instituição) de uma consultoria especializada por parte do projeto. Isso significou, por exemplo, no caso de agricultores que desejavam modificar suas casas para hospedar visitantes na contratação de um arquiteto. O objetivo era que o profissional da área desse as sugestões para as obras, observando a arquitetura local e a otimização dos recursos financeiros. O profissional não fazia projetos, apenas dava sugestões de melhoria e acompanhava a realização das obras.

Além do arquiteto, profissionais da área de saneamento básico, alimentação e ecoturismo também foram solicitados pelos agricultores.

#### **4.1.3.6 Os empreendimentos: baixo custo mas muito esforço para a implementação**

Durante a etapa de capacitação, os agricultores começaram a organizar as suas propriedades para o agroturismo. Estas mudanças aconteceram especialmente no saneamento, na organização e no embelezamento. A organização dos serviços a serem prestados começou, no entanto, somente nesta etapa. Os serviços foram divididos em 4 categorias:

a) Hospedagem na colônia: pousada colonial (casa independente da casa de moradia do agricultor); quartos coloniais (quartos na casa de moradia do agricultor) e camping colonial;

b) Alimentação colonial: restaurante colonial; mesa colonial (refeições servidas na própria casa do agricultor) e café colonial;

c) Lazer na colônia: trilha ecológica, pescaria; locais para banho, etc;

d) Conhecendo a colônia: dia de campo; colha e pague; cursos, etc;

O princípio orientador, desde a escolha dos serviços na etapa do diagnóstico participativo, foi adaptar ou aproveitar estruturas e potenciais existentes nas propriedades. Esperava-se, desta forma, fazer o menor investimento inicial possível.

Mesmo assim, algum recurso financeiro era necessário para começar. Era preciso comprar roupas de cama, louças ou pequenos equipamentos. A busca destes recursos em instituições financeiras não foi bem sucedida. Os entraves encontrados pelos agricultores familiares das Encostas da Serra Geral não foram diferentes daqueles enfrentados por aqueles da mesma categoria que buscam recursos nos bancos (falta de interesse pela instituição devido ao baixo valor dos recursos solicitados; exigência de garantias, entre outros). A única novidade é que se contava, no caso, com a existência de linhas de crédito dentro do Pronaf para o turismo rural. Os gerentes alegavam que desconheciam o assunto ou assumiam que não acreditavam no sucesso da atividade.

Isso fez com que a associação de agroturismo Acolhida na Colônia criasse, através de recursos obtidos de doações de técnicos, um fundo denominado “Fundo Rotativo do Agroturismo”, com um montante de R\$ 6.000,00 (seis mil reais). Uma comissão gerenciadora do fundo foi organizada com representantes da Agreco, Acolhida e Credicolônia, sendo esta última responsável por repassar o dinheiro aos projetos selecionados. O recurso era destinado a financiar 4 projetos de agroturismo e as condições estabelecidas foram: juros de 3% ao ano, com prazo de devolução de 1 ano e carência de 6 meses. Os 4 primeiros projetos propostos e financiados tinham o objetivo de constituir um café colonial, duas pousadas e um restaurante.

Todas tiveram sucesso, sendo que o recurso foi devolvido, corrigido, após 18 meses e financiou novos projetos.

Uma outra estratégia utilizada para captar recursos para equipar as propriedades foi o próprio funcionamento das unidades, recebendo visitantes. Uma condição mínima foi estabelecida e um pequeno valor era cobrado do visitante (em 1999, R\$ 7,00 o pernoite com café da manhã). Os “turistas” eram convidados, desta forma, a participar da implantação do projeto de agroturismo, sendo que as condições de hospedagem e alimentação eram explicitadas antecipadamente. Ao final da hospedagem, o visitante preenchia um questionário com sugestões, que eram analisadas e, depois, apresentadas e discutidas com quem havia prestado os serviços.

#### **4.1.3.7 Ações constantes**

Com relação ao paisagismo, apesar do fomento ao embelezamento nas sedes e estradas municipais, o trabalho foi mais concentrado nas propriedades rurais. Iniciou-se o processo através da realização de um curso de longa duração (80 horas). Após isso, realizou-se um concurso de jardinagem entre as propriedades envolvidas. Isso foi feito através da elaboração de regulamento contendo as regras para a participação. Nestas regras estavam contidos critérios que deveriam orientar os agricultores no momento de implantação dos seus jardins. Não foi permitido, por exemplo, o uso de plantas exóticas ou a retirada de vegetais da mata nativa (bromélias, orquídeas e xaxim); além disso. Da mesma forma, o uso de pedras, madeiras e utensílios agrícolas abandonados era valorizado. O agricultor preenchia

uma ficha de inscrição na sede da associação e na seqüência um técnico local ia até sua propriedade fotografar o local que ele havia escolhido para melhorar. Feito isso, uma carta era enviada a propriedade participante com uma cópia da foto (Anexo 8). Uma comissão julgadora de fora do município foi organizada e passou por todas as propriedades avaliando as melhorias realizadas e dando nota às propriedades; além disso, uma nova foto do local era feita. Os vencedores do concurso “jardim quatro estações”, duas propriedades na primeira edição, receberam um prêmio em dinheiro que deveria ser utilizado em melhorias nas propriedades rurais e também um certificado contendo o “antes e depois” de sua propriedade.

Além disso, algumas ações no sentido de resgatar e preservar a cultura local também foram desenvolvidas. Desta forma, foi realizado um concurso de culinária típica nos cinco municípios envolvidos no projeto e uma pesquisa de causos acontecidos na região. Com relação ao concurso de culinária, o objetivo era que os inscritos recuperassem receitas das vovós e que estas pudessem servir de base para a elaboração dos cardápios nas propriedades rurais. O resultado deste trabalho foi a publicação de dois livretos pela associação Acolhida na Colônia e a utilização das receitas para a realização de um curso de culinária de Santa Rosa de Lima e Anitápolis, em novembro de 2001. Além disso, a associação também incentiva os grupos folclóricos, de canto e dança da região e o desenvolvimento do artesanato local.

Com relação ao meio ambiente, além de exigir de seus associados a adoção de práticas corretas em seu estatuto (saneamento básico, produção orgânica de alimentos), a Acolhida na Colônia tem participado, através de seus representantes, de diversos movimentos em prol da preservação ambiental.

Também se configuram como ações do programa de agroturismo em desenvolvimento a formação constante de seus associados. Neste sentido, novos cursos e dias de campo são realizados sempre que algum associado solicita ou quando se detectada alguma fragilidade na atividade, sendo isso avaliado pelo técnico local ou pela coordenadora do programa. Os próprios visitantes também contribuem para este diagnóstico através do preenchimento de um formulário de sugestões quando deixam as propriedades. Neste sentido, por exemplo, o “I Fórum de Agroturismo das Encostas da Serra Geral” foi realizado, nos dias 10 e 11 de maio, em Santa Rosa de Lima. Tal evento contou com a participação de mais de 130 pessoas ligadas a instituições relacionadas ao desenvolvimento da atividade ou agricultores de outras localidades que já desenvolvem o agroturismo de forma articulada. O objetivo deste fórum, além de proporcionar a troca de experiências entre agricultores de localidades diferentes, foi discutir aspectos que limitam o desenvolvimento da atividade. Neste sentido, 4 grandes temas foram discutidos (assistência técnica, legislação, marketing e financiamento), na forma de mesa redonda, onde agricultores da região colocavam o assunto e a dificuldade encontrada por eles, com relação ao tema em questão e técnicos ligados a instituições que poderiam contribuir davam sua opinião sobre o assunto.

#### **4.2 Resultados e discussão: os principais ensinamentos obtidos a partir da estratégia metodológica adotada**

A seguir serão apresentados os resultados das estratégias adotadas para a implantação do agroturismo na região conhecida como “Encostas da Serra Geral”. Paralelo a isso, uma discussão a cerca destes resultados será feita.

De forma geral, pode-se considerar que as estratégias adotadas alcançaram seus objetivos, sendo que o circuito de agroturismo das “Encostas da Serra Geral” encontra-se em funcionamento e é considerado referência para projeto desta natureza no Brasil. Além disso, o referido trabalho recebeu o prêmio nacional “Destaque do Ministério do Desenvolvimento Agrário – 2002”, fato que também ilustra o reconhecimento obtido por tal experiência.

Com relação ao projeto piloto, cerca de 40 propriedades já recebem visitantes, especialmente nos municípios de Anitápolis e Santa Rosa de Lima. Em 2001 foram mais de 2000 visitantes e 2002 este número ultrapassou os 3000 visitantes. Em função disso, regras para controlar o fluxo turístico, evitando o comprometimento da produção agropecuária e a degradação do meio ambiente tiveram que ser desenvolvidas.

Cabe ressaltar a importância dos outros projetos que são desenvolvidos na região para o sucesso da implantação do agroturismo nas “Encostas da Serra Geral”. Pode-se perceber que o agroturismo, dificilmente contribuirá para o desenvolvimento local se acontecer de forma isolada e desarticulada. Na região mostrou-se, além de uma fonte de renda complementar significativa, importantíssimo no resgate da auto-estima das populações locais, no envolvimento dos jovens rurais e redinamização de toda uma sociedade.

Sendo assim, segue a análise das estratégias propostas no capítulo 3 deste trabalho.

#### **4.2.1 Com relação à definição da área de abrangência**

O envolvimento de vários municípios parece ser essencial para o desenvolvimento do agroturismo. Este fator está relacionado ao aumento da atratividade da região do ponto de vista do turista (mais coisas para visitar). Com relação aos agricultores, o benefício relaciona-se, especialmente, a possibilidade de troca de experiências com agricultores de outras localidades. Atividades desenvolvidas em um município acabam servindo de inspiração para os municípios vizinhos.

Além disso, no que diz respeito ao apoio governamental para projetos desta natureza, aqueles que envolvem mais municípios – especialmente os pequenos – parecem receber maior atenção.

A dificuldade desta prática relaciona-se a participação efetiva dos agricultores na condução do processo. Isto acontece devido à limitação para o deslocamento dos agricultores, do custo e do tempo que gastam para participar dos eventos, reuniões ou outras atividades.

A abordagem territorial também foi estratégica no sentido da potencialização dos recursos existentes, sendo fundamental num contexto de inclusão social. Esta abordagem mostrou-se fundamental para fazer convergir características físicas e humanas, facilitando o desenvolvimento do trabalho.

No caso do diagnóstico das características locais, percebeu-se a necessidade do conhecimento mais aprofundado das realidades de cada município envolvido. Existem pontos limitantes para a implantação do agroturismo (ex. má condição das estradas internas) que devem estar claros desde o início das atividades para que, ao longo do trabalho, alternativas possam ser desenvolvidas. Da mesma forma, vários pontos que poderiam ser aproveitados no município não são explorados, perdendo-se então a oportunidade de potencializar o processo.

#### **4.2.2 Com relação à sensibilização**

A criação de novas expectativas é um fator preponderante para que novas condições sejam estabelecidas. Neste sentido, a realização de palestras e debates sobre o agroturismo nos municípios e comunidades rurais envolvidas atingiu o objetivo, despertando muitos interessados e curiosos sobre o assunto.

As viagens de estudo ou intercâmbio foram de extrema importância para a “decisão” dos agricultores sobre se continuariam ou não no processo de implantação da atividade turística em suas propriedades. A conversa do agricultor com outro agricultor que já desenvolvia a atividade foi muito interessante para esclarecer dúvidas quanto ao desenvolvimento do turismo. As principais preocupações demonstradas pelos agricultores neste momento foram à questão da segurança (pois muitas vezes eles estavam se propondo a receber pessoas estranhas dentro de suas próprias casas), aumento do trabalho, serviços que poderiam ser oferecidos, entre outras.

Além disso, estas viagens serviram também para quebrar o “preconceito” dos agricultores que não acreditavam que outras pessoas pudessem querer conhecer o seu dia-a-dia, o meio ambiente ou mesmo que valorizassem o patrimônio histórico-cultural. Exemplo disso foi à surpresa dos agricultores ao visitarem uma antiga ferraria e ouvirem o depoimento da proprietária falando do movimento.

As viagens alertaram para a diversidade de atividades turísticas realizadas no meio rural. Neste momento surgiram importantes questionamentos entre os agricultores: Como vamos nos diferenciar? Como vamos esclarecer ao visitante que ao chegarem em nossas propriedades encontrarão propriedades agrícolas familiares?

#### **4.2.3 O associativismo**

A realização dos diagnósticos participativos mostrou-se fundamental para a continuidade do processo. Através desta metodologia, a questão do medo da competitividade foi superada. Os agricultores perceberam que cada propriedade tinha um diferencial e que, para atender as necessidades ou demandas dos turistas, eles precisavam se unir e se complementar.

O diagnóstico participativo foi importante na definição dos serviços a serem implementados em cada propriedade rural. O grupo ajudou cada família a definir o seu projeto, sendo que a troca de experiências foi um fator muito importante. Além disso, os agricultores mais tímidos conseguiram expor suas preocupações e questionamentos com o aumento da intimidade entre o grupo.

Esta metodologia ajudou, ainda, a estabelecer vínculos de solidariedade e de cooperação entre os atores locais envolvidos. Ao final desta etapa, pessoas que não se conheciam haviam se tornado amigas. Este fator foi fundamental no momento da discussão sobre a constituição de uma associação.

Neste mesmo momento, as dificuldades para o desenvolvimento do agroturismo também foram sendo evidenciadas. Os questionamentos por parte dos agricultores eram freqüentes: como vamos divulgar nossas propriedades se não possuímos conhecimento, dinheiro e contatos? Como vamos agendar as visitas se não possuímos telefone? Como os turistas vão a nossas propriedades se não existe sinalização ou um guia local?

O diagnóstico participativo também evidenciou as principais deficiências das propriedades rurais: saneamento, organização da propriedade rural, higiene pessoal, entre outros.

Com relação à constituição da associação, a parceria com a entidade francesa foi estratégica para a implantação do agroturismo nas “Encostas da Serra Geral”. Podemos destacar a contribuição em dois níveis principais: primeiramente a trajetória acumulada, desde princípios organizacionais, passando pelo processo de capacitação de agricultores e técnicos, até chegar a normatização (caderno de normas e carta de princípios). Outro fator relevante está relacionado à possibilidade de integrar uma entidade que discute o agroturismo com co-irmãs de outros países, constituindo uma rede de organizações e pessoas que buscam o fortalecimento da agricultura familiar.

#### 4.2.4 A implementação dos empreendimentos

Os dias de campo trabalhados com a Série Agroturismo foram extremamente eficazes no sentido da capacitação. De forma descontraída (teatro, mutirão, etc), foram abordados temas difíceis, como a questão do saneamento básico e da higiene pessoal. Além disso, o fato de direcionar as atividades para propriedades problemáticas também foi interessante pois, além de possibilitar um bom laboratório, ao final do dia soluções para os problemas encontrados no local já haviam sido discutidas.

A realização dos cursos de “longa duração”, apesar de atingir os objetivos propostos, apresentou uma série de deficiências. A primeira delas diz respeito à duração. Os agricultores tiveram dificuldades para deixar a propriedade durante tanto tempo, além de já se encontrarem envolvidos com outras capacitações relacionadas, por exemplo, à atividade agrícola. Um outro fator foi que a época de realização dos cursos coincidiu com aquela de maior trabalho na propriedade rural (os cursos foram financiados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e as liberações de recursos dependiam de fatores alheios às conveniências dos agricultores).

Percebeu-se uma grande dificuldade, por parte dos agricultores, de efetivar posturas e práticas incentivadas nas ações de capacitação. Pode-se citar o exemplo do paisagismo. Isto acontece, em grande parte, devido à cultura local. Os agricultores de alguns municípios integrantes do circuito não possuíam o hábito de plantar flores.

Daí deriva a importância do monitoramento constante das ações de capacitação propostas. No caso do paisagismo, a estratégia utilizada para colocar

em prática os conhecimentos adquiridos foi à organização de um concurso de paisagismo. Além de um prêmio que de R\$ 250,00, aplicado na melhoria da propriedade, a associação criou também um selo batizado de “Jardim Quatro Estações”. Este evento acabou despertando um espírito de competição entre os associados; uma concorrência sadia que gerou belos jardins.

Uma tática para garantir o empenho dos agricultores durante e após a realização dos cursos foi à elaboração de regras para a participação nos mesmos. Desta forma, o agricultor que faz inscrição para um curso assina um termo de responsabilidade onde se compromete a aplicar os conhecimentos aprendidos. Caso isso não ocorra, o agricultor deverá pagar as despesas que a entidade teve com a vaga dele.

A realização das oficinas do PNMT também foi fundamental na etapa de capacitação. Como resultado, além de uma aproximação com o tema mais geral do turismo, a organização dos Conselhos Municipais de Turismo (em alguns casos reorganização), contando com a participação dos agricultores, deve ser ressaltada.

A contratação de profissionais especialistas, como o caso de arquitetos, foi fundamental para otimizar os escassos recursos financeiros disponíveis para a implantação da atividade. Uma coisa importante foi à seleção de um profissional com o perfil adequado para atuar no meio rural e neste projeto. Com relação ao arquiteto, neste caso, tratava-se de uma pessoa com conhecimentos sobre o patrimônio histórico e sobre técnicas de restauração. Isso contribuiu para que a arquitetura local não fosse descaracterizada nas obras realizadas pelos agricultores.

Com relação aos investimentos, o mais interessante foi à visão de longo prazo, onde os agricultores começaram a explorar o agroturismo aproveitando ao máximo as possibilidades de sua propriedade, fazendo o menor investimento

possível. Apesar disso, todos vislumbravam projetos maiores e a tática foi então fazer aos pouquinhos. Neste sentido, teve exemplo de agricultor que montou um café colonial num antigo galpão de madeira, utilizando a cozinha e o banheiro de sua própria casa para desenvolver a atividade. Com o passar do tempo, diante do aumento do fluxo turístico construiu dois banheiros e agora está com projeto pronto para fazer uma nova cozinha.

Outro fator interessante foi à experiência de constituição do “Fundo Rotativo do Agroturismo”. A facilidade dos agricultores em acessar este recurso e a baixa taxa de juros, aliado a possibilidade de financiar pequenos projetos viabilizou vários empreendimentos e dinamizou o processo. Cabe ressaltar que todos os agricultores investiram o dinheiro recebido conforme projeto aprovado e devolveram o recurso dentro do prazo e de acordo com as condições estabelecidas.

#### **4.2.5 Ações constantes**

Com o desenvolvimento do agroturismo nas “Encostas da Serra Geral”, fica evidente que a atração do turista se dá, não pela existência de um belo hotel, mais por valores que muitas vezes são difíceis de quantificar. Neste sentido, surpreender pela beleza do ambiente, cuidando do paisagismo e da preservação do patrimônio natural trata-se de uma estratégia de sucesso. Além disso, possibilitar as pessoas que hoje vivem num mundo globalizado a oportunidade de estar em contato com aspectos culturais preservados, com singularidades locais e com pessoas ávidas em compartilhar e dividir experiências são aspectos diferenciais e que garantem o sucesso da atividade.

Neste sentido, podemos considerar que trabalhar o embelezamento do meio rural, o resgate e preservação da cultura (ainda mais quando estas comunidades passam a receber influência de pessoas externas que as visitam) e do meio ambiente, a capacitação dos agricultores e a sensibilização da comunidade deverão ser ações constantes no desenvolvimento de um programa de agroturismo.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES**

As atividades de pesquisa desenvolvidas até então e principalmente suas aplicações a campo serviram de suporte para a elaboração das conclusões apresentadas a seguir, as quais representam a síntese de todas as atividades realizadas.

### **5.1 Conclusões da pesquisa**

Com o intuito de facilitar a apresentação das conclusões do trabalho, este item foi dividido em 2 subitens descritos a seguir:

#### **5.1.1 Quanto aos objetivos do trabalho**

Na conclusão deste trabalho, buscou-se, principalmente, saber se os objetivos previamente estabelecidos foram alcançados. Neste sentido, o objetivo geral proposto buscava “Sistematizar e analisar as estratégias utilizadas para a elaboração de um programa de agroturismo no território conhecido como Encostas da Serra Geral Catarinense, para que este programa possa servir de referência para outras localidades com potencial e interesse em desenvolver a atividade”.

Pode-se considerar que este objetivo foi atingido, através, especialmente, do atendimento aos objetivos específicos estabelecidos. Neste sentido, o QUADRO 2 apresenta estes objetivos e o resultado alcançado pela autora em cada etapa.

**QUADRO 2** - Esquema geral de desenvolvimento da dissertação com demonstração do alcance dos objetivos específicos

<b>Objetivos específicos da Dissertação</b>	<b>Resultados</b>
Identificar uma conceituação de agroturismo adequada aos interesses das “encostas da Serra Geral Catarinense” e sua população	Realização de uma pesquisa bibliográfica, sendo que o conceito identificado encontra-se citado no item 2.2.4 do presente trabalho.
Estabelecer um rol de condições mínimas para a implantação de circuitos de agroturismo numa região	A partir do capítulo 3, no momento da definição da área de atuação, foram apresentados os fatores levados em consideração para a escolha dos municípios de Rancho Queimado, Anitápolis, Santa Rosa de Lima, Rio Fortuna e Gravatal para este estudo (item 3.3.1.1). Estes pontos são considerados básicos para a implantação de programas de agroturismo.
Sistematizar e analisar a experiência do circuito de agroturismo implantado nas “encostas da Serra Geral Catarinense”	No Capítulo 4, dividido em 2 seções, encontra-se a descrição do estudo de caso, que consiste, basicamente, na sistematização do processo de implantação do circuito de agroturismo nas Encostas da Serra Geral (4.1). Na seqüência, no item 4.2 são apresentados os resultados e discussões sobre cada fase do processo.
Disponibilizar, a partir desta experiência, um roteiro referencial contendo as	A FIGURA 1, contida no início do Capítulo 4, apresenta uma síntese das

principais estratégias adotadas, a ser observado por outras localidades interessadas e com potencial para desenvolver a atividade de agroturismo	estratégias utilizadas para a implantação do agroturismo nas Encostas da Serra Geral. Este roteiro pode ser seguido por outras localidades desde que tenham potencial e que sejam respeitadas particularidades locais.
--	--

### **5.1.2 Quanto ao roteiro referencial constituído**

O roteiro construído será abordado de forma conclusiva de acordo com seus pontos fortes e fracos a seguir.

#### **5.1.2.1 Pontos fortes**

- Facilidade para ser aplicado em outras realidades que apresentem potencial para o desenvolvimento do agroturismo;
- O baixo custo para o desenvolvimento da proposta e de implantação dos serviços nas propriedades rurais;
- O desenvolvimento da atividade de forma organizada, através do associativismo e da constituição de circuitos (dentro do município e entre municípios);
- A valorização de atividades que contribuem para o desenvolvimento local (agroecologia, agoindustrialização, cooperativismo de crédito, etc).

### **5.1.2.2 Pontos fracos**

- Um dos principais limitantes do roteiro proposto diz respeito ao comprometimento do Poder Público local. O desenvolvimento da atividade esbarra em ações que são de responsabilidade do Poder Público, como a questão da infraestrutura local e da disponibilização de um técnico;

- O longo tempo necessário para a implementação do agroturismo (mais de 2 anos, do início da atividade até receber os primeiros visitantes), pode desestimular muitos agricultores que esperam respostas mais rápidas para seus problemas financeiros;

- O preconceito de técnicos e agricultores com relação ao desenvolvimento do agroturismo.

### **5.2 Recomendações para trabalhos futuros**

Com base no estudo desenvolvido e nos resultados obtidos no presente trabalho, sugere-se, como recomendação para trabalhos futuros os seguintes temas:

- Concepção e elaboração de indicadores de impactos da atividade: faz-se necessário um estudo mais aprofundado sobre os impactos que a atividade de agroturismo tem sobre a vida dos agricultores. Estes indicadores deveriam avaliar, além de aspecto econômico, questões relacionadas com a qualidade de vida dos envolvidos e da comunidade como um todo.

- A utilização das estratégias propostas em outras realidades: na medida em se cria à demanda para a expansão do agroturismo, tanto por parte dos

agricultores, como por parte dos consumidores, a utilização das estratégias propostas nesta dissertação como referência para o desenvolvimento organizado da atividade em outras localidades torna-se a principal recomendação;

- O aprimoramento do estudo das características locais: visando otimizar o desenvolvimento da implantação do agroturismo, um estudo mais aprofundado das características dos possíveis locais de atuação torna-se fundamental. Neste sentido, o desenvolvimento de um *check-list* contendo características essenciais para a implementação da atividade, pontos restritivos, bem como outras informações seriam fundamentais para aprimorar o roteiro proposto.

### **5.3 Considerações Finais**

A opção em desenvolver este trabalho está relacionada com a atuação profissional da autora no projeto que resultou na criação da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia. A observação dos impactos benéficos que a atividade está tendo entre os agricultores que passaram a desenvolvê-la incita a desejar sua expansão a outras regiões do estado de Santa Catarina e do Brasil. Ao mesmo tempo, a participação da autora em pesquisa recente que estudou a realidade do agroturismo no estado e mostrou as dificuldades enfrentadas por agricultores que passam a desenvolver o agroturismo isoladamente também contribuíram para as proposições descritas nesta dissertação.

O agroturismo nas “Encostas da Serra Geral” foi concebido como “mais um instrumento” na construção do desenvolvimento sustentável da região. Desde o início buscou-se sinergia com outras ações que estão contribuindo para alterar a

aparência da região. Um projeto de desenvolvimento deve buscar diminuir as disparidades entre os espaços territoriais urbanos e rurais (em termos de incidência da pobreza, acesso a serviços públicos, etc).

Neste sentido, as diversas organizações que se constituíram na região (associação de produtores orgânicos, cooperativa de crédito rural, fórum de economia solidária, etc) se configuram como uma oportunidade para diversos agricultores que ao longo do tempo foram excluídos do processo de desenvolvimento, resultando numa possibilidade de inclusão social e desenvolvimento territorial sustentável.

O agroturismo deve se constituir numa *ferramenta* que busca, de forma participativa, mobilizar e incluir, nas suas ações, os recursos ambientais e culturais locais, os agricultores familiares e os diversos grupos sociais de um território, visando o *desenvolvimento sustentável*.

## REFERÊNCIAS

- 01 - ABRAMOVAY, R. **Ruralidade e desenvolvimento territorial**. Gazeta Mercantil, São Paulo, 15 abr. 2001 – p. A3.
- 02 - ACERENZA, M. A. **Administración del Turismo**. Vol. 1. México: Trilhas, 1991.
- 03 - ALTMANN, Rubens et al. **Perspectivas para a agricultura familiar: horizonte 2010**. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2002. 112p.
- 04 - ASSOCIATION Accueil Paysan du Brésil. In: Accueil Paysan. **La campagne à bras ouverts**: Guide 2003. Grenoble, [2003]. P. 98. BARRETTO, Margarita. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- 05 - BARRETTO, Margarita. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- 06 - BERTOLDI, I. Turismo Rural em Joinville. In: II Congresso Internacional De Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, 2000, Santa Maria/RS. **Anais Turismo & Desenvolvimento Sustentável**. Santa Maria/RS: Centro de Ciências Rurais/Universidade Federal de Santa Maria, 2000.
- 07 - BROSE, Markus. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. 347p.
- 08 - BRÜGGEMANN, F.M. **Recursos naturais, com potencial turístico, para o desenvolvimento local sustentável do município de Rancho Queimado no Estado de Santa Catarina**. 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia Sanitária e Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, UFSC, Florianópolis.

- 09 - BRÜSEKE, F.J. 1995. **O problema do desenvolvimento sustentável**. In: Cavalcanti, C. Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.
- 10 - CAZELLA, A. A. **Developpement local et agriculture familiale: les enjeux territoriaux dans le departement de l'Aude**. Tour, 2000. Thèse(doctorat) – Université François Rebelais.
- 11 - CAZELLA, A. A. **O desenvolvimento rural francês**. Florianópolis: CEPAGRO, 1997. 11p. (Idéias e Ações)
- 12 - Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**, 2.ed., Rio de Janeiro, FGV, 1991, xvii.
- 13 - DANTAS, A. L. F. L. **A atividade turística e os caminhos sustentáveis: um estudo de caso no município de Rancho Queimado** – SC. 1999. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis.
- 14 - DIAS, G. F. Educação Ambiental, princípios e práticas. 2. ed. São Paulo: Gaia, 1993.
- 15 - ESTEBÃO, I.; O turismo como atividade não-agrícola em São Martinho-SC. In: ALMEIDA, Joaquim: et al (org.) **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. São Paulo: EDUSC, 2000. p. 245-263.
- 16 - FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Versão Resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036. Brasília: FAO, 1994.
- 17 - FAO/INCRA. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA. Brasília. 2000. 74p.

- 18 - FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico.** Projeto UTF/BRA/036. Brasília: FAO, 1996.
- 19 - GÎTE DE FRANCE. **Nº spécial 40<sup>e</sup> anniversaire.** Paris: Impressions européennes, 1994.
- 20 - GÎTE DE FRANCE (Service Juridique). **Revue trimestrielle de la Fédération Nationale des Gîtes de France.** Paris: Impressions européennes, 1997. p. 8.
- 21 - GUZZATTI, T. C. **Turismo rural para promover o desenvolvimento local.** 1997. Monografia (Graduação em Agronomia) – Centro de Ciências Agrárias, UFSC, Florianópolis.
- 22 - HERVIEU, Bertrand. **Les agriculteurs.** Paris: Presses Universitaires de France; 1996. 128p. (que sais-je?)
- 23 - IBGE. **Censo demográfico.** 2000. ibge.
- 24 - LEADER. Comercializar um turismo rural de qualidade. In Dossier Leader; Comercializar um turismo rural de qualidade. 1995. Disponível em: <http://www.rural-europe.aeidl.be/rural-pt/biblio/touris/art02.htm>. Acesso em: 29 set. 1999.
- 25 - LERÍPIO, A. A. GAIA – **Um método de gerenciamento de aspectos e impactos ambientais.** 2001. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis.
- 26 - LOURENÇO, M. Serra Gaúcha: tradições, costumes e produtos atraem turistas. **Revista Sebrae,** Brasília, n. 6, set./out. 2002. Disponível em: <http://200.252.248.103/sites/revistasebrae/06/index.htm> Acesso em 10 jan. 2003.

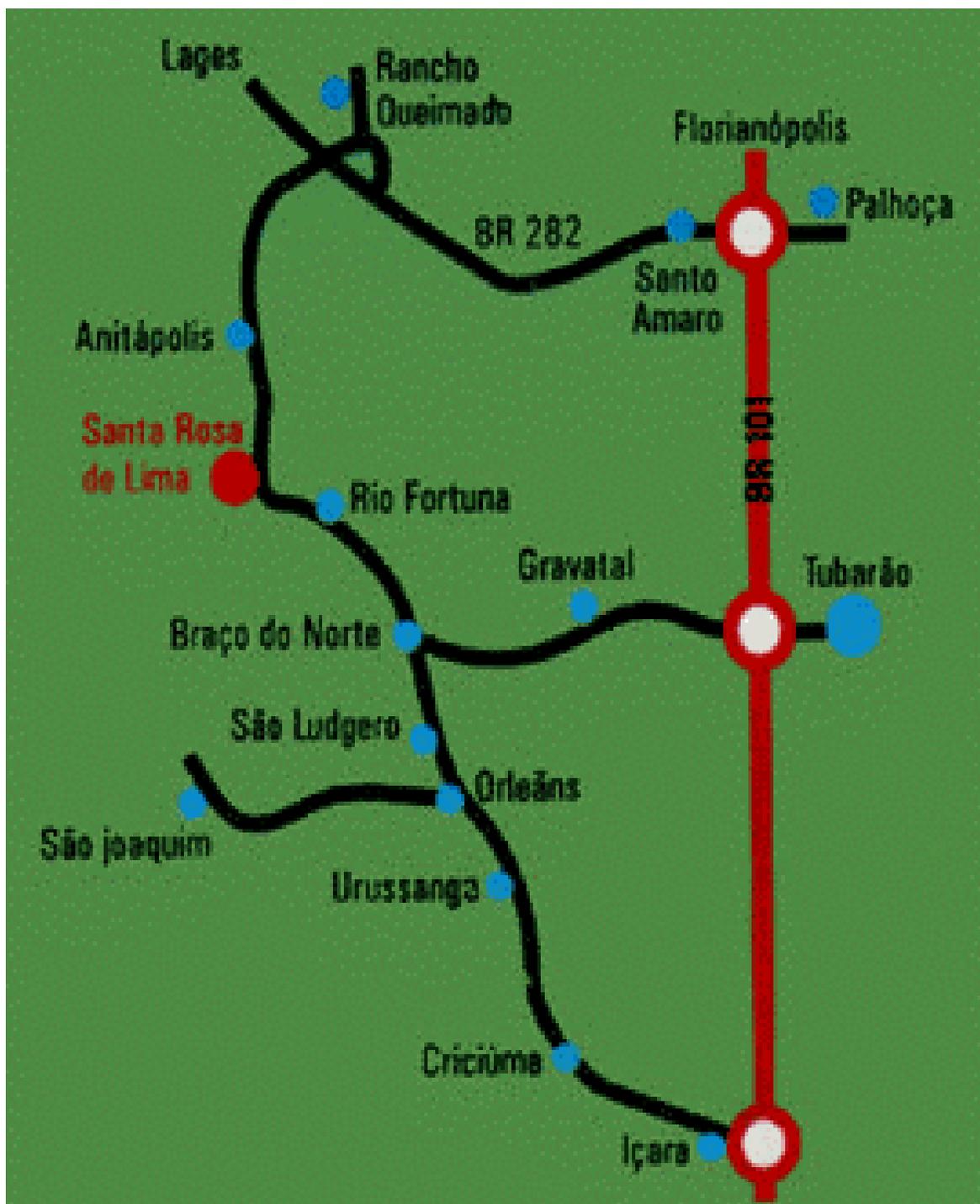
- 27 - MODELO em transição: **Guia do Empreendedor Rural**, Ano 2. nº 3, p. 53-55, fev. 2003.
- 28 - MAIOMON, Dália. **As ciências sociais e a questão ambiental: rumo a interdisciplinaridade**. Rio de Janeiro: APED/NAEA, 1993. 282 p.
- 29 - MANNING, Eduard W.; DOUGHERTY, T.D. **Sustainable tourism : preserving the golden goose**. Cornell Hotel & Restaurant Administration. Quarterly, v. 36, n.2.
- 30 - MARTINS, Sérgio. **Límites del desarrollo sostenible en América Latina** : en el marco de las políticas de (re)ajuste económico. Pelotas: Editora da UFPEL, 1995.
- 31 - MELLONI, E. Agricultura familiar é apontada como modelo: O Estado de São Paulo, São Paulo, jul.98. Disponível em: <http://www.estado.com.br/jornal/98/07/27/news038.html>>. Acesso em: 03 out. 2001.
- 32 - MOINET, François. **Le tourisme rural**. Paris: Editions France Agricole; 1996. 319p.
- 33 - OLIVO, Clair J. **Sustentabilidade de condomínios rurais formados por pequenos agricultores familiares: análise proposta de modelo de gestão**. 2000. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis.
- 34 - OXINALDE, Miguel del Reguero. **“Ecoturismo – nuevas formas de turismo em el espacio rural”**. Barcelona: Bosch Casa Editorial, 1994.
- 35 - PINHEIRO, S.L.G., CARDOSO, A.M., TURNES, V., SCHMIDT, W., BRITO, R., AND GUZZATTI, T., "Sustainable rural life and Agro-ecology, Santa Catarina State, Brazil". In: El-Hage Scialabba N. and C. Hattam (eds.), 2002. **Organic**

- Agriculture, Environment and Food Security.** Environment and Natural Resources Service Series no. 4, FAO, Rome, pp. 227-234.
- 36 - PROGRAMA NACIONAL DE MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO. **Guia para Oficinas de Treinamento dos Agentes Multiplicadores e dos Monitores. Planejamento para o Desenvolvimento de Turismo Sustentável em Nível Municipal.** Organização Mundial de Turismo, Madrid, 1994.
- 37 - RODRIGUES, A. B. **Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia.** In: Turismo rural: práticas e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2001 - (Coleção Turismo Contexto).
- 38 - RUSCHMANN, Doris. **O planejamento do Turismo e a Proteção do Meio Ambiente.** Tese de Doutorado, São Paulo: ECA-USP, 1994.
- 39 - RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável: A Proteção do Meio Ambiente.** São Paulo: Papirus, 1997.
- 40 - SACHS, I. **Estratégias de Transição para o Século XXI: Desenvolvimento e Meio Ambiente.** São Paulo: Studio Nobel: Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.
- 41 - SARTOR, Lourdes Fellini. **Turismo Rural.** Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981. 62p.
- 42 - SCHMIDT, W.; SCHMIDT, W. e TURNES, V. A. **Desenvolvimento local em espaços rurais; a construção de um “território” nas Encostas da Serra Geral, em SC.** In: PAULILO, M. I. e SCHMIDT, W. (orgs.). Agricultura e espaço rural em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. UFSC, 2003 (no prelo).
- 43 - SCHMIDT, Wilson et al. **Associativismo e cooperativismo: o terceiro setor no desenvolvimento rural catarinense.** In: VIEIRA, P. F. (org.). A pequena

- produção e o modelo catarinense de desenvolvimento. Florianópolis: APED, 2002. p. 59-110.
- 44 - SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade como fator de desenvolvimento regional: uma análise da agricultura familiar no sul do Brasil. In: IX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 2001, Rio de Janeiro. **Anais Ética, Planejamento e Construção Democrática do Espaço**. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. v.1.p.431-440.
- 45 - SENAC. DN. **Introdução a turismo e hotelaria** / Luiz Cláudio de A. Menescal Campos; Maria Helena Barreto Gonçalves. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 1998. 112p.
- 46 - SILVA, J. G. da et al. **Turismo em áreas rurais**. In: ALMEIDA, J., FROEHLICH, J.M., RIEDL, M. (orgs). Turismo rural e o desenvolvimento sustentável. Departamento de Extensão Rural: Santa Maria/RS, 1998.
- 47 - SILVA, M. F. da. **As alterações sócio-culturais nas famílias integrantes do projeto Caminho de Pedras – Bento Gonçalves/RS**. In: II CONGRESSO INTERNACIONAL DE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2000, Santa Maria. Anais Turismo & Desenvolvimento Sustentável. Santa Maria/RS: Centro de Ciências Rurais/Universidade Federal de Santa Maria, 2000.
- 48 - TORESAN, L.; MATTEI, L.; GUZZATTI, T. C. **Estudo do potencial do agroturismo em Santa Catarina: impactos e potencialidades para a agricultura familiar**. Florianópolis, SC, Instituto Cepa/SC, 2002. 59 p.
- 49 - TOURISM Concern; WWF. **Beyond The Green Horizon – A Discussion Paper on Principles for Sustainable Tourism**. UK, 1992.

- 50 - TURNES, V. A. **Diretrizes para a elaboração do plano de desenvolvimento local**. Cocal do Sul - SC. 1996, 154 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- 51 - VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.
- 52 - ZIMMER, P.; GRASSMANN S. **Avaliar o potencial turístico de um território**. In: LEADER II. Estremadura, Espanha, 1996.

## ANEXO 1 – Mapa de Localização do Circuito de Agroturismo



## **ANEXO 2 - Roteiro para discutir o associativismo**

### CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE AGROTURISMO

#### **Conceitos básicos**

- que é uma associação?
- que é o estatuto de uma associação?

#### **Estrutura do Estatuto de uma Associação segundo as regras do Associativismo no Brasil**

##### **1) As características gerais da Associação**

- Qual o seu nome?
- Como se Caracteriza? Sociedade civil sem fins lucrativos.
- Qual o tempo de duração? Indeterminado.
- Qual a abrangência?
- Onde será a sua sede?
- Qual o Fórum eleito? Comarca de Braço do Norte.

##### **2) Os objetivos e princípios da Associação**

- Quais são os seus objetivos?
- Quais são os seus princípios, filosofias, conceitos?

##### **3) Os seus associados**

- Quem são?
- Qual o número mínimo de sócios?
- Quem são os sócios fundadores? São os presentes em sua Assembléia de Fundação.
- Como se dará a associação de novos membros?
- Como se dará a exclusão ou eliminação de associados?
- Como se dará o afastamento voluntário de associados?

- Quais são os direitos e deveres dos sócios?

#### **4) O patrimônio e os recursos financeiros da Associação**

- Qual o tamanho e tipo de patrimônio da Associação?
- Qual a origem deste patrimônio?
- Qual a origem dos recursos financeiros?
- Como se dará a aplicação dos recursos financeiros?

#### **5) Os órgãos da Administração da Associação**

- Quais são os órgãos da Associação?

##### a) Assembléia Geral e Conselho de Representantes:

- Que é?
- Que lhe compete?
- Como funciona?

##### b) Coordenação Administrativa:

- Quais as instâncias que a compõem?
- Qual o prazo de mandato?
- Quais as competências de cada instância?

##### c) Conselho Fiscal:

- Qual a composição e competências?

#### **6) A normas gerais e transitórias**

- Exercício financeiro corresponde ao ano civil (1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano)
- Como acontecerá a dissolução da Associação?
- Os cargos da Coordenação Administrativa não poderão ser remunerados.
- Quando o Plano Anual de Trabalho da Associação será apreciado pela Assembléia Geral?
- Como será a votação das alterações do Regimento Interno?

Os casos omissos em relação a este Estatuto serão tratados pela Assembléia Geral.

## **ANEXO 3 - Roteiro para o levantamento de dados das famílias e propriedades rurais**

Roteiro simplificado

### **1- Com relação à família:**

- 1.1- Família:
- 1.2- Origem:
- 1.3- Reside na comunidade há:
- 1.4- Nome dos familiares:
- 1.5- Onde cada um trabalha:

### **2- Com relação à moradia:**

- 2.1- Tipo de moradia (alvenaria, madeira, etc):
- 2.2- Condições de saneamento básico (possui banheiro e tratamento):
- 2.3- Abastecimento de água (origem e tratamento):
- 2.4- Energia elétrica (monofásica, trifásica, etc):
- 2.5- Destino dado ao lixo:

### **3- Com relação à propriedade:**

- 3.1- Condição do imóvel (próprio, parceiro, arrendatário, etc):
- 3.2- Área:
- 3.3- Topografia:
- 3.4- Produção desenvolvida (área e atividade):
- 3.5- Benfeitorias existentes:
- 3.6- Aspectos ambientais relevantes:
- 3.7- Potencialidades para o desenvolvimento do agroturismo:
- 3.8- Atrativos próximos:

## **ANEXO 4 - Estatuto da Acolhida na Colônia**

### **ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE AGROTURISMO - ACOLHIDA NA COLÔNIA**

#### **Capítulo 1º - Denominação, duração e abrangência**

Art. 1º - A Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, criada aos 18 dias do mês de junho de 1999 é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, sediada em Santa Rosa de Lima/SC, com abrangência dos municípios situados às cabeceiras dos rios Tubarão, Capivari, Tijucas, Cubatão , Itajaí do Sul e Canoas, tendo como fórum a Comarca de Braço do Norte, e será regida pelo presente Estatuto e demais leis aplicáveis.

#### **Capítulo 2º - Dos objetivos e princípios**

Art. 2º - A Associação terá os seguintes objetivos:

- a) contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares e ela associados, pela organização de atividades de agroturismo enquanto fonte complementar de renda;
- b) valorizar as atividades dos agricultores familiares associados, oferecendo alternativas para que permaneçam no meio rural, resgatando sua história e sua cultura e fortalecendo uma prática produtiva dentro dos princípios da agroecologia, de proteção e de recuperação do ambiente natural;
- c) promover a integração entre campo e cidade através da troca de experiências, ao possibilitar o convívio dos agricultores familiares com os habitantes de centros urbanos;
- d) organizar, segundo os princípios do agroturismo, definidos no presente Estatuto, os agricultores familiares filiados, prestando-lhes, assessoria técnica relacionada ao desenvolvimento de serviços agroturísticos em suas propriedades, atuando também como operadora de agroturismo;
- e) organizar, em parcerias, no âmbito desta Associação , o desenvolvimento de produtos agroturísticos baseados em circuitos locais e regionais;
- f) resgatar a identidade cultural dos agricultores familiares, enquanto forte ingrediente de cidadania, propiciando-lhes um clima favorável para exposição de seus valores de cultura para a sociedade em geral;

- g) possibilitar aos agricultores familiares associados a sua capacitação/formação/profissionalização nas atividades de agroturismo, ecologia e outros campos de conhecimentos relacionados ao desenvolvimento rural sustentável ;
- h) articular canais de financiamento que venham beneficiar aos associados;
- i) prestar serviços aos associados e a terceiros, desde que não sejam comprometidos os objetivos da Associação;
- j) representar os associados junto ao poder público e ao setor privado, propondo medidas que atendam aos interesses de seus membros;
- k) incentivar o intercâmbio sócio-econômico, profissional e cultural com associações congêneres, produtores afins e entidades nacionais e internacionais;
- l) aplicar devidamente as doações de entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais.

Art. 3º - Para alcançar seus objetivos, a associação poderá firmar convênios e filiar-se a outras entidades estaduais nacionais e internacionais, desde que não comprometa sua autonomia e poder de decisão.

Art. 4º - A Associação seguirá os princípios adotados pela Associação Francesa *Accueil Paysan*, que são os seguintes:

1. A recepção dos turistas pelos agricultores familiares é parte integrante da atividade do estabelecimento rural;
2. Os agricultores familiares que recebem turistas desejam mostrar o seu trabalho e o meio ambiente onde vivem (contato com os animais, conhecimento sobre plantas, o ritmo da estação, etc.). Esta é uma característica específica e o motivo fundamental do ato do agricultor acolher turistas;
3. A recepção e convívio do agricultor e sua família com o turista ocorre num clima de troca de experiências e de respeito mútuo;
4. O agroturismo deve praticar preços acessíveis;
5. O agroturismo se constitui num fator de desenvolvimento local, contribuindo para manter o meio rural “vivo” – demográfica, cultural e ambientalmente - com perspectivas de futuro para os seus jovens;

6. O agricultor garante a qualidade dos produtos e dos serviços que oferece;
7. Os serviços de agroturismo são oferecidos em habitações adaptadas, oferecendo conforto, higiene e segurança;
8. Os serviços agroturísticos são planejados e organizados pelos agricultores familiares;
9. Outros atores locais podem se filiar a Associação com o objetivo de contribuir com a dinâmica local.

### **Capítulo 3º - Dos Associados**

Art. 5º - Podem ser associados todos os agricultores familiares que assumirem a filosofia, princípios, técnicas e práticas do agroturismo e que estiverem de acordo com a íntegra do presente Estatuto.

Parágrafo 1º - Também poderão se associar os filhos de agricultores residentes em centros urbanos, bem como outros atores locais, na modalidade de sócio convidado, desde que assumam os princípios da Associação.

Art. 6º - Cada agricultor familiar associado deve adotar, em seu cotidiano, os princípios e práticas relativos ao agroturismo.

Parágrafo 1º - Os princípios e práticas do agroturismo adotados pela Associação serão detalhados em Regimento Interno e cadernos de encargos e normas;

Parágrafo 2º - A acolhida de turistas nas propriedades dos agricultores familiares deverá se orientar pelos princípios e práticas do agroturismo, detalhados em Regimento Interno, os quais serão objeto de formação dos agricultores, de orientações técnicas, de discussão em reuniões e Assembléias, assegurando, dessa forma, a sua ampla disseminação entre os associados.

Art. 7º - A Associação deverá manter-se com, no mínimo, 15 (quinze) sócios.

Art. 8º - Consideram-se sócios fundadores os agricultores familiares e atores locais convidados, presentes na Assembléia Geral de sua fundação.

Art.9º - Os novos agricultores que desejarem se associar, deverão apresentar proposta a ser apreciada pela coordenação administrativa para a filiação provisória e homologação definitiva pela Assembléia Geral.

Art. 10º - A exclusão ou eliminação de associados ocorrerá nas seguintes situações:

- a) por morte ou incapacidade civil não suprida;
- b) quando desrespeitados o Estatuto, Regimento Interno ou decisões registradas em atas ou cadernos de encargos e normas, devendo a decisão ser tomada com um quorum, de no mínimo, 50% mais um dos sócios e 2/3 (dois terços) dos votos favoráveis dos presentes na mesma Assembléia;
- c) quando o associado levar a associação à prática de atos judiciais para o cumprimento de obrigações por ele contraídas.

Parágrafo 1º - O sócio tem direito a defesa, oral ou escrita, em Assembléia.

Parágrafo 2º - Em caso de morte ou incapacidade civil do associado, os direitos do mesmo, em relação à Associação, passarão a pertencer aos seus primeiros herdeiros.

Art. 11 - O afastamento voluntário do associado dar-se-á:

Parágrafo 1º - A pedido do próprio interessado, por escrito ou oral na ocasião da Assembléia Geral, tornando-se efetivo após decisão em Assembléia Geral.

Parágrafo 2º - Por abandono, caracterizado pela ausência em três Assembléias Gerais Ordinárias consecutivas.

Art. 12 - São direitos do sócio:

- a) gozar de todas as vantagens e benefícios concedidos pela Associação;
- b) votar e ser votado para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal;
- c) participar das Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, discutindo e votando todos os assuntos que nela forem tratados;
- d) solicitar, a qualquer tempo, esclarecimentos e informações, sobre as atividades da Associação e por medidas que julgue de interesse para seu aperfeiçoamento e desenvolvimento;
- e) consultar todos os livros e documentos da Associação.

Art. 13 - São deveres do sócio:

- a) contribuir para o bom êxito da Associação;
- b) participar das Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, discutindo e votando todos os assuntos que nelas forem tratados;
- c) cumprir as normas estabelecidas pela Associação.

Art. 14 - Os associados não responderão, ainda que subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Associação.

#### **Capítulo 4º - Do Patrimônio e Recursos Financeiros**

Art. 15 - O patrimônio é ilimitado e constituído por todos os bens e direitos que a Associação vier a possuir, a saber:

- a) bens móveis ou imóveis concretizados e adquiridos pela Associação;
- b) doações, heranças ou legados de pessoa física e/ou jurídica, nacional e/ou internacional.

Art. 16 - Nenhum bem pertencente ao patrimônio da Associação poderá ser alienado, vendido, hipotecado ou penhorado sem expressa autorização dos associados em Assembléia Geral.

Art. 17 - Constituem recursos financeiros da Associação:

- a) auxílio financeiro obtido de qualquer origem;
- b) contribuições financeiras oriundas de convênios, acordos ou contratos;
- c) subvenções e auxílio estabelecidos pelos poderes públicos;
- d) receitas eventuais;
- e) contribuição dos associados;
- f) sobras das receitas em relação as despesas, que eventualmente venham a ocorrer;
- g) quaisquer outros recursos que lhe forem destinados.

Parágrafo 1º - A Associação deverá manter um fundo de reserva para aplicação no custeio de seus serviços, podendo a Assembléia Geral constituir outros fundos específicos, dispendo sobre a sua formação, utilização e liquidação.

Parágrafo 2º - Os saldos aprovados no final de cada exercício poderão ser aplicados na formação patrimonial, através de aquisição de bens móveis e imóveis,

títulos, bem como na formação social, política, profissional e econômica de seus associados.

Art. 18 - Os recursos financeiros serão mantidos em depósito em bancos ou cooperativas de crédito de agricultores da região de reconhecida idoneidade.

### **Capítulo 5º - Dos Órgãos da Administração**

Art. 19 - São considerados órgãos da Associação:

- a) Assembléia Geral;
- b) Conselho de Representantes;
- c) Coordenação Administrativa;
- d) Conselho Fiscal.

Seção I - Da Assembléia Geral e Conselho de Representantes

Art. 20- A Assembléia Geral dos Associados é o órgão máximo de deliberação da Associação.

Art. 21 - Os associados se reunirão em Assembléia Geral, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.

Art. 22 - Compete à Assembléia Geral deliberar sobre:

- a) a eleição e posse dos membros da Coordenação Administrativa e Conselho Fiscal;
- b) a fixação do valor da contribuição dos associados;
- c) a aprovação dos relatórios, balanços e contas da Associação;
- d) a aprovação do plano de trabalho da Associação, elaborado coletivamente e sistematizado pela Coordenação Administrativa;
- e) a aprovação do Regimento Interno e dos regulamentos dos diversos departamentos e comissões que venham a ser criados;
- f) a aprovação da entrada de novos sócios;
- g) a exclusão de sócios, conforme artigo décimo do presente Estatuto;
- h) a criação, destino e liquidação de fundos de reserva;
- i) a dissolução da Associação e, neste caso, a nomeação dos liquidantes e votação das respectivas contas;

- j) a mudança dos estatutos;
- k) a destituição de membros da Coordenação Administrativa e do Conselho Fiscal;
- l) decisão sobre outros assuntos de relevante interesse da Associação.

Art. 23 - As deliberações em Assembléia Geral serão tomadas por votos da metade mais um dos associados presentes e registradas em atas, exceto no caso previsto na alínea (b) do artigo dez deste Estatuto.

Art. 24 - A Assembléia Geral Extraordinária será convocada pela Coordenação Administrativa, pelo Conselho Fiscal, ou através de requerimento de pelo menos 20% do quadro dos associados.

Art. 25 - A Assembléia Geral será convocada com antecedência mínima de 10 (dez) dias, com aviso prévio e pauta enviada aos associados.

Parágrafo 1º - A Coordenação Administrativa poderá convidar outros atores de interesse da Associação para participar das Assembléias Gerais, com direito a voz.

Art. 26 – O Conselho de Representantes se constitui de um órgão intermediário que tem por função deliberar matérias relativas ao detalhamento das decisões tomadas em Assembléia Geral, necessárias ao seu encaminhamento.

Art. 27 – O Conselho de Representantes será constituído por um associado de cada unidade familiar envolvida com atividades de agroturismo e coordenado por um membro da Coordenação Administrativa.

## **Seção II – Da Coordenação Administrativa**

Art. 28 - A Coordenação Administrativa será composta por um coordenador geral e um subcoordenador geral; um secretário geral e subsecretário geral; um coordenador de finanças e um subcoordenador de finanças; um coordenador técnico e um subcoordenador técnico.

Art. 29 - Os cargos de coordenação administrativa e do conselho fiscal, terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleito.

Art. 30 - Compete à coordenação administrativa:

- a) coordenar a elaboração do plano de trabalho, a ser apreciado pela assembleia geral;
- b) propor à assembleia geral o valor dos recursos destinados a cobrir as despesas operacionais da associação;
- c) coordenar o desenvolvimento de programas específicos da Associação, de acordo com o seu plano de trabalho;
- d) apresentar à assembleia geral ordinária, o relatório e as contas de sua gestão, bem como, o parecer do conselho fiscal;
- e) encaminhar as deliberações da assembleia geral.

Art. 31 - A coordenação administrativa, reunir-se-á sempre que for necessário.

Art. 32 - Os membros do conselho de administração, exercerão seus mandatos sem remuneração.

Art. 33 - Compete ao coordenador geral:

- a) representar oficial e juridicamente a Associação;
- b) assinar junto com o coordenador de finanças, cheques, de ordem de pagamento ou outras atividades de igual natureza;
- c) formalizar a contratação de funcionários ou a sua demissão, após aprovação pelo Conselho de Representantes;
- d) coordenar o desenvolvimento dos programas de pesquisa, assistência técnica e de formação dos associados, bem como o desenvolvimento de outros programas específicos da Associação segundo o seu plano de trabalho.

Art. 34- Compete ao Secretário Geral:

- a) responder por todas as atividades de secretaria;
- b) elaborar atas;
- c) substituir a coordenação geral em seus impedimentos.

Art. 35 - Compete ao Coordenador de Finanças:

- a) executar as decisões tomadas pela Assembleia Geral e pela Coordenação Administrativa;

- b) responsabilizar-se em nome da Coordenação Administrativa pela guarda de valores e documentos da Associação;
- c) requisitar e assinar cheques em conjunto com o Coordenador Geral;
- d) propor orçamento anual, de acordo com as prioridades definidas no plano de trabalho, a ser apreciado pela Assembléia Geral;
- e) propor readequação do orçamento anual, à Coordenação Administrativa, sempre que necessário;
- f) elaborar orçamentos parciais e específicos quando solicitados pela Coordenação Administrativa ou pela Assembléia Geral;
- g) apresentar balancetes mensais à Coordenação Administrativa, caso necessário.

Art.36 - Compete ao Coordenador Técnico:

- a) executar as decisões tomadas pela Assembléia Geral e pela Coordenação Administrativa;
- b) participar do desenvolvimento de programas de pesquisa, de assistência técnica e de formação dos agricultores associados em agroturismo, bem como de outros programas específicos, segundo o plano de trabalho da Associação;
- c) elaborar manuais de orientação técnica segundo os princípios e práticas do agroturismo, de forma a facilitar a formação dos associados;
- d) elaborar relatórios sobre as atividades da Coordenação Técnica;
- e) emitir pareceres sobre questões técnicas relativas ao agroturismo;
- f) manter organizada a documentação/registros gerada no desenvolvimento de suas funções.

Art. 37 - Compete aos subcoordenadores e ao subsecretário geral, assumir a função dos respectivos titulares no afastamento ou ausência destes.

### **Seção III - Do Conselho Fiscal**

Art. 38 - O Conselho Fiscal será formado por, no mínimo, três membros efetivos e três suplentes, por um mandato de dois anos, reunindo-se anualmente ou quando necessário.

Art. 39 - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) fiscalizar todas as atividades financeiras da Associação e atos praticados pela coordenação administrativa;
- b) aprovar ou não o balanço dos exercícios;
- c) emitir parecer sobre o balanço e relatório anual.

### **Capítulo 6º - Da Dissolução, Capital Remanescente, das Disposições Gerais e Transitórias**

Art. 40 - O exercício financeiro se iniciará no dia 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro.

Art. 41 - A Associação só poderá ser dissolvida por vontade manifestada em Assembléia Geral Extraordinária, devidamente convocada para tal fim, de no mínimo 75% dos sócios.

Art. 42 - Em caso de dissolução, atendidos os encargos e responsabilidades já assumidos e respeitadas as cláusulas específicas de convênios, acordos e contratos em vigor, os bens remanescentes serão destinados a entidade congênere, legalmente constituída, a ser definida pela Assembléia Geral.

Art. 43 - É vedado aos membros da Coordenação Administrativa e do Conselho Fiscal o vínculo empregatício com a Associação.

Art. 44 - Anualmente no mês de agosto de cada ano a Assembléia Geral definirá o plano de trabalho da Associação.

Art. 45 - O Regimento Interno será aprovado pela Assembléia Geral.

Parágrafo Único - As alterações no Regimento Interno serão aprovadas por maioria simples dos associados presentes à Assembléia Geral Extraordinária.

Art. 46 - Os casos omissos serão tratados pela Assembléia Geral.

Santa Rosa de Lima, 18 de junho de 1999.

## ANEXO 5 - Caderno de Normas

### Caderno de Normas Acolhida na Colônia – Brasil

Referência: Associação de Agroturismo de Santa Rosa de Lima – SC

Introdução: Os princípios e prática da Associação Acolhida na Colônia foram fundamentados de forma que o agricultor familiar melhore seu padrão de vida. Nesse sentido o projeto da Acolhida na Colônia vem trabalhando no desenvolvimento do Agroturismo dentro do paradigma da sustentabilidade, visando produção e venda, agregados ao fluxo turístico dentro da propriedade agrícola. Essa agregação de valores vem viabilizar a comercialização dos produtos agrícolas transformados ou não, dentro do espaço colonial. Essa diferenciação é a marca que defende a Associação “Accueil Paysan” - França. Para isso os serviços oferecidos pela Associação devem seguir um padrão mínimo de qualidade que garanta o bem estar dos acolhidos e dos acolhedores. Dentro desta perspectiva, foi elaborado o caderno de normas. Este caderno é entendido como um trabalho em construção, devendo ser adaptado a cada realidade, seja municipal, regional e/ou nacional. Estas normas não deverão ser entendidas como um elemento de exclusão, mas sim, de integração e evolução social.

**Conceito básico:** O Caderno de Normas é um conjunto de regras definidas em função dos serviços oferecidos nas áreas de **alimentação, hospedagem, venda de produtos e dia de campo colonial.**

**Objetivo:** Garantir a qualidade dos serviços oferecidos e a segurança dos visitantes, bem como a manutenção dos princípios éticos da entidade.

**Metodologia:** O Caderno de Normas foi elaborado de forma participativa, a partir da realidade dos agricultores familiares e respeitando a realidade local.

**Pré-requisitos:** Para associar-se à Acolhida na Colônia e poder oferecer um dos serviços citados neste caderno é necessário o comprometimento com as seguintes etapas:

1. a família interessada solicita à Associação uma primeira visita;
2. com a confirmação para iniciar o trabalho, acertada entre a família e a Associação, esta promove um diagnóstico participativo na propriedade;
3. a família recebe o Caderno de Norma para análise;
4. havendo concordância, os interessados assinam uma carta de compromisso, na qual estão contidos os princípios da Acolhida;
5. a partir do diagnóstico e da assinatura da carta de compromisso, os interessados se comprometem em fazer as melhorias necessárias em seu estabelecimento. Estas melhorias devem obedecer aos seguintes prazos: 1) imediato para a questão do saneamento básico e da análise de água; 2) até dois anos para a infra-estrutura e produção de alimentos orgânicos;
6. ocorrendo desrespeito ao Caderno de Normas, o caso será analisado pela diretoria da entidade e em seguida serão tomadas as devidas providências.

### **Critérios gerais do Caderno de Normas Acolhida na Colônia**

- ✓ A recepção dos turistas pelos agricultores familiares é parte integrante da atividade agrícola.
- ✓ Os serviços oferecidos pela Acolhida na Colônia se caracterizam pela sua localização dentro da propriedade agrícola.
- ✓ A propriedade deverá obedecer às normas de higiene e saneamento básico:
  - Com proteção das nascentes d'água, segundo orientações técnicas;
  - O agricultor deverá fazer análise d'água e apresentar uma certificação.
  - Tratamento dos esgotos das propriedades. Em hipótese alguma será permitido o destino de desejos aos rios e nascentes de água.
- ✓ A segurança, a limpeza dos locais, o acesso às propriedades e seu embelezamento contribuem para a qualidade da acolhida.
- ✓ Os preços deverão ser acessíveis e uma tabela de preços deverá ser fixada no interior do estabelecimento.
- ✓ Cada estabelecimento da Acolhida na Colônia deve estar atento e respeitar a capacidade de pessoas pré-determinada para a ocupação do local.
- ✓ A alimentação colonial (café, mesa, restaurante e venda de produtos coloniais), deve ser preparada, contando com:
  - 50% de produtos elaborados com matéria prima própria;
  - 30% de produtos elaborados com matéria prima obtidas em outras propriedades agrícolas;
  - 20% de produtos provindos do mercado.
- ✓ Cada propriedade deverá ter sinalização da Acolhida na Colônia, e um sistema de flechas indicativas para facilitar o acesso nas estradas.
- ✓ Uso adequado e respeito à logomarca "Acolhida na Colônia". Apenas os/as agricultores associados têm o direito de utilizá-la;
- ✓ A segurança é também uma forma de qualidade da Acolhida. Os acolhedores deverão prevenir os hóspedes dos perigos possíveis existentes no meio rural e em suas atividades diárias. É necessário ter sinalização indicativa (trilhas, animais, açudes, etc)
- ✓ A utilização de sementes ou plantas provindas de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) é estritamente proibida.

- ✓ A Associação Acolhida na Colônia dá uma carência de dois anos para a propriedade trabalhar com produção orgânica (vide Estatuto).
- ✓ Cada propriedade deverá fixar, num espaço de fácil acesso, o regulamento interno de funcionamento e cada visitante deve estar ciente.
- ✓ Cada propriedade deverá estipular suas regras internas e dicas, explicitando o funcionamento da propriedade, suas limitações e os potenciais perigos.
- ✓ Cada propriedade deverá propor uma animação em torno das atividades agrícolas, mostrando o dia a dia no campo: o trato dos animais, o cultivo, as trilhas dentre outras.
- ✓ Deve-se ter lixeiras à disposição dos visitantes, com apelo e sinalização. Bem como, caixa com terra (cinzeiro para cigarro). Deve-se dar preferência por lixeiras confeccionadas artesanalmente.
- ✓ Dar preferência para móveis rústicos. Evitar a utilização de móveis de fórmica e plásticos. Evitar pintar pedras e árvores de branco.
- ✓ É proibido a utilização de telhas eternite.

O Caderno de Normas é dividido em quatro partes:

I- Alimentação:

- A. Café colonial
- B. Mesa colonial
- C. Restaurante colonial

II- Hospedagem:

- A. Quarto colonial
- B. Pousada colonial
- C. Pousada de etapa colonial
- D. Camping colonial

III- Produto colonial: (em estudo)

- A. Produto colonial
- B. Condições gerais de produção e transformação
- C. Venda direta ao consumidor

IV- Dia de campo colonial:

- A. Visita pedagógica em propriedade agrícola colonial
- B. Visita a agroindústria de pequeno porte e de produção orgânica
- C. Espaços de lazer na colônia

### Alimentação Colonial

- A. **Mesa Colonial-** E um serviço que oferece almoço e jantar colonial na casa do agricultor. A mesa colonial limita o número de visitantes conforme a capacidade de cada propriedade. Em geral a capacidade é limitada a 15 pessoas, caracterizando assim o serviço de mesa familiar. Os pratos servidos são feitos e servido pelos membros da família e compartilhado com os visitantes. A diferença entre mesa e restaurante colonial é que a mesa é um serviço complementar ao quarto colonial.
- B. **Café Colonial-** Oferece bebidas quentes (café, leite, chá, “chocolate quente”) e frias (sucos de frutas da estação), bem como uma variedade de pratos doces e salgados caseiros e coloniais. O café colonial situa-se dentro da propriedade agrícola e pode receber até 40 visitantes.
- C. **Restaurante colonial-** Este serviço diferencia-se da mesa colonial, por ser situado fora da casa do agricultor e também pela sua capacidade de acolhida, que é limitada em até 40 pessoas. Pode-se servir almoço e jantar colonial. Esse serviço é independente dos serviços de hospedagem colonial. Deve-se servir uma variedade de pratos típicos locais e regionais, a partir dos costumes e das tradições locais.

As propriedades que atuam na área de alimentação colonial deverão respeitar os seguintes princípios básicos:

- ✓ As refeições devem colocar em valor o gosto, os odores e sabores locais.
- ✓ É necessário ter uma proteção para os cabelos e aventais de cor clara para as pessoas que manipulam e preparam os alimentos. Durante a preparação não usar jóias (anéis e pulseiras). As unhas devem ser curtas, limpas e sem esmalte.

- ✓ O associado tem uma carência de dois anos para converter-se em produção orgânica.
- ✓ Para cada quinze visitantes é necessário uma pessoa do núcleo familiar à disposição para atendê-los. Os agricultores que estão recebendo estarão sempre disponíveis para o diálogo e trocas de experiência.
- ✓ A casa, o espaço onde são servidas as refeições, a cozinha e banheiros deverão ser acolhedores, com boa aparência, limpo, respeitando as regras de higiene e saneamento básico. Estes espaços devem ser confortáveis e suficientemente espaçoso.
- ✓ Os banheiros devem estar situados numa área independente e distante do espaço onde são preparadas e servidas as refeições.
- ✓ Para os serviços que recebem até 15 visitantes é necessário 1 banheiro disponível. Para os que recebem até 40 pessoas, faz-se necessários 2 banheiros. Para cada banheiro é necessário um kit de limpeza. Os objetos pessoais da família receptora devem estar guardados num espaço reservado.
- ✓ O escoamento das águas usadas deve estar em conformidade com as regras de vigilância sanitária.
- ✓ O lixeiro de serviço também deverá estar situado num local independente e distante da área de preparo dos pratos e onde são servidos os alimentos.
- ✓ O embelezamento e organização das propriedades é um critério fundamental da Acolhida na Colônia.
- ✓ O trato e criação de animais devem estar situado em áreas distantes do espaço de vivências e onde são servidas as refeições.
- ✓ A presença de animais domésticos (gato e cachorro) é proibida na área de serviço e preparo de alimentos.
- ✓ É característica da Acolhida na Colônia compartilhar as refeições junto aos visitantes.
- ✓ Os preços deverão ser acessíveis a todas as classes sociais (preço justo para quem oferece e para quem desfruta). Eles deverão estar fixados em local visível. Os serviços oferecidos devem estar em coerência com a planilha de custo.
- ✓ Cada propriedade deverá apresentar um certificado de qualidade da água destinada ao consumo (análise de laboratório).

- ✓ Quando houver a comercialização de bebidas alcoólicas será necessário o Alvará da delegacia.
- ✓ É necessário o Alvará do serviço de vigilância sanitária (tirado no posto de saúde), para todas as propriedades que atuam em serviço de alimentação, além do “Carteira de Saúde”.

### Hospedagem Colonial

**A - Quarto colonial-** Caracteriza-se pela sua localização dentro da residência principal da família. Os quartos em geral têm um caráter harmonioso, pessoal e local. Este serviço integra o café da manhã, o qual é servido na mesa familiar e composto de produtos da propriedade agrícola, com especialidades caseiras e locais (e devem seguir as mesmas regras do caderno de norma sobre alimentação colonial). Os quartos coloniais devem compreender e respeitar os seguintes itens:

- ✓ O preço compreende o pernoite e o café da manhã.
- ✓ Sua capacidade de acolhida limita-se a 10 pessoas, correspondendo 4 ou 5 quartos familiares.
- ✓ Os quartos são equipados com camas e colchão confortáveis (no mínimo colchão com densidade de 28 cm), e uma mobília necessária para o arranjo da bagagem dos visitantes. A mobília segue o padrão e cultura local (mesa, cadeira, lâmpada de cabeceira, baú, móveis antigos, etc).
- ✓ A decoração dos quartos destaca o toque pessoal e local.
- ✓ Cada cama deve ser equipada de lençol, sobre lençol, colcha/cobertor, travesseiro e fronha. As roupas de camas devem ser trocadas com a saída dos hóspedes. Caso se trate de uma estadia longa, a troca deverá ser feita a cada 3 dias, ou sempre que necessário.
- ✓ É aconselhado ter uma reserva de toalhas de banho.
- ✓ É necessário cortinas para proteção do vento, do sol e do frio, propondo também intimidade e embelezamento.
- ✓ Para cada cinco pessoas é necessário um banheiro a disposição.
- ✓ É aconselhado ter tomada elétrica (para barbeador e secador de cabelos) dentro do banheiro, com indicação da voltagem local (120 V, 220 V).
- ✓ O chuveiro e instalações elétricas devem ser adequados e protegidos (cuidado especial com fios aparentes).

- ✓ Cada banheiro deve ter kit de limpeza. A limpeza deve ser realizada, no mínimo, uma vez por dia.
- ✓ É recomendado prever uma sala comum contendo livros, revistas e jogos (baralho, dominó, jogos locais, etc), para ocupação dos visitantes em dias de chuva.
- ✓ Kit de primeiros socorros à disposição dos hóspedes.
- ✓ Norma de funcionamento interno.

**B - Pousada colonial-** se caracteriza pela sua localização próxima da residência familiar (dentro da propriedade agrícola). Ela pode apresentar-se em forma de chalé, casa, estufa restaurada, etc. A construção e/ou restauração dessas pousadas devem ser concebidas em harmonia com a história, cultura, arquitetura e paisagem local. As pousadas devem compreender e respeitar os seguintes itens:

- ✓ Uma propriedade agrícola pode ter duas pousadas familiares com capacidade máxima de acolhida para até 10 pessoas cada uma.
- ✓ Cada pousada possui quarto equipado (com camas e colchão confortáveis e uma mobília necessária para o arranjo da bagagem dos visitantes). A mobília segue o padrão e cultura local (baús, móveis antigos).
- ✓ Cada cama deve ser equipada de lençol, sobre lençol, colcha/cobertor, travesseiro e fronha.
- ✓ Cada banheiro deve ter kit de limpeza, que deverá ser realizada diariamente.
- ✓ Sala de estar equipada com mesa, cadeiras, sofá. Deve-se ter cuidado para não se carregar os espaços.
- ✓ Cozinha equipada para uso dos hóspedes, com fogão/forno, geladeira, utensílios de cozinha, bem como um serviço de mesa necessário (prato, talheres, copos, etc).
- ✓ É aconselhado ter uma reserva de produtos básicos para cozinha (sal, açúcar, óleo, vinagre, e produtos de limpeza diária).
- ✓ Kit de primeiros socorros à disposição dos hóspedes.
- ✓ Norma de funcionamento interno.

**B1 - Pousada de etapa colonial-** É um espaço adaptado para receber visitantes desportistas eqüestres, jipeiros, trilheiros e outros. Caracteriza-se por sua

hospedagem de passagem, de um a dois dias no máximo. Situa-se dentro da propriedade agrícola colonial (ou comunidade agrícola guardiã).

- ✓ A pousada de etapa colonial pode receber até 15 pessoas.
- ✓ Esta pousada de etapa deve dispor de banheiros feminino, masculino e lavabo. Estes toaletes devem dispor de um kit de limpeza.
- ✓ Cozinha a disposição dos visitantes e utensílios necessários.
- ✓ Um espaço limpo e confortável para pernoite dos hóspedes. Em geral este espaço é adaptado em uma sala ou quarto coletivo.
- ✓ Os visitantes desportistas se responsabilizam em trazer o material necessário para o pernoite (colchão de acampamento, cobertor, etc).
- ✓ A propriedade agrícola se dispõe em oferecer as refeições (café, almoço e janta colonial, devendo seguir as mesmas normas do serviço de mesa colonial).
- ✓ É importante à permanência de um guardião do camping (o agricultor ou membro da família).
- ✓ Norma de funcionamento interno.
- ✓ Kit de primeiros socorros à disposição dos hóspedes.

**B2 - Camping colonial-** Consiste em um local destinado à recepção de barracas e trailers. Localiza-se dentro da propriedade agrícola, em uma área protegida dos perigos (enchentes e outros potenciais perigos naturais). O camping deve oferecer condições de equipamentos e de recepção (banheiros, lavanderia, etc). O camping colonial deve compreender e respeitar os seguintes itens:

- ✓ Estacionamento para caravanas e barracas (um espaço delimitado).
- ✓ O camping colonial limita o estacionamento para 5 caravanas e 5 barracas, com uma capacidade de acolhida para 20 pessoas.
- ✓ Sistema de eletricidade subterrâneo (para cada caravana e barraca).
- ✓ Churrasqueira coletiva.
- ✓ Sombreamento (árvores para sombra e advertência para qualquer risco).
- ✓ Área coletiva para lavar louças e lavanderia (num espaço coberto).
- ✓ Banheiros a disposição (para 20 pessoas 2 banheiros).
- ✓ Limpeza diária do camping e dos banheiros.

- ✓ Área de jogos e brinquedos para crianças (com proteção e cercado).
- ✓ Norma de funcionamento interno.
- ✓ Tabela de preços fixados em local visíveis.
- ✓ Guardiã do camping (o agricultor ou membro da família).
- ✓ Animação em torno das atividades agrícolas (para mostrar o dia a dia no campo: o trato dos animais, o cultivo, as trilhas e outras).
- ✓ Kit de primeiros socorros à disposição dos hóspedes.

<b>Produto Colonial (em estudo)</b>
-------------------------------------

**A. Produto colonial****B. Condições gerais de produção e transformação****C. Venda direta ao consumidor****Produto****Trato****Transformação****Venda direta**

<b>Dia de campo colonial</b>
------------------------------

- A. Visita pedagógica em propriedade agrícola colonial
- B. Visita a agroindústria de pequeno porte e de produção orgânica
- C. Espaços de lazer na colônia

**A - Visita pedagógica em propriedade agrícola colonial** – se refere às visitas pedagógicas nas propriedades familiares agrícolas, esta atividade é integrada ao contexto sócio-econômico do núcleo familiar. A visita pedagógica compreende:

- ✓ Encontro e trocas de experiências entre o acolhedor e o acolhido.

- ✓ O acolhedor tem o prazer de mostrar e falar da vida no campo, do ciclo da vida e das estações no campo: das plantas, dos animais, do cultivo, da mata nativa, etc e contar seus causos e histórias de vida.
- ✓ Os dias de campo colonial serão adaptados a cada público: crianças, adulto, idosos e outros.
- ✓ O número de visitantes será limitado a 30 pessoas por excursão e para cada 15 pessoas um condutor (guia) e um responsável da propriedade agrícola. Para o grupo de crianças é necessário maior atenção e cuidados (é importante que o grupo seja acompanhado por responsáveis autorizados).
- ✓ É necessário um local protegido, um abrigo para sol e chuva (com bancos e banheiros a disposição dos visitantes). É aconselhado um local com brinquedos e jogos pedagógicos para entretenimento em caso de chuva.
- ✓ É necessário um informativo com dicas para o visitante, sinalizando as limitações e os possíveis riscos na propriedade agrícola.
- ✓ Um kit de primeiros socorros deverá estar à disposição dos visitantes, situado em local visível e sinalizado.

**B - Visita de agroindústria de produção orgânica** – este item refere-se as visitas de motivação nas agroindústrias de pequeno porte e de produção orgânica.

- ✓ Encontro e trocas de experiências entre o acolhedor e o acolhido.
- ✓ Um responsável da equipe de processamento, ou um dos sócios do condomínio (agroindústria), se dispõe em receber os visitantes e expor todo o processo de suas atividades. Isto implica uma explicação desde o cultivo da matéria prima, passando pelo processamento na agroindústria, até a comercialização, o transporte e vendas nos supermercados. Deve-se falar da vida associativa da AGRECO e Acolhida na Colônia.
- ✓ É necessário um local protegido, um abrigo para sol e chuva (com bancos e banheiros a disposição dos visitantes).
- ✓ O número de visitantes será limitado a 30 pessoas por excursão, e para cada 15 pessoas um condutor.
- ✓ A exposição, venda e degustação fazem parte da acolhida, respeitando os padrões e noras designadas pela “AGRECO”. Deve-se seguir as dicas da série de Agroturismo.

**C - Espaços de lazer colonial** – os espaços de lazer são complementares aos serviços turísticos dentro da propriedade agrícola, orientados a partir dos seguintes elementos de reflexão:

- ✓ Qualidade do serviço oferecido: planejamento do serviço de recreação proposto ao visitante: trilha ecológica, áreas de banho, áreas de pesca, dentre outros:
  - Uso adequado dos recursos.
  - Desenvolvimento de infra-estrutura de apoio.
  
- ✓ Segurança do visitante e prevenção de riscos: é uma preocupação para com o agricultor que está oferecendo tal serviço, caso aconteça um acidente e ele tenha que responder por isso. Mas também para com o visitante, para que este seja prevenido das dificuldades e riscos possíveis ao optar por qualquer serviço oferecido:
  - Segurança e garantia do equipamento utilizado (em pesquisa e estudo neste sentido).
  - Sinalização de âmbito informativo e preventivo. O visitante deve estar ciente e informado dos riscos potenciais.
  - É necessário indicar o limite de idade para o uso de cada serviço oferecido.
  - Acompanhamento “obrigatório” de um “condutor nativo” e para cada 15 visitantes um guia/condutor.
  - Termo de responsabilidade (assinado pelo visitante, onde este se responsabiliza pela sua opção de usufruir o lazer/recreação oferecido).
  - Uso de ficha de inscrição (identificando o grau de dificuldade do serviço, dados pessoais a nível de saúde do “cliente”. Modelo em anexo.
  - É necessário ter um material de primeiros socorros, e saber utiliza-los corretamente. Um curso de primeiros socorros é aconselhado aos guias.
  
- ✓ Impacto ambiental: Uso adequado dos recursos naturais, para planejar os serviços oferecidos e adequar os impactos ambientais causados pelo turismo:

- Elaborar um folheto informativo e educativo para os visitantes, explicando a importância da proteção da fauna e flora local.
  - Evitar a degradação do meio ambiente, “limitar o uso e frequência do espaço”.
  - Acompanhamento por um “guia nativo” é importante, pois ele conhece a área e sabe explorá-la de forma adequada.
- ✓ Folheto de dicas para os visitantes: cada propriedade deverá criar um folheto explicativo detalhando as atividades oferecidas. Deve-se explicitar as normas de funcionamento, os perigos potenciais, e suas limitações.

## Anexo 1

Idéias para o folheto de dicas para o turista e sinalização das atividades de lazer:

**Enfoque das atividades de lazer no espaço colonial:**

- |   |       |     |
|---|-------|-----|
| 1. Interpretativo (educativo/informativo) | ..... | ( ) |
| 2. Lúdico (recreativo)                    | ..... | ( ) |
| 3. Esportivo (aventura)                   | ..... | ( ) |
| 4. Outros (esotérico, gastronômico)       | ..... | ( ) |

**Meios onde são realizadas:**

- |                   |       |     |
|-------------------|-------|-----|
| 1. Terrestre      | ..... | ( ) |
| 2. Aquáticas..... | ..... | ( ) |
| 3. Aéreas         | ..... | ( ) |

**Tempo necessário para realização da atividade:**

Por hora > de uma a duas horas ..... ( ) outros.....  
(\_\_\_\_\_)

Por dia > de ½ a 1 dia .....( ) de 1 à 2 dias .....( ) outros ..... ( )

**Meio de Hospedagem:**

- |                           |       |     |
|---------------------------|-------|-----|
| Quarto colonial           | ..... | ( ) |
| Pousada colonial          | ..... | ( ) |
| Camping colonial          | ..... | ( ) |
| Pousada de etapa colonial | ..... | ( ) |

**Grau de dificuldade:**

Leve .....	( )	Moderado à difícil .....	( )
Leve a moderado .....	( )	Difícil .....	( )
Moderado .....	( )	Muito difícil .....	( )

<b>Idade indicada:</b> .....			
Crianças .....	( )	jovens .....	( )
		adulto .....	( )
		idosos .....	( )
Atividade Familiar .....	( )		

<b>Horário de saída</b> (.....)	<b>Horário de chegada</b> (.....)
---------------------------------	-----------------------------------

## Anexo 2

Sugestões para sinalização e dicas para as atividades de lazer:

### **Sugestões do que usar e levar:**

- ◆ Mochila confortável, calçado confortável (de preferência c/ solado anti-derrapante), chapéu ou boné, sacos plásticos (para lixo, roupas sujas, etc), roupa de banho, muda extra de roupa, capa de chuva (de pouco peso e volume), protetor solar, repelente, evitar levar roupas pesadas.
- ◆ Leve somente o necessário: quanto menos peso na mochila melhor.

### **Alimentação na trilha:**

- ◆ Comida leve, de fácil digestão e com valor nutritivo.
- ◆ Preferencialmente frutas, sanduíches e alimentos energéticos.
- ◆ Água (cantil ou garrafa plástica) no mínimo um litro.
- ◆ Leve somente o necessário.

### **Recomendações:**

Siga as recomendações do guia, evitando caminhar na frente do guia e/ou fora dos limites da trilha; evite afastar-se do grupo; recolha seu lixo; não arranque ou colete plantas e animais de seu ambiente natural; cuidado com raízes e pedras; não masque folhas, frutos, sementes, raízes ou cogumelos, pois podem ser tóxicos; respeite a comunidade local e seus companheiros, procure fazer silêncio e entrar em harmonia com o ambiente.

Atenção: cuidado com raízes e pedras. Permaneça no limite das trilhas. Coloque o lixo nas cestas. Preserve, não colete plantas. Evite falar em voz alta. Sua colaboração é indispensável para conservação deste ecossistema.

**ANEXO 6 - Carta de Compromisso**

- 1.** Respeitar e seguir os Cadernos de Normas;
- 2.** Respeitar e defender o Estatuto e Regimento Interno da Associação;
- 3.** Participar da vida da Associação (formação, reuniões, etc);
- 4.** Pagamento da anuidade e taxa de 2% sobre o valor do faturamento dos serviços agroturísticos, para o funcionamento desta associação.

**Engajamento**

Eu declaro (nós declaramos - núcleo familiar), ter tido conhecimento da presente carta, estar de acordo com o seu conteúdo, comprometendo-me a segui-la, submetendo-me as fiscalizações, bem como penalizações, quando necessárias.

Município de \_\_\_\_\_ dia \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome:

Endereço:

### ANEXO 7- Série Agroturismo



## **ANEXO 8- Carta Concurso Jardinagem e Paisagismo**

### **Propriedade:**

Este é o local que você escolheu para embelezar (fotos em anexo). Você terá até o dia xxxxxxxxxx para realizar as modificações no local. No dia xxxxxxxxx a comissão julgadora estará percorrendo as propriedades, avaliando o antes e o depois de seu jardim.

### **Lembramos os critérios de julgamento:**

A Campanha visa estimular a utilização de plantas nativas ou de uso comum na região, a recuperação de objetos tradicionais decorativos (máquinas, implementos, instrumentos de trabalho etc), a valorização do artesanato e de técnicas típicas de construção (portais, cercas etc.) e o aproveitamento dos recursos naturais de cada local (águas, relevo, rochas etc).

A comissão julgadora emitirá notas de 0 a 10 para cada um dos critérios abaixo relacionados:

- Criatividade;
- Identificação com a atividade desenvolvida (agroindústria ou agroturismo);
- Utilização de recursos da propriedade ou da comunidade;
- Valorização da cultura do município ou comunidade;
- Resgate de fatos históricos da comunidade ou município;
- Beleza do local avaliado;
- Harmonia com o entorno;

OBS. Não será permitido o uso de adubos químicos ou agrotóxicos durante qualquer fase da campanha nos locais a serem avaliados.

Fotos e materiais com sugestões estão a disposição na sede da Acolhida na Colônia. CAPRICHE!!!!

Idalino Bonetti/  
Acolhida na Colônia

Wilson Schimidt  
Agreco